



CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE
PERNAMBUCO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS
FEDERAIS**

ZIRLANA MENEZES TEIXEIRA

**Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre em
Comunicação pela Universidade Federal de
Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz
Anastácio Momesso**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**A ação do Sindicato dos Bancários do Estado de Pernambuco contra a
privatização dos Bancos Federais**

Zirlana Menezes Teixeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso.

Recife, setembro de 2003

Teixeira, Zirlana Menezes

A ação do Sindicato dos Bancários do Estado de Pernambuco contra a privatização dos Bancos Federais / Zirlana Menezes Teixeira. – Recife : O Autor, 2003.

139 folhas : il., fig., fotos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Comunicação, 2003.

Inclui bibliografia .

1. Comunicação de massa – Privatização de Bancos Federais. 2. Sindicato dos Bancários de Pernambuco – Ação comunicativa – Análise. 3. Bancos – Privatização – Estudo de representação. I. Título.

**659.3
302.2**

**CDU (2.ed.)
CDD (21.ed.)**

**UFPE
BC2003-360**

Esta dissertação é dedicada a todos os economiários que, através da comunicação, constroem um novo momento na história da CAIXA.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. LUIS ANASTÁCIO MOMESSO – Orientador

PROF.DRA. SHEVA MAIA NÓBREGA – Examinadora Externa

ROF. DR. DARCIER DE BARROS – Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Afirmar que conhecimento é produção coletiva pode parecer lugar comum. No entanto, foi no decorrer desta pesquisa que pude compreender, mais precisamente, esta afirmação. Neste sentido escrevo os meus mais sinceros agradecimentos para alguns dos que participaram deste processo.

À "Dona" Dadá, "Seu" Zirlano, Paulo e Fernanda pela presença inestimável.

A Taigo, Lucas e João Paulo pela alegria em tê-los em minha convivência.

Ao Professor Luis Momesso pela orientação, exemplo e compromisso por um mundo socialmente mais justo.

Aos Professores Dacier de Barros e Sheva Nóbrega pelas marcas que imprimiram a este trabalho.

Às Professoras Cristina Teixeira, Angela Pryston e Nerivanha Bezerra pelas interlocuções.

Ao professor Terry Mulhall pelo convívio enriquecedor.

A Miguel Correa, Roberto Leandro, Jaqueline Mello, Sulamita Esteliam e Wellington Correa pela disponibilidade e todo o interesse no fornecimento das informações solicitadas.

À Fernanda Coelho e Maria Durce pelas importantes referências nos meus passos.

À Nillúh, Niño e Paolo Doidoo pelo constante incentivo.

A Rossini Medeiros e Shirley Regueira pela compreensão da minha caminhada.

À Raimunda, Zé Carlos e Cláudia pela paciência.

Aos colegas de curso Geni, Bruno, Ricardo, Mona Lisa, Patrícia, Janaina, Marcelo, Marcos, Luis, Rodrigo, Antonieta, Flavinha, Silvana, Vivi, Érica e Verinha pelos preciosos debates.

RESUMO

Este trabalho é um estudo de recepção da ação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Crédito do Estado Pernambuco, SEEC-PE, contra o processo de privatização dos Bancos, nos anos de 1999 e 2000.

Analisou-se o folder da campanha pela preservação dos Bancos Públicos e o Jornal dos Bancários, no período anteriormente citado, para localizar características da representação que o SEEC-PE construiu a respeito da privatização dos Bancos Públicos.

Trata-se de um estudo interdisciplinar, fundamentado nos Estudos Culturais onde, a partir de uma análise de conteúdo, descreveu-se, nos elementos da representação, esquemas de sentidos dotados de atributos dinâmicos que provocavam uma postura de reação manifestada nas atitudes da categoria.

De acordo com os dados levantados, verificou-se que o sentido de privatização descrito pelo Sindicato poderia levar a edificação das condutas dos bancários, no final da década de noventa e início da década atual.

Constatou-se, também, que a estrutura de significações da representação é atualizada a cada informação do Sindicato onde, por consequência, renova-se o sistema de referência dos bancários.

ABSTRACT

This project is a study of reception of the action of the "Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Crédito do Estado de Pernambuco", SEEC-PE, against the process of privatization of the Banks, in the years of 1999 and 2000.

It was analysed the campaign aims for the preservation of the Public Banks and the banks workers newspaper, in the period previously mentioned, to seek characteristics in the representation which the SEEC-PE built up with regard to the privatization of the Public Banks.

This project consists of a cross-curricular study, based on the Culture Studies from which, after a content analysis, it has been described in the elements of the represented, schemes of directions consisting of dynamic features which mushroomed a reaction pasture shown in the attitude of the category.

According to the obtained data, it has been verified that the aim of the privatization described by the union could lead to the edification of the Bank Workers conduct, at the end of the nineties and the beginning of the current decade.

Moreover, it has been noticed that the structure of the meaning of the representative is up dated after each information from the union through each, therefore the system of reference of the bank workers is renewed.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAMINHOS TEÓRICOS PERCORRIDOS	22
1.1. Fundamentos da comunicação	22
1.2. Comunicação: além da descrição de um processo	23
1.3. Crescimento e visibilidade	28
1.4. Ampliando conceitos e abrindo caminhos	29
1.5. A extensão e o momento da comunicação	31
1.6. Entendendo a recepção através da diversidade	33
1.7. Componentes culturais e estratégias de interação	36
1.8. Vivendo e abstraindo sentidos	38
1.9. Múltiplas realidades	39
1.10. Convivência e reciprocidade	43
1.11. O tecido de significados na ação coletiva	46
1.12. Estruturas de sentido e conceitos	51
2. TRAJETÓRIAS DA LUTA SINDICAL NAS PAISAGENS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO BRASIL	62
2.1. Origens e primeiros obstáculos	62
2.2. Desenvolvimento e organização sindical	68
2.3. Anos de sombras	73
2.4. A nova cara do sindicalismo	78
2.5. Privatização: os primórdios	89
2.6. As grandes privatizações	92
2.7. Um efeito social da privatização	95
2.8. Mudanças e racionalização nos bancos públicos	97
2.9. O sindicato e a reestruturação do setor bancário	101
3. UM MODELO DE ANÁLISE	115
3.1. A imagem da campanha	115
3.2. O jornal do SEEC-PE	123
4. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES	134
5. BIBLIOGRAFIA	139

INTRODUÇÃO

Crime histórico, pulverização do capital, desnacionalização do sistema financeiro, modernização da economia, processo de boa fé no trato dos ativos públicos... Estes são alguns significados associados ao tema "privatização" presente na mente do brasileiro e na ideologia de instituições e órgãos nacionais. Assim como em outros países, o Brasil esteve realizando experiências com o programa de privatização. As reformas, que segundo o governo são motivadas por uma combinação de deterioramento das condições econômicas do país e a crescente ineficiência e custo do setor público, têm sido assunto de reportagens na imprensa. A revista Carta Capital, por exemplo, publicou uma matéria citando que "*a asfixia do setor público corresponde à oxigenação do setor privado para atender as exigências do FMI*¹".

No mesmo período, o Jornal do Comércio veiculou matéria citando a afirmação do ex-diretor do BNDES, Fernando Perrone, de que "*a privatização para o governo, não é para fazer caixa, mas para permitir investimentos e universalizar o sistema*²".

Um panorama de posicionamentos, opiniões e discursos diversificados é montado a partir das constantes mensagens veiculadas na imprensa. Este fator auxilia a construção dos conhecimentos e posturas assumidas pelo público receptor a partir de todo um entrelaçamento de notícias sobre o assunto. Discussões surgem em todo o país polarizando opiniões e despertando o interesse dos receptores que, na busca por entender a real dinâmica do processo, recorrem às mais diversas mídias, numa clara alusão à complexidade do tema.

Uma categoria particular de receptores é formada pelos trabalhadores dos bancos públicos. Estes recebem da mídia tanto o discurso do governo sobre a privatização quanto os discursos oponentes ao processo. O sentido da privatização extraído nas mensagens é absorvido, influenciando na elaboração dos significados e

¹ Revista Carta Capital edição de março de 2002

² Jornal do Comércio edição de março de 2002

na construção da representação dentro desse grupo ávido por entender estas modificações. A estrutura de significações e o imaginário desta categoria sobre a privatização recebem suporte da estrutura do processo de comunicação desenhada sob a comunicação interpessoal – o processo essencialmente interativo de pessoa para pessoa – a comunicação intergrupala – aqui se referindo à troca existente entre grupos ou instituições³ ou na comunicação midiática – aquela que se realiza a partir da mídia, principalmente os jornais, a televisão e o rádio. Estes sistemas se organizam atuando, desde a fonte da informação até o destino, impondo conteúdos específicos às mensagens, acrescidos dos referentes ideológicos característicos do contexto em que a notícia foi produzida.

A insistente preocupação em conhecer o efeito das informações mediadas sobre a privatização dos bancos públicos e a forma pela qual a construção simbólica sobre o assunto alcança o cotidiano desta categoria despertou-nos o interesse de problematizar esta questão. Tais inquietações remontam a nossa experiência de seis anos na área de Recursos Humanos de um Banco Federal. Durante este tempo, pudemos observar e constatar a crise que permeia as relações de trabalho no mundo contemporâneo – aspecto de incontestável discussão – interpelando não apenas nossa vida profissional, mas as vivências cotidianas de uma categoria que um dia esteve no topo das cobiças de uma considerável parte dos trabalhadores de classe média. Quem não teve em sua família uma pessoa que sonhava em ter um emprego em uma estatal?

Na busca por apropriar-nos de uma leitura mais crítica dessa realidade nos deparamos com um conjunto sistemático de implicações fenomênicas que, no nosso ponto de vista, não eram suficientes para entender a problemática de internalização das informações sobre a privatização e as atitudes e posturas que os bancários adotavam no

³ Esta forma de conhecer mais a respeito da privatização ocorre entre os empregados lotados em agências bancárias diferentes. Ao encontrar-se em reuniões, situações de treinamentos ou em atividades de lazer – como os campeonatos esportivos promovidos pelas associações locais dos bancários. Quanto às instituições, estas têm disseminado notícias referentes à privatização dos Bancos Públicos através de palestras, seminários, divulgação de boletins semanais e no seu jornal interno. Basicamente participam desta categoria a Federação Nacional dos Bancos - FEBRABAN, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE o –

seu cotidiano. Entretanto, reunir a riqueza de conteúdo extraída a partir desta leitura crítica foi decisivo para transformar um relatório diagnóstico em uma dissertação de mestrado.

Para além do discurso do governo, certas palavras como racionalização, inovação tecnológica, automação bancária, globalização e neoliberalismo conquistaram a imaginação dos empregados e compunham um arcabouço primário na influência de um referencial que se desloca da subjetividade de cada bancário para ser visto como uma elaboração coletiva de conhecimento.

Mudanças nas relações intragrupais, alterações no clima do ambiente de trabalho, um contínuo esforço da categoria para buscar o reconhecimento da sociedade, são comportamentos observados e declarados pelos bancários.

Outro aspecto foi verificado no estudo. Constatamos que o jornal do Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Crédito do Estado de Pernambuco – SEEC-PE, mais conhecido como Sindicatos dos Bancários, tem sido uma das formas de difusão instrumentalizada e sistemática sobre o assunto. Declarações e comentários aconteceram, reconhecendo a referida mídia como uma fonte segura de informações sobre o assunto. O jornal do SEEC-PE, cujo nome é Jornal dos Bancários, desta forma, assume o papel de um dos mediadores entre o leitor e os fatos relacionados com a privatização. Este fato sinalizou o início da nossa trajetória. Na busca por descrever o campo da pesquisa a ser explorado, constatamos que os anos de 1999 e 2000 foram os que o SEEC-PE teve sua militância mais atuante, no que se refere à preservação dos Bancos Federais. Este período foi o de maior ação do Governo Federal no protocolo da agenda da privatização dos Bancos Públicos. Uma declaração dos dirigentes do Fundo Monetário Internacional – FMI é divulgada na imprensa local, no caso pelo Jornal do Comércio, em março de 1999, e o posicionamento do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de que os Bancos Federais deveriam ter o mesmo tratamento dos Bancos Privados, noticiada pelo Diário oficial da União

em junho de 1999 descrevia com clareza o posicionamento do governo federal.

Após apropriar-nos das informações e dos dados que nos deram o respaldo inicial, constatamos que o universo temático e empírico deste trabalho eram os estudos de recepção, tomando como evento comunicacional as ações do SEEC-PE na preservação dos Bancos Federais. Com o objetivo de desenvolver cientificamente este estudo, a hipótese trabalhada foi a de que a comunicação praticada pelo SEEC-PE a respeito da privatização dos Bancos Públicos, durante os anos de 1999 e 2000, estimulava a categoria dos bancários destes bancos a uma mudança de postura diante desta possibilidade. A pesquisa buscou identificar a elaboração da representação que o SEEC-PE construiu, no período acima, a respeito da privatização dos Bancos Federais, ressaltando características que simbolizem e estimulem a adoção de atitudes nos bancários destes bancos.

Para refletir sobre estas questões, adotou-se o estudo dentro do eixo teórico dos Estudos Culturais. A escolha desta abordagem foi definida em função da interdisciplinaridade que a teoria permite realizar. O campo de pesquisa dos Estudos Culturais interage diretamente com as práticas políticas, sociais e culturais de um grupo, provocando uma nova forma de tratar os referenciais teóricos e metodológicos tradicionais.

Algumas pesquisas na área de recepção resgatam o sujeito receptor, geralmente negligenciado pelas teorias centradas na área da emissão ou do conteúdo. Os Estudos Culturais permitem analisar a comunicação dentro desta sociedade emergente como um processo onde não se tem mais a garantia de um entendimento único. A subjetividade é um dos componentes que provoca a diferenciação na elaboração do sentido de uma mensagem. Desta forma, ao tomar a ação sindical como um dos elementos presentes na construção do sentido elaborado pelo "*grupo focal*"⁴ (MILLWARD, 1995:272-292), está-se analisando um aspecto que, seguramente, está presente na elaboração do sentido de todo o bancário.

A recepção não foi vista como um espaço contraditório de trocas entre interlocutores⁵, mas como instância ativa da comunicação. O receptor não foi tomado como um receptáculo vazio ou como vítima dos meios. Eles são sujeitos ativos. No seu dia-a-dia, eles interagem com o contexto, interpretam e reelaboram informações e imagens. Um dos expoentes da corrente que contesta a concepção mecanicista da comunicação é Jesus Martín-Barbero. Barbero definiu como “*mediações sociais*” o lugar onde o sentido dos processos de comunicação é elaborado considerando a cultura como aspecto mediador de todo o processo. A categoria das mediações sociais trilhou os caminhos desta pesquisa.

As mediações são estruturas sociais. Os autores da corrente dos Estudos Culturais as apresentam em quatro níveis:

1. *As mediações individuais que se referem aos componentes específicos de cada indivíduo. Raça, gênero, sexo, idade, etnia são exemplos.*
2. *As mediações institucionais estão relacionadas aos locais onde grupos ou categorias de pessoas estão reunidos como, por exemplo, a escola, o local de trabalho, as associações, clubes ou qualquer espaço destinado ao lazer e reuniões.*
3. *As mediações massmediáticas que são todos os meios de comunicação e todas as mídias. Por tratar-se de meios e mídias, suas linguagens e suas estratégias de comunicar são distintas, influenciando a recepção, o processo de interação e de formação de sentido, cada uma com sua peculiaridade.*
4. *As mediações situacionais relacionam-se com a subjetividade dos sujeitos no processo de recepção. Referem-se aos estados cognitivos, emocionais e motivacionais dos receptores que compartilham o espaço onde a comunicação realiza-se.*

Conforme afirmado anteriormente, o Sindicato dos Bancários de Pernambuco era uma fonte sistemática de informações, como também

⁴ Grupo de sujeitos participantes das investigações iniciais de uma pesquisa em que se desenvolve toda a problematização. O termo teve origem nas pesquisas sobre os efeitos da comunicação de massa, os *focus groups*.

de atuação na preservação dos Bancos Federais, legitimada pelos próprios bancários. Barbero ressalta que estudar as mediações é maneira de entender as imbricações por onde a recepção acontece. Sendo assim, descrevendo e interpretando os aspectos característicos na ação desta instância comunicacional pertencente às mediações institucionais na preservação dos Bancos Federais, foi possível estratificar uma parte do conteúdo que estrutura o alicerce na construção do conhecimento a respeito da privatização. Conhecimento este fundamental para os atos de conversação realizados entre a categoria.

Estudar a ação sindical dentro da perspectiva dos Estudos Culturais foi desafiador. Apesar de hoje, para alguns, o meio sindical não suscitar tantas paixões como em outrora, quando a questão da ideologia era o grande foco, as relações de trabalho, no mundo atual, têm-se modificado profundamente, por conseguinte as estratégias de ação sindical também. A conjuntura econômica e política, por vezes, entra em conflito com a visão de mundo do sindicalismo. Geraldo (1995), em seu livro "*A globalização da economia e a comunicação sindical*", declara que a globalização e a mundialização do capital que atingiram os países capitalistas desenvolvidos, têm repercutido fortemente nos países do Terceiro Mundo, em especial naqueles com um parque industrial considerável, como o Brasil. As proporções das transformações no mundo do trabalho e organismos sindicais e partidários em decorrência destas mudanças necessitam de um minucioso estudo. A atuação sindical nos dias atuais pode ser melhor compreendida ao reportar-se à sua história. A história do mundo sindical é traçada a partir da história política e econômica do nosso país. Da influência dos anarquistas, no início do século, o sindicalismo brasileiro passou por diversas transformações. Várias tendências do pensamento marxista se fixam e muitos sindicatos adotam orientações

⁵ O termo interlocutores está sendo utilizado na pesquisa com o objetivo de designar qualquer sujeito presente no processo de comunicação, seja ele pessoas ou instituições.

do partido Comunista Brasileiro, que teve seus momentos mais evidenciados na luta contra a ditadura Vargas e nos tempos que precederam o golpe militar de 1964. No final dos anos 70, uma nova fase do sindicalismo se evidencia. Um sindicalismo desatrelado do PCB. Luiz Inácio Lula da Silva e seus "companheiros" são protagonistas da nova história do movimento sindical. Algumas conquistas, como o avanço do movimento grevista, o surgimento das centrais sindicais, o aumento de número de sindicalização e a efetivação de um avanço da busca por uma autonomia e liberdade sindical, descrevem este rumo. Outro aspecto importante é que este movimento, surgido a partir de 1978, possuía novas bases sociais e se construiu muitas vezes sob um novo padrão associativo, ligado em grande parte aos servidores públicos que se encontravam à margem dos direitos sindicais. Em seu artigo "*Os trabalhadores do setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas*", Guedes (1994:415) ressalta que "*foram intensos o movimento associativo e a polarização entre os profissionais de classe média, com a participação destacada dos trabalhadores do setor público e das estatais.*"

Mas, insidioso ou bruscamente, nos anos noventa, com o início do governo Collor, um tema vai tornando-se cada vez mais constante nas conversações deixando de estar presente apenas na esfera das idéias dos empregados estatais e do meio sindical. Trata-se do Programa Nacional de Desestatização. No governo de Fernando Henrique, a ação sindical em defesa da manutenção das estatais é mais enérgica, pois foi o período em que se contabilizou um grande número de privatizações.

No final dessa mesma década, algumas práticas correntes no grupo de bancários dos Bancos Federais foram identificadas. A busca por um segundo vínculo de trabalho para garantir um pouco mais de estabilidade financeira, a retomada aos estudos para tornar-se mais qualificado no mercado de trabalho e, conseqüentemente, mais "empregável" foram declarações que levam a constatar que estes bancários estavam desenvolvendo um saber efetivamente praticado a respeito do processo de privatização da sua empresa. O saber deste grupo ia além de suposições, opiniões ou de especulações a respeito

do tema. O processo de privatização ingressou na vida deste contingente de bancários alterando sua conduta e seu cotidiano. O seu cotidiano vivido a partir de redes interacionais estabelecidas pelas mais diversas formas de comunicação contava com um novo fato: a privatização do Banco Federal em que trabalha.

Estas constatações semi-empíricas são preciosas. Elas nos autorizam a concluir que em nível de relação Banco x empregado, Banco x Sindicato e Sindicato x empregado o conhecimento a respeito da privatização dos Bancos federais existiam em graus diversos. É um modelo assimilado, ensinado, comunicado e partilhado. Os bancários, independente das atividades que desenvolvem, permutam e misturam a assunto privatização, guiados por um modelo dotado de um cabedal poderoso de símbolos. Esse modelo retorna à superfície apoderando-se da consciência coletiva destes trabalhadores. Estas evidências conferem ao meio científico a constatação de que se trata de um importante fato social presente na vida deste grupo.

O processo de privatização dos Bancos Federais e a forma pela qual os trabalhadores destas instituições assimilam o assunto também são importantes porque, nestes últimos anos, ocupavam lugar central nas conversações entre os bancários. Mais que isso. O efeito na vida dos bancários relaciona-se de forma tão direta com a condição dos empregados destes bancos que me impulsionou compreender uma das formas de difusão: a mediação do assunto realizada pelo SEEC-PE. Como este sindicato divulga o assunto? Que aspectos são pensados, produzidos e representados por este segmento? De que maneira estes aspectos são internalizados pelos bancários? Qual foi a história de lutas e conquistas desta instituição que legitima, nos dias atuais, a luta contra a privatização? Que evidências e sentidos sobre a privatização foram construídos dentro dos limites de atuação do SEEC-PE?

A pesquisa aqui desenvolvida foi fundamentada na observação e em uma coletânea teórica e documental orientada para a busca de explicações causais e lógicas sem perder de vista os padrões técnicos de verificação e de demonstração. Lopes (1990:85) chama a atenção para as pesquisas em comunicação ao afirmar que,

“A pesquisa não é uma redutível seqüência de operações e procedimentos necessários e imutáveis de normas rigidamente codificadas. Esta concepção linear de metodologia e pesquisa, oposta ao que endossamos, converte numa tecnologia, num receituário de como fazer a pesquisa. Baseia-se numa visão burocrática do projeto. (...) Nossa concepção metodológica promove a pesquisa como dinâmica múltipla de instâncias e fases que se interpenetram dialeticamente”.

Para a autora, o caráter constantemente criativo e aberto da investigação científica, sem imposições de dogmas ou exigências ilusórias de fechamento, deve estar presente nas pesquisas em comunicação. O rigor e a audácia podem estar juntos no fazer científico sem comprometer o resultado da pesquisa. Até porque a opção teórica metodológica de uma pesquisa é, antes de tudo, a possibilidade de combinar diferentes procedimentos, alertando para que não se abandone o marco teórico inicial e sem redundar num ecletismo infundado. O próprio fenômeno comunicacional não pode ser estudado na sua totalidade por uma só ciência. A comunicação, por tratar-se de uma disciplina de campo recente, deve apoiar-se e desenvolver-se a partir das Ciências Sociais e Humanas mais tradicionais. Lopes lembra que o amadurecimento metodológico no campo da Comunicação depende do desenvolvimento das análises dos vários níveis e dimensões. Assim como na Comunicação, na História, na Sociologia, Política, Psicologia e Antropologia ocorre a mesma diversidade de paradigmas originados de teorias diversas que, por vezes, são até conflitantes entre si. O objeto do estudo em Comunicação deve ser um objeto multifacetado. Um objeto que permite uma diversidade de aspectos a serem estudados. O importante é que a estratégia metodológica atenda aos objetivos de pesquisa. Para assegurar o rigor científico necessário à pesquisa e dentro da perspectiva exposta por Lopes que prevê vários perfis para o estudo do objeto da comunicação, o presente estudo desenvolveu-se sob os limites da Teoria Social, Filosofia, Psicologia e Política.

O modelo teórico e metodológico desenvolvido na pesquisa foi o resultado de discussões e esquemas que pudessem se adequar ao fenômeno. Este modelo, que resultou no eixo paradigmático dos Estudos Culturais, obteve algumas ramificações que, na minha visão de pesquisadora, compôs um sistema gerador e unificador de conhecimento. Com esta estrutura, espera-se alcançar o que Karl Marx (1977[1946]: 218), dentro da Economia Política, chama de Concreto ao afirmar que “*o concreto é a síntese de múltiplas determinações logo, unidade da diversidade*”.

Ao estudar as múltiplas determinações, foram apropriadas várias caracterizações de forma que cada aspecto do objeto problematizado teve o seu acervo conceitual específico para alcançar todo o acervo fenomênico. O acervo conceitual não tinha apenas a característica de especificidade. A finalidade seguiu para além do entendimento de uma das determinações da problemática. Os conceitos foram utilizados dentro de um estudo que suscitava uma complementaridade estabelecendo uma rede de inter-relações. Desta forma, não se perdeu de vista a perspectiva de que conhecimento e ação, sujeito e objeto são indissociáveis, pois se encontram engendrados nos processos históricos e sociais em que o fenômeno está inserido. O acervo fenomênico não está no pesquisador, está no objeto de estudo. O pesquisador apenas revelou os fatos para alcançar à verdade. A verdade específica do objeto que está sendo estudado.

Buscando elaborar uma estrutura de investigação que descubra novos fatos, novos dados, novas leis e novas relações no campo do conhecimento em comunicação, esta dissertação estrutura-se em três partes.

Parte 1: Reúnem-se as afirmações fundamentais utilizadas ao longo da dissertação. Assim, após um delineamento da hipótese fundamental – já apontada nesta introdução – o conceito de mediações é desdobrado relacionando-o com o espaço e o tempo, além de salientar a importância histórica na elaboração das mensagens e das condições de produção. Este capítulo aborda, ainda, o cotidiano como categoria analisada na perspectiva de Berger e Luckman e utiliza as

fundamentações filosóficas e sociais do pensador Jürgen Habermas de ação comunicativa, mundo da vida e espaço público. A finalidade é apresentar a maneira pela qual a comunicação espontânea acontece entre as pessoas, entender os processos de interiorização mental da realidade que guiam as condutas e que estabelecem através da comunicação e descrever o ambiente social onde, através da comunicação, as pessoas constroem uma visão coletiva sobre um tema. O conceito de Senso Comum elaborado por Antônio Gramsci está presente, ao descrever a relação interação e comunicação. Com a finalidade de entender os processos em que os atores sociais constroem sobre a realidade a partir de idéias e visões de mundo, recorreu-se à teoria do francês Serge Moscovici sobre as Representações Sociais.

Parte 2: Apresenta a estrutura argumentativa sob uma perspectiva histórica, elencando tópicos referentes a fatores políticos, econômicos e sociais no nosso país e no mundo. Ao mesmo tempo em que se descreve eventos onde a gestão do Estado desloca-se do modelo centralizado de economia para a estrutura neoliberal culminando na fase das maiores privatizações, são descritos posicionamentos e aspectos pertinentes ao trabalho na contemporaneidade. Numa seqüência cronológica de fatos da política brasileira, os caminhos do movimento sindical são apresentados.

Parte 3: Procura-se apresentar a representação elaborada pelo SEEC-PE sobre a privatização, tendo como corpus de estudo o material da campanha em defesa dos Bancos Federais e as notícias veiculadas pelo Jornal dos Bancários – periódico do Sindicato dos Bancários de Pernambuco – entre os anos de 1999 e 2000. Estes dois materiais retrataram o período em que a ação sindical foi mais sistemática e intensa na preservação dos Bancos Federais. O estudo desenvolveu-se dentro da metodologia de análise de conteúdo trabalhada pelos teóricos Albert Kientz e Laurence Bardin. Simultaneamente, as categorias definidas para a análise sofrem considerações práticas fundamentadas na Teoria das Representações Sociais.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

Parte 4: São apresentadas as reflexões finais sobre o objeto pesquisado, ao mesmo tempo em que se revelam os possíveis caminhos a serem seguidos para continuação do estudo.

A unidade deste trabalho reside na finalidade apresentada: estudar a relação da comunicação, em especial a mediada pelo Sindicatos dos Bancários de Pernambuco sobre a privatização e as atitudes dos bancários no seu cotidiano. Nenhuma outra unidade especulativa foi desejada. Pelo contrário, numerosas razões contribuíram para conferir a este trabalho uma aparente heterogeneidade. Que este estudo seja considerado, sobretudo um documento social que reflete algumas das preocupações atuais do nosso tempo.

1. CAMINHOS TEÓRICOS PERCORRIDOS

A elaboração de uma visão coerente das ações do ser humano é decisiva para entender os fenômenos sociais. Na sociedade atual a questão dos meios pelos quais se chega a formar uma concepção concreta dos processos materiais e culturais para compreender, comunicar e agir é decorrente das constantes mudanças provocadas a cada construção desta visão.

1.1. FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO

Embora seja verdade que a comunicação sempre foi tema de estudo, é no século XX que ela se impõe como objeto e problema para pesquisas e investigações. Experimentos voltados para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação aconteceram como forma de revelar o fenômeno da comunicação e sua estrutura dentro da realidade humana. A comunicação está presente em toda a trajetória do ser humano, orientando-o na busca para explicar o meio em que vive. E na formação de sua consciência crítica para mudar este mesmo meio. Da infância até a idade adulta é através da comunicação que o homem trilha seu caminho, expressando a própria história da humanidade.

Do ponto de vista etimológico, o termo comunicação vem do latim *communis* e significa por em comum, partilhar, comunhão. No processo de comunicação sempre haverá uma intencionalidade que move esta partilha, esta comunhão. Os problemas e questionamentos referentes à conceituação da comunicação aparecem quando se quer aplicar um modelo mecânico que descreve o processo apenas como uma série de fases compartimentadas de transferência de informação para relações que envolvem pessoas. Vai-se falar de fonte, codificação, emissor, canal, mensagem e outros termos que provém de uma concepção mecânica originária da cibernética, da relação com as máquinas. A comunicação que envolve o fenômeno humano é mais

ampla que o modelo mecânico de transferência de informação. O conceito de comunicação tratado nesta pesquisa volta-se para o fenômeno humano, sobretudo aspectos que tratam da presença do fenômeno comunicacional na vida das pessoas, por entender que a essência da comunicação está no ser humano. Problematicar a essência da comunicação é problematicar a própria essência do ser humano. A comunicação, ao mesmo tempo em que é fruto das pessoas, é também condição que possibilita a consciência e realização humana. Ao estudar este processo examina-se o que de mais profundo existe no ser humano. Por isso é que sua definição não cabe mais dentro dos modelos tradicionais que a definem como transmissão de fontes ativas e receptores passivos.

1.2. COMUNICAÇÃO: ALÉM DA DESCRIÇÃO DE UM PROCESSO

Dotado de uma produção intelectual reconhecidamente complexa, o filósofo Jürgen Habermas, considerado como um dos mais importantes e influentes da atualidade, desenvolveu o seu pensamento em constante diálogo com as mais diversas correntes filosóficas e com várias teorias provenientes de outros campos do saber como Sociologia, Linguística, Psicologia e Antropologia Cultural. As sementes do seu trabalho foram plantadas bem cedo quando, ao cursar o seu doutorado, com vinte e poucos anos, o estudioso teve contato com os escritos de Marx. Pouco tempo depois, como assistente de Adorno, Habermas mergulhou nas teorias de Marx, Freud e na tradição filosófica de Weber e Durkheim. A necessidade de desenvolver uma fundamentação sistemática que realizasse o objetivo original da teoria crítica inspirou-o em publicar, entre 1979 e 1981, uma série de esboços culminando, posteriormente, na sua própria teoria.

Sua construção teórica desloca a tenção da sociologia da comunicação para *a linguagem e o agir comunicativo* onde ambos, segundo o teórico, constituem o marco da materialidade humana. Para Habermas (1989a: 94)

“(...) a teoria da sociedade posta em termos de teoria da comunicação e pelo desenvolvimento da qual advogo, entende o processo da vida social como um processo de geração mediado por Ato de Fala”.

A teoria de Habermas é orientada para a filosofia da práxis e atribui à linguagem e ao Agir Comunicativo a base da emancipação humana. A linguagem tem a finalidade de mediar a comunicação, ao mesmo tempo em que aproxima a subjetividade dos sujeitos presentes no agir comunicativo. Os sujeitos não agem e nem se conhecem isoladamente. Eles são socializados através da comunicação e se reconhecem mutuamente, mediados pelo *Ato da Fala*. O Ato da fala é o momento em que a ação do emissor, necessariamente, dirige-se a um receptor onde a linguagem demarca o campo das relações interpessoais, provocando um contexto de participação entre os falantes. A força executiva do ato de falar, assim como o conteúdo expresso, constitui uma categoria autêntica de significado. Ao falar, as pessoas exprimem suas intenções, transformando o mundo objetivo em que vivem.

A competência comunicativa desenvolve-se a partir do conhecimento que o falante extrai dos eventos de interação social onde tanto o ato de falar quanto o conteúdo expresso são categorias de significação. Os atos da fala representam o estado do falante e os acontecimentos, quando o falante refere-se a algo do seu mundo da vida. Na situação de Ato de Fala, os indivíduos possuem um conceito formal de mundo (enquanto totalidade dos estados das coisas existentes) como aquele sistema de referência do qual elaboram suas percepções e tomam suas decisões. Habermas (1989b: 94) define:

“O mundo da vida é o contexto da situação de ação e ao mesmo tempo fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes do ato comunicativo procuram suprir

*a carência de entendimento mútuo que surgiu em
cada situação”.*

Ao discorrer sobre como as estruturas sociais e institucionais encorajam um debate, Habermas definiu de *Espaço Público* a “zona social” existente para a exploração de idéias. Através dessa exploração de idéias, as instituições e a política são criticadas e, a partir da crítica, se emerge uma visão pública. O espaço público é a arena de debate e de críticas que contribui para a discussão de questões públicas.

Em “*Mudança estrutural da esfera pública*”, o filósofo apresenta o ponto de partida do estudo que resultou no conceito de esfera pública. Ao analisar a organização e transformação da esfera pública burguesa como uma categoria historicamente definida ligada ao desenvolvimento da sociedade inglesa do século XVIII, Habermas (1984: 09) ressalta:

“Concebemos a esfera pública burguesa como uma categoria típica de época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa sociedade burguesa nascida no outono da idade média europeia para, em seguida, ao generalizá-la num ideal-tipo e transferi-la a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer”.

Mas, como afirma o próprio filósofo, a pesquisa sociológica de tendência historicista permite um certo nível de generalidades onde processos e acontecimentos únicos podem ser citados e interpretados como exemplos que transcendam o estudo original. O estudo de Habermas estabelece uma maior relação com o material histórico, permitindo ampliar a análise das relações sociais. A categoria histórica de esfera pública burguesa foi a base para o estudo da sociologia da comunicação definir o espaço de livre acesso onde cidadãos se encontram para debater e desenvolver questões e construir visões coletivas. No espaço público existe liberdade para os indivíduos enquanto tais expressarem seu próprio juízo e opiniões. São

instituições informais como salões, sociedades de debates e cafés tanto quanto instituições formais como os lugares de representatividade governamental, as sedes dos partidos políticos e das entidades sindicais, por exemplo.

O diálogo e a ação comum são atividades pertencentes ao espaço público. É porque as pessoas são diferentes que a comunicação, a ação e o discurso entram em debate. Se todos fossem idênticos, não haveria necessidade alguma de estabelecer a comunicação ou de agir sobre uma realidade que não sofre qualquer variação. Por outro lado, se não tivermos algo em comum, a ação e a comunicação não ocorreria e o discurso perderia sua base. A vontade livre da ação e da comunicação exercida na realidade são experiências genuinamente humanas. Neste movimento, perspectivas diferentes são reconhecidas numa tentativa de negociá-las. Inicialmente esta negociação acontece num meio restrito. Posteriormente necessita ser levada a público, caracterizando um processo contínuo e inacabado. O SEEC-PE é um exemplo de espaço público surgido a partir do diálogo, do debate e da tentativa de negociação de idéias. Irineu Nascimento⁶ declara:

*“Foi no meio do contexto do Estado Novo que os bancários resolveram debater e se organizar. Nós não tínhamos sede. Então, nos encontrávamos para conversar no Gabinete Português de Leitura. Na segunda feira íamos até os jornais solicitar espaço para a divulgação de algum artigo. Foi assim que a classe bancária, aos poucos, foi se constituindo como classe de trabalhadores. Foi assim que fundamos o nosso sindicato”.*⁷

Alguns teóricos acusam os meios de comunicação de massa e a explosão do Estado em sociedades industriais como elementos conspiradores para debilitar o espaço público contemporâneo, provocando o que Habermas trata como “refeudalização” dos espaços

⁶ Irineu nascimento é sócio-fundador do Sindicato dos Bancários de Pernambuco.

⁷ Vídeo *Verso e Reverso*, em homenagem aos setenta anos de fundação do SEEC-PE.

públicos. A própria mídia, que antes tinha um caráter de fórum exemplar de debate, está-se tornando mais um domínio de consumo cultural. Os meios de comunicação têm cada vez mais ocupado espaço no cotidiano das pessoas. O SEEC-PE busca constantemente desenvolver mecanismos de conservar um espaço de debate e de repasse de informações isento de interferência das classes dominantes. Além da comunicação oral, direta e interpessoal, o SEEC-PE possui uma estrutura profissionalizada, bem como os seus próprios veículos – o Jornal dos Bancários e o periódico eletrônico *Ação On Line*. O agir comunicacional do SEEC-PE é focado na defesa do trabalhador e não na reprodução de qualquer lógica hegemônica. Este é um dos aspectos que se pode identificar o SEEC-PE como um espaço público.

Quanto ao tema que se entra em debate, Habermas afirma que o que o define se é público ou permanece privado é a forma como ele circula em sociedade e o lugar onde os atores sociais, em contexto histórico preciso, decidem colocá-lo. Habermas (Op.cit.:14) complementa chamando de público “*certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um(...).*”

Os eventos públicos participam da vida das pessoas imersos nas tramas das relações sociais onde interlocutores o utilizam na construção de seus horizontes ideológicos, alimentando os seus discursos e ações. Estes interlocutores ocupam lugares sociais e, a partir do processo comunicativo, interagem entre si. Para que a interação se estabeleça é necessário que os sujeitos aceitem a entrada no seu espaço por um outro sujeito. Este processo de entrada, o processo de recepção, tem suas peculiaridades. Características, categorias, classificações e definições deste processo são exaustivamente explicadas através do paradigma dos Estudos Culturais.

1.3. CRESCIMENTO E VISIBILIDADE

Na evolução do conceito de recepção dentro da comunicação, diversos estudos foram realizados até que se chegasse à corrente teórica dos Estudos Culturais. Pesquisadores formulavam hipóteses e paradigmas do processo resultante da leitura do momento histórico no qual estavam inseridos. No período entre guerras, por exemplo, a teoria hipodérmica de comunicação era quase unanimidade. A mensagem que era emitida chegava ao receptor com o objetivo de provocar um efeito já esperado, um comportamento adequado. Após a segunda grande guerra, um cientista político da Universidade de Chicago, Harold Lasswell, aprofundou as pesquisas direcionando-as para a propaganda. A teoria constatava que o conteúdo da mídia era responsável pela elaboração dos indicadores das tendências que moldam o ambiente simbólico das pessoas. Sobre este aspecto Mattelart (1999:40) lembra:

“Quem diz o que e com que efeito? Com essa fórmula, que o tornou célebre e aparentemente não apresenta ambigüidade, Lasswell, em 1948, dota a sociologia funcionalista da mídia de um quadro conceitual que, até então, alinhava apenas uma série de estudos de caráter monográfico”.

Quase de forma simultânea, o Instituto de Pesquisa Social em sociedade com a Universidade de Frankfurt (fundada em 1923, fechada durante o nazismo e reaberta em 1950) defendiam com uma nova abordagem o efeito dos meios na recepção. A análise era precedida de componentes sociais norteados pelo marxismo, notadamente pela crítica dialética. As formulações teóricas resultantes deste estudo criticavam a standardização, a atomização e a massificação do indivíduo na sociedade capitalista moderna. Este pensamento recebeu o nome de Teoria Crítica, em que se comparavam os bens culturais a mercadorias. Estas teorias atribuíam ao receptor

papéis e funções díspares e fatigadas, como o passivo, o alienado, o massificado, o receptor-objeto. Mattelart (Op.cit.:78) ressalta:

"Os produtos culturais, os filmes, os programas radiofônicos, as revistas ilustram a mesma racionalidade técnica, o mesmo esquema de organização e de planejamento administrativo que a fabricação de automóveis em série ou os projetos de urbanismo. (...) A indústria cultural fornece, por toda a parte, bens padronizados para satisfazer as numerosas demandas, identificadas como distorções as quais os padrões da produção devem responder. Por intermédio de um modo industrial de produção, obtém-se uma cultura de massas feita de uma série de objetos que trazem de maneira bem manifesta a marca da indústria cultural: serialização, padronização, divisão do trabalho."

1.4. AMPLIANDO CONCEITOS E ABRINDO CAMINHOS

Tradições de estudos se ampliaram e pesquisas foram desenvolvidas, sobretudo a partir dos anos 80. Jesus Matín-Barbero⁸ é um dos maiores expoentes da corrente que questiona a concepção mecanicista construída pelos anteriores modelos de comunicação. Ele rompe com a visão "etapista" do processo, que considerava a recepção como influência, o espaço da emissão como persuasão e os meios, os conteúdos de forma estanque e isolada. Segundo ele, deve-se abandonar a idéia de que os destinatários das mensagens são espectadores passivos cujos sentidos são permanentemente impostos por quem emite a mensagem. Deve-se, ainda, descartar a suposição de que a recepção seja um processo acrítico e que as mensagens são

absorvidas pelo sujeito receptor como uma esponja absorve água. Para Barbero, suposições deste tipo têm pouco a ver com o verdadeiro caráter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os receptores apropriam-se das mensagens, interpretam e incorporam em suas vidas.

O eixo teórico e metodológico dos estudos culturais desloca-se da ênfase do eixo dominação política e ideológica da comunicação para a esfera da cultura e da subjetividade⁹, sem abandonar as questões nitidamente políticas, como a problemática da hegemonia.¹⁰ Barbero (1995:40) comenta a visão mecanicista de estudar a comunicação:

"É o modelo em que comunicar é fazer chegar uma informação de um pólo a outro. Nele a recepção é um ponto de chegada daquilo que já está concluído. Ele leva a uma confusão epistemológica muito grave. Estaríamos confundindo, permanentemente, a significação da mensagem com o sentido do processo e das práticas de comunicação como também reduzindo o sentido destas práticas de comunicação na vida das pessoas ao significado que veicula a mensagem".

Barbero apresenta uma nova perspectiva para se olhar a comunicação e atribui à antiga estrutura da comunicação uma formação condutista onde o lugar da recepção é unicamente o lugar de chegada e nunca um lugar de partida dos sentidos. Sentidos estes até então atribuídos pela significação apenas transmitida através dos

⁸ Barbero é doutor em filosofia e membro da Comissão de Políticas Culturais do Conselho Latino Americano de Políticas Culturais.

⁹ Barbero ancora-se no italiano Antônio Gramsci para definir a cultura como sendo a forma de expressar, de viver e de pensar de um povo ou grupo de pessoas. A subjetividade refere-se ao que é pertencente ao pensamento humano. Ao que é relativo ao sujeito, o particular, o individual. Estes conceitos encontram-se desdobrados em seu livro *Dos meios às mediações*, São Paulo, Cultura, 1997.

¹⁰ Conceito extraído de Antônio Gramsci, que significa a liderança cultural e ideológica de uma classe sobre as outras. As formas históricas da hegemonia nem sempre são as mesmas e variam conforme a natureza das forças sociais que a exercem. Etimologicamente, hegemonia deriva do grego "eghestai", que significa conduzir, ser guia e do verbo "egemoneo", que quer dizer comandar, dominar.

textos, das mensagens e da linguagem dos meios. O rigor pelo qual o modelo condutista se apresentava – a separação para o estudo do emissor, da mensagem e do receptor descrevendo as disciplinas correlatas para o estudo - não permitia um caminho para o estudo da recepção a não ser pelas pistas da mensagem.

1.5. A EXTENSÃO E O MOMENTO DA COMUNICAÇÃO

Com o advento da modernidade e na busca para se entender o tempo na perspectiva da pós-modernidade, alguns estudiosos advogam que se deve reconhecer a pluridimensionalidade do tempo. A forma de entender o tempo está relacionada com a estratificação social e memória coletiva da sociedade que se encontra sob estudo. Barbero não assume conceitualmente sua postura pós-moderna. Todavia, excluindo os modismos que estão inseridos no pós-moderno, ele adota a heterogeneidade histórica como um dos seus eixos. Este expoente da teoria dos Estudos Culturais questiona que é impossível entender o mundo atual com uma visão radical e unidirecional. Como entender os tempos modernos sem considerar a multiplicidade de temporalidade que convivem simultaneamente? Barbero vai ao encontro do pós-moderno no que se refere à multiplicidade não só da realidade temporal, mas também espacial. Registra-se a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses, anos, década, séculos e eras como se tudo estivesse em uma única escala temporal e objetiva. Como se houvesse uma única história. Os processos e percepções mentais do sujeito receptor fazem segundos parecerem anos-luz ou horas agradáveis passarem com tanta rapidez que o mesmo não se dá conta. O tempo é apreciado diferentemente nas sociedades. As práticas de reprodução social originam a concepção objetiva do tempo, as quais podem variar de acordo com a cultura.

“A concepção progressista da história de que ela vai numa só direção impediu de ver a

*multiplicidade de temporalidades, a multiplicidade de história com seus próprios ritmos, com suas próprias lógicas”.*¹¹

A heterogeneidade temporal e espacial é uma das chaves conceituais dos estudos de Barbero. A dimensão espaço e tempo, que define o momento histórico da mensagem, é introduzida no processo de comunicação não mais de forma unificada, mas reconhecendo o heterogêneo, a pluralidade articulada em cada país, região ou grupo em que o receptor esteja inserido. Esta pluralidade, por sua vez, está presente nas interações estabelecidas no momento da recepção que obrigatoriamente é diferente do contexto de produção. No caso do fenômeno estudado neste trabalho, todas as mensagens são produzidas pela assessoria de imprensa do Jornal do SEEC-RE e transmitidas para os trabalhadores situados em circunstâncias espaciais e temporais diferentes das que são encontradas no contexto original de produção. Na maioria das vezes, estes receptores estabelecem o contato com o referido jornal no próprio ambiente de trabalho. As notícias recebidas sobre a privatização dos bancos públicos são intercambiadas entre esta categoria que não está ocupando posições idênticas no espaço e no tempo. Sobre este aspecto, Jaqueline Mello¹², comentou:

“Sabemos que a forma na qual cada bancário lê o jornal e interpreta as notícias é diferente, principalmente aquelas notícias mais pesadas, como é o caso da cobertura e de todo o movimento que fizemos contra a privatização dos Bancos Federais. Procurávamos ser, ao mesmo tempo, objetivos e enfáticos. Nós informávamos com o objetivo de conscientizar e mobilizar a categoria para combater o processo. Quando íamos às agências distribuir o jornal, nós fazíamos um reforço oral. Dependendo das características dos trabalhadores daquela agência, se estava mais informada ou

¹¹ Idem

¹² Jaqueline Mello é Diretora de Imprensa do SEEC-PE.

*não, se estava mais mobilizada ou não. Isto acontecia em todo o estado e nos três Bancos: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Nordeste.*¹³

Uns lêem e discutem o assunto no próprio local de trabalho, outros possivelmente realizam uma primeira leitura no seu serviço, levando o jornal para aprofundar as informações em casa. Enfim, todo o conteúdo é colocado à disposição. Os espaços de acesso são cada vez mais amplos. No entanto, a velocidade com que os bancários têm contato com o impresso é diferenciada para cada receptor. Os horizontes espaciais e temporais da compreensão dos receptores se dilatam grandemente. Eles não estão presentes fisicamente no local que acontecem os eventos que se relacionam com o processo de privatização nem, como já dito anteriormente, no local onde se produz a notícia a respeito dos acontecimentos.

1.6. ENTENDENDO A RECEPÇÃO ATRAVÉS DA DIVERSIDADE

A trajetória pela qual o paradigma dos Estudos Culturais tem atravessado é o resultado de um hibridismo de conceitos que vem trazer a compreensão da comunicação dentro de uma ótica bastante dinâmica. Nesta dinâmica também está presente a postura do estudioso em reconhecer as diversidades culturais, a divisão sócio-cultural e, por conseqüência, as diversas situações de recepção que podem existir e que auxiliam na descrição do processo de comunicação. Barbero (1995:45) observa:

“O que faz com que as pessoas se juntem? O que faz com que as pessoas se reconheçam? E o que faz com que as pessoas não se juntem nem se reconheçam? (...) Quando falo de reorganização das divisões sociais, quero dizer: primeiro, que

¹³ Entrevista concedida para a realização desta pesquisa em abril de 2001.

muito do que os pós-modernos chamam de fragmentação ou dispersão do sujeito social não é mais que uma renovação das mais velhas, tradicionais e estruturais divisões sociais".

Barbero aproxima as idéias do debate pós-moderno às concepções aprofundadas nos seus estudos. A pluralidade é causa e efeito para resgatar a iniciativa e a criatividade dos receptores onde a vida cotidiana é o espaço de produção de sentidos. A recepção das mensagens do Jornal do SEEC-RE está envolvida em um processo de formação pessoal e de autocompreensão de cada bancário que se apropria das mensagens e as incorporam ao seu cotidiano. Cada um constrói um entendimento da mensagem, relaciona este entendimento com sua condição de trabalhador de um banco estatal e influência do conteúdo com o seu atual momento de vida. Constantemente estes receptores modelam e remodelam o seu cabedal de informações sobre a privatização, vivendo renovados sentimentos, expandindo os horizontes de experiência e de perspectivas de futuro. Este processo de transformação pessoal não acontece subitamente e singularmente. Ele realiza-se lentamente, imperceptivelmente, dia após dia, ano após ano, dentro do seu cotidiano. É um processo no qual algumas mensagens são retidas, outras são esquecidas, algumas se tornam fundamentos de ação e reflexão, tópico de conversação no grupo de trabalho, no convívio social ou na família, enquanto outras deslizam pelo dreno da memória e se perdem no fluxo e refluxo de imagens e idéias.

O fenômeno a ser estudado pelo presente trabalho será a relação entre a representação construída pela ação do SEEC-PE sobre a privatização com as atitudes dos bancários. A pesquisa junto aos conteúdos mediados pela atuação do Sindicato dos Bancários, que irá extrair os sentidos das mensagens, vem prevenir o que Barbero chama de "uma ameaça ao estudo de recepção". Ao falar desta ameaça, o estudioso se refere ao total desligamento do estudo da recepção dos processos de produção, seguindo o antigo modelo etapista e mecânico em que cada etapa do processo de comunicação tem suas distintas

disciplinas de estudo. Barbero chama a atenção para o fato de que o saber não se localiza todo no lado de quem recebe a notícia. Por este motivo, não é possível afastar o estudo de recepção dos processos de produção. Os estudos de recepção não podem desprezar as questões relacionadas às condições de produção. Estudar o receptor sem estudar as condições de produção não seria suficiente. Não se poderia compreender o impacto das reportagens sobre a privatização no mundo da vida dos bancários dos bancos públicos sem considerar toda a economia de produção e a maneira como o SEEC-PE repassava as notícias nos anos de 1999 e 2000. Os saberes pertinentes à produção devem ser considerados. Para que seja possível entender as condições de produção e sua relação com o momento da recepção, é fundamental que examine o processo histórico em que a comunicação realizou-se. É necessário conhecer a dinâmica do processo tendo sempre em mente que ele gravita sob o receptor. Deve-se, também, conhecer as possibilidades do processo de recepção. Esta pesquisa descreve uma destas possibilidades. Antes, porém, analisou-se e descreveu-se o porquê de se estudar esta possibilidade e o porquê de reconhecê-la como possibilidade. Se assim não o fizesse, o resultado de toda a pesquisa poderia caracterizar-se unicamente numa produção idealista, pois não estaria sendo considerada a concentração de fatos e eventos que permearam o momento histórico e entender toda a formação e concentração ideológica presente na produção. Desconsiderar a economia de produção no estudo de recepção vai de encontro a idéia de Barbero de que não faz sentido separar a produção da recepção. Barbero (op.cit.:56) acrescenta:

"Há todo um conhecimento e um saber do receptor sem o qual a produção não teria êxito. Portanto, temos que assumir toda essa densidade, essa complexidade da produção, porque boa parte da recepção está de alguma forma não programada, mas condicionada, organizada, tocada, orientada pela produção, tanto em termos econômicos como em termos estéticos, narrativos e semióticos".

1.7. COMPONENTES CULTURAIS E ESTRATÉGIAS DE INTERAÇÃO

O maior legado de Barbero para os estudos da comunicação foi mostrar a necessidade dos estudos culturais para se entender a política, a economia e, sobretudo, deslocar o foco central do estudo da comunicação da análise dos meios para o que ele intitulou de "*mediações sociais*". A partir de então, muitos pesquisadores da área de comunicação passaram a adotar a categoria "mediações". Mediações, segundo Barbero, são níveis preponderantes onde as elaborações de sentido do processo de comunicação são construídas.

Para compreender as mediações, os aspectos culturais são considerados como o grande mediador de todo o processo de comunicação. Não há, para Barbero, uma relação direta entre o emissor, o meio, a mensagem e o receptor. Há uma relação mediada pela cultura, fazendo-se ver os contextos em que se dão essas relações. Pois, para entender a natureza da recepção, deve-se aproximar dela com a sensibilidade para os aspectos rotineiros e práticos da atividade receptiva. As mediações possuem níveis diversos: individuais, institucionais, massmediáticos e situacionais. Analisando sob o modelo das mediações individuais, são destacados os componentes como o gênero, idade, etnia e outros. Nas mediações institucionais, a escola, o local de trabalho, clubes, associações, ou qualquer local onde exista uma concentração ou grupo de pessoas. A classe social não é destacada como fonte de mediações, é apenas mais uma variável dentre outras tantas. As mediações massmediáticas abrangem todos os meios de comunicação. Como se tratam de meios, eles são distintos, possuem linguagem e estratégias de comunicação diversificadas influenciando a recepção, o processo de interação e formação de sentido. Por fim, as mediações situacionais que estão relacionadas com a situação da recepção. Todos os estados emocionais e motivacionais dos receptores que compartilham o espaço onde acontece a comunicação.

As mediações relacionam-se com todos os componentes culturais que produzem interferências e filtragens entre a mensagem e o receptor, atuando diretamente na percepção dos receptores. Estas instâncias de mediação contribuem para que o momento de emissão das mensagens oriundas dos meios de comunicação e sua decodificação pelo receptor não ocorram de forma simultânea. Este aspecto está dentro da verdadeira proposta do processo de comunicação de que o foco principal de estudo não está nas mensagens, mas nas estratégias de interação que o próprio meio transmite ao receptor. É durante os momentos de interação que é negociado o sentido do que está sendo mediado. Daí se conclui que os trabalhadores não interpretam aleatoriamente as notícias sobre privatização.

O capítulo posterior, onde se aborda historicamente o processo de privatização, descreve, também, mensagens que se originaram de diversas fontes onde se encontram as mais variadas mediações. Esta intenção contribui para que o entendimento do que será revelado aconteça com mais precisão bem como o tratamento dos dados coletados. Embora as mídias escolhidas para proceder ao aprofundamento do estudo tenham sido o Jornal do SEEC-PE e o material da campanha, seria impossível entender a pesquisa, sobretudo a compreensão contextual, sem trazer à tona outras fontes de emissão das reportagens a respeito da privatização como, por exemplo, o conceito extraído do site do BNDES. Por outro lado, necessitou-se depoimentos de outras "vozes", além das declarações dos trabalhadores para que se tenha um melhor entendimento de como os bancários estatais elaboram os seus significados a respeito da privatização. Estas vozes, que fazem parte da categoria das mediações institucionais, são depoimentos de representantes do governo ou da sociedade que têm um reconhecimento legitimado perante o público como, também, declarações de alguns dirigentes sindicais, formadores de opiniões na categoria, onde alguns têm vínculo empregatício com banco estatal.

Desenvolver a pesquisa sob a perspectiva dos Estudos Culturais favoreceu um olhar mais abrangente no campo fenomênico onde o

objeto estava inserido. A recepção, tal qual afirma Barbero (Op.cit.:42), será estudada não como uma etapa do processo, mas, como *“um lugar novo, de onde devemos repensar os estudos e a pesquisa de comunicação”*.

O foco deste trabalho está intimamente relacionado a este aspecto. O objetivo da pesquisa não é de revelar as estratégias de divulgação do Jornal do SEEC-RE referente à privatização para atingir a categoria dos bancários estatais. O direcionamento está para a estrutura interpretativa do que é informado pelo referido Jornal à categoria, levando em consideração a situação histórica, social e o dia-a-dia dos bancários. Os aspectos históricos são desdobrados à medida que vêm à tona os comentários e depoimentos. Eles se apresentam como ilustração dos conceitos, facilitando a abstração. O capítulo seguinte retrata mais historicamente o fato social, objeto da recepção. Algumas considerações tratadas nesta primeira parte terão sua complementaridade no decorrer de todo o trabalho. Afinal, a comunicação é um fenômeno inserido no social. Ela realiza-se na socialização e simultaneamente a promove.

O dia a dia é o espaço das atividades ordinárias. Neste espaço ações e interações compõem a vida das pessoas que realizam e, ao mesmo tempo, participam delas. A comunicação propicia esta interação no cotidiano.

1.8. VIVENDO E ABSTRAINDO SENTIDOS

É na vida cotidiana destas pessoas que as informações absorvidas nos processos comunicativos dão-lhe significado e realidade. A interação que acontece entre os trabalhadores e entre estes e os acontecimentos da vida diária expressam e confirmam as crenças e o conhecimento sobre os temas presentes no seu dia-a-dia. O processo de privatização dos bancos, no qual eles mantêm o vínculo de trabalho, está presente nestes assuntos que são tratados. Ao mesmo tempo, o conhecimento sobre a privatização orienta a prática interativa de outras informações e de outros temas em debate, como

por exemplo, a campanha salarial e as modificações ocorridas nas regras do fundo para a aposentadoria desta categoria de trabalhadores e, também, é influenciado por esta mesma interação. O assunto privatização pode estar associado a outros temas vividos e debatidos no cotidiano, além dos anteriormente citados, como também se fazer presente em outros assuntos constantes desta conjuntura. A maneira que o grupo pensa e se posiciona a respeito de qualquer tema é resultante dos processos discursivos intragrupais e comunicacionais que são socialmente construídos. Estes aspectos fizeram adotar o cotidiano como um dos blocos temáticos desta pesquisa que, pela relevante importância, necessita de um maior aprofundamento para que se possa compreender a recepção. O estudo do cotidiano é uma das categorias teóricas desta pesquisa desenvolvida sob a premissa de que a práxis científica é construída sobre o alicerce da teoria inserida no cotidiano. A teoria deve ser estudada na perspectiva fenomênica, ou seja, extraída da própria realidade onde o cotidiano é um componente estrutural desta realidade.

1.9. MÚLTIPLAS REALIDADES

Peter L. Berger e Thomas Luckmann¹⁴ fazem referência à realidade advertindo que ela é interpretada pelos homens para que seja dotada de sentido à medida em que eles buscam tornar o mundo coerente para si e entre si. É nesta realidade que se estabelece a relação entre a comunicação e o sentido do que é veiculado. Estes dois aspectos estão sempre presentes no círculo de relações da classe dos bancários. Com vizinhos, familiares, instituições, amigos, colegas de trabalho são selecionados os assuntos, são discutidas as questões que permeiam o tema "privatização" e toda a forma que este assunto está armazenada como, por exemplo, o que se sabe, o que se ignora, o que se fala, o que se silencia. Para Berger e Luckmann (1985:30), esta dinâmica se realiza de forma intencional, pois é dirigida para o interesse destes receptores. O local e o momento da experiência vivida

é o pano de fundo. Os bancários podem estar presencialmente no local de trabalho, em casa ao mesmo tempo vivendo algum estado de sua subjetividade como a ansiedade, preocupação ou tristeza, onde atuariam as mediações situacionais. As experiências e as conseqüentes estruturas de significação provocadas por estas experiências são, segundo os autores, intencionais. Elas realizam-se em estado de plena vigília e consciência. Da mesma forma, argumentam os autores (Op.cit.:18)

"Objetos diferentes apresentam-se à consciência, como constituinte de diferentes esferas da realidade (...) reconheço meus semelhantes com os quais tenho que tratar no curso da vida diária como pertencendo a uma realidade inteiramente diferente de que têm as figuras desencarnadas que aparecem em meus sonhos. Minha consciência por conseguinte é capaz de mover-se através de diferentes esferas da realidade.(...) Tenho consciência de que o mundo consiste em múltiplas realidades. Quando passo de uma realidade a outra experimento a transição como uma espécie de choque. Este choque deve ser entendido como causado pelo deslocamento da atenção acarretado pela transição(...). A realidade da vida cotidiana é a que se apresenta como sendo a realidade por excelência. Sua posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante. A tensão da consciência chega ao máximo da vida cotidiana, isto é, esta última impõe-se à consciência de maneira mais maciça, urgente e intensa. É impossível ignorar e mesmo difícil impedir sua presença imperiosa. Conseqüentemente, força-me ser atento a ela de

¹⁴ Berger é professor de sociologia da Rutgers University de New Brunswick. Luckmann é catedrático em sociologia da Universidade de Frankfurt.

maneira mais completa. Experimento a vida cotidiana no estado de total vigília. Este estado de total vigília de existir na realidade da vida cotidiana e de apreendê-la é considerado por mim normal e evidente, isto é, constitui minha atitude normal."

Uma destas realidades vividas é a própria atividade de recepção a partir das leituras do Jornal do SEEC-RE e da campanha pela preservação dos Bancos Federais. A atividade de recepção permite aos indivíduos que se afastem dos contextos práticos de suas vidas, mas é vivenciada em estado de plena consciência. Ao ter acesso às informações fornecidas pelo Jornal do SEEC-PE, estas matérias envolvem um substancial grau de distanciamento espacial da realidade predominante, e também temporal, propiciando aos receptores um certo deslocamento dos seus contextos de vida. Eles podem estar no caixa do banco efetuando algum pagamento a algum cliente, podem estar prestando atendimento a algum mutuário sobre aquisição de casa própria ou conversando com seus filhos em casa, por exemplo, e, no momento em que têm nas mãos o Jornal dos Bancários¹⁵, o impresso do Sindicato dos Bancários, mergulham na leitura e entram em um outro mundo. Embora provoque este deslocamento da consciência do indivíduo, a recepção resultante das mediações institucionais do SEEC-PE deve ser vista como parte da atividade de rotina, pois integra as atividades diárias dos trabalhadores. A recepção se sobrepõe e imbrica a outras atividades nas formas mais complexas, e parte da importância que os tipos específicos de recepção que tem para os bancários deriva das maneiras com que eles os relacionam a outros aspectos de suas vidas. A leitura do jornal, por exemplo, pode acontecer dentro da condução enquanto o empregado se desloca para o trabalho, durante o expediente para escapar temporariamente de alguma preocupação no ambiente de trabalho e mergulhar no mar de

¹⁵ Impresso produzido pelo SEEC-PE. Sua características estão descritas na segunda parte deste trabalho.

notícias sobre assuntos vinculados a sua condição de trabalhador bancário que o jornal do SEEC-PE propicia.

É fundamental trazer para este momento teórico a importância da linguagem para a compreensão da realidade. A linguagem com o seu sistema de sinais cristaliza a compreensão, objetivando a percepção de mundo e oportuniza a integração, uma vez que os indivíduos, para comunicarem-se, necessitam fazer parte de um certo padrão de linguagem. Para os dois teóricos, a linguagem tem o fundamental papel de tornar presente uma infinidade de objetos que se encontram em níveis espaciais, temporais e sociais distantes. Além desta transcendência proporcionada pela linguagem, o padrão característico de cada linguagem aproxima o emissor da mensagem do receptor. Esta aproximação acontece em função da linguagem tornar o outro mais alcançável ao indivíduo. A linguagem torna mais real e mais concreta a subjetividade de cada indivíduo, não só para quem emite a mensagem, como também para o receptor, pois, no momento em que ocorre a comunicação cotidiana, a linguagem cristaliza este significado, por mais dinâmico que se apresente. Os padrões dominantes da linguagem do Jornal dos Bancários buscam uma aproximação com o leitor bancário. Construída sobre uma pontual objetividade, sem rebuscamentos e com frases curtas, a redação das notícias do jornal facilita a leitura que o bancário realiza e, na maioria das vezes, o bancário vive um considerado grau de stress diário, provocado pela atividade que exerce, podendo afetar a sua capacidade de apreensão das notícias. A linguagem presente na realidade da vida tem a capacidade de transcendência do "aqui agora". Ela é capaz de realizar pontes entre diferentes espaços da realidade e os integra, estabelecendo uma só totalidade dotada de um objetivo: aproximar o receptor do fato ocorrido. Estas pontes acontecem em função dos estados de comunicação que podem ser de diversas naturezas. Oral, escrita, através de figuras ou símbolos a linguagem estabelece uma sincronia entre os objetos que estão socialmente ausentes. A maneira pela qual a linguagem é estruturada no Jornal do SEEC-PE contribui para que acontecimentos relacionados à privatização dos Bancos Públicos, ocorridos em espaço e tempo fora do alcance do trabalhador

bancário, sejam objetivados independente da dimensão geográfica ou temporal que afasta o fato da publicação da notícia. A cobertura dada pelo jornal do SEEC-PE no lançamento, em Brasília, do Comitê Nacional em Defesa dos Bancos Públicos e do ato em defesa dos Bancos Públicos,¹⁶ em São Paulo, acontecimento que reuniu mais de mil pessoas, são exemplos de que a linguagem aproxima o acontecimento do receptor. Qualquer evento que diretamente ou indiretamente se relacione com o processo de privatização dos bancos públicos o SEEC-PE, através do seu jornal, permite que o trabalhador das unidades mais longínquas do sertão pernambucano possa tomar conhecimento. Este aspecto aproxima o Sindicato da categoria.

1.10. CONVIVÊNCIA E RECIPROCIDADE

A importância da interação social entre indivíduos é essencial na vida cotidiana. Berger & Luckmann ressaltam que o estar face a face é fundamentalmente importante para as pessoas. Qualquer outro aspecto prático do cotidiano origina-se desta situação, pois o contato mais próximo com a subjetividade realiza-se nesta situação. Este é o momento em que o outro está mais acessível. É verdade que se pode ter o outro sem que o contato face a face aconteça, como já foi falado antes. Todavia, este outro só se torna real quando o encontro acontece pessoalmente. Importante ressaltar que no estudo exploratório realizado percebeu-se que, embora munidos de informações pelo Jornal do SEEC-RE, o assunto privatização possuía uma dimensão e interesse maiores quando se realizavam palestras, debates e assembléias onde os trabalhadores conheciam os donos de algumas “vozes” presentes no Jornal. A realização do Encontro Estadual da CAIXA, evento que tinha como objetivo apresentar as regras do novo plano de benefícios para os empregados da CAIXA¹⁷, é um exemplo. Este encontro contou com membro da comissão executiva dos Empregados da CAIXA, Carlos Caser, e o gerente de benefícios da

¹⁶ Estes eventos aconteceram em Brasília no dia 16 de maio de 1999 e foi noticiado pelo Jornal dos Bancários na edição de maio de 1999.

¹⁷ Evento informado pelo Jornal dos bancários na edição de Julho de 1999.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS
FUNCEF, Armênio Botelho. Ambos exercem suas atividades em
Brasília. O reconhecimento da importância do evento está descrito
abaixo por um empregado.

*“O encontro foi proveitoso pois nos propiciou conhecer mais
sobre os caminhos que este plano abre para a privatização.
Pude trocar alguns questionamentos com o Caser e conhecer
o Botelho e suas idéias mais de perto.”¹⁸*

Esta situação é um exemplo do aspecto tratado pelos teóricos. Na realidade da vida cotidiana, quanto mais a interação face a face acontece, mais o indivíduo vive a situação com mais consciência. Este evento, como também os citados anteriormente, teve uma representação simbólica sobre a privatização mais influente que a representação elaborada a partir da cobertura do Jornal dos Bancários onde é lido em tempo e espaço diferente. Este acontecimento vem ilustrar, também, o fato de que o tema privatização está sendo debatido em outras esferas da comunicação que compõem a vida desta classe de bancários.

No seu livro *“A construção social da realidade”*, Berger e Luckmann salientam que, para os indivíduos se apropriarem do mundo da vida cotidiana, eles devem estar continuamente vivendo o processo de interação e comunicação. A atitude adotada diante do mundo está intimamente relacionada com a atitude natural em relação aos outros. As perspectivas de mundo não são idênticas entre eles, mas todos vivem em um mundo comum. Neste mundo comum há uma contínua correspondência entre os significados que cada um elabora do que é percebido entre *“meus significados e seus significados neste mundo que partilhamos em comum”* (Op.cit.:40). Este aspecto fica mais claro apresentando a declaração de Roberto Leandro.¹⁹

¹⁸ Declaração de R.C. funcionário da CAIXA há 19 anos.

¹⁹ Roberto Leandro foi presidente do Sindicato dos Bancários no período de 1991 a 1994. Em 1999 coordenou a campanha em Pernambuco contra a privatização dos Bancos Públicos. Atualmente é Deputado Estadual.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

"Durante o período da Campanha contra a privatização dos Bancos Públicos aqui no estado, a imprensa, a televisão, enfim todos os meios de comunicação produziam notícias sobre os direcionamentos de Fernando Henrique e seu governo sobre a privatização. Nós realizávamos reuniões e assembléias para informarmos as últimas notícias deliberando sobre o andamento da campanha. Nestes momentos, os membros da assembléia tinham sempre alguma notícia ou algum comentário a fazer. Era um momento de desabafo, de esvaziamento das ansiedades, das angústias. Apesar disso, a categoria estava mobilizada e aberta para a compreensão das informações. A compreensão era coletiva. Foi uma época de muito trabalho, mas muito gratificante."²⁰

A realidade permeada pela campanha do SEEC-PE era partilhada. Ela estava presente no mundo comum de todos os bancários. O que se diferenciava era o significado elaborado dessa realidade. A apropriação das mensagens absorvidas do que o SEEC-PE produzia era comumente discutida pelos empregados, elaborada discursivamente e compartilhada com um círculo mais amplo de pessoas do que o dos que participaram do processo inicial de recepção, ou seja, dos que tiveram os primeiros contatos com as notícias. Desta e de outras maneiras, notícias a respeito da privatização dos bancos públicos podiam, no cotidiano destas pessoas, serem retransmitidas para outros contextos de recepção instrumentalizadas por outros recursos não mais pelo SEEC-PE. As narrativas de retransmissão eram transformadas através do processo contínuo de emissão, recepção, reinterpretação, comentário ou até em forma de crítica. Este movimento acontecia em várias situações da realidade destes indivíduos e envolvia uma diversidade de participantes. Na comunicação cotidiana intragrupal e intergrupala, as estruturas narrativas em que os bancários relatavam seus pensamentos e sentimentos referentes ao tema chave – privatização – eram imbuídas

²⁰ Entrevista realizada em maio de 2001.

de aspectos presentes em suas vidas. Neste processo de elaboração, as compreensões que cada um tinham das mensagens transmitidas pelo SEEC-PE eram obviamente vistas de ângulos diferentes. As compressões também submetiam-se a comentários e eram impressas, de imediato, no tecido simbólico da vida cotidiana de cada um. Trata-se de um conhecimento natural e presente em todo o indivíduo, denominado de senso comum por tratar-se de uma atitude comum ao mundo de todos os homens.

O senso comum é o conhecimento dividido com todas as pessoas de um grupo devendo, necessariamente, estar presente nas rotinas e nos seus cotidianos. As experiências e conhecimentos vividos no cotidiano, e que são a base do discurso de um grupo, estruturam o que é chamado de conhecimento ordinário ou senso comum. No processo de conversação e comunicação social, em qualquer que seja a mídia, objetos são criados e elaborados pelos indivíduos que, para atender às necessidades práticas, integram o processo de comunicação.

1.11. O TECIDO DE SIGNIFICADOS NA AÇÃO COLETIVA

Uma melhor fundamentação das proposições referentes ao senso comum realiza-se quando transportamos essas proposições para o campo das ciências políticas, notadamente aos estudos do fundador e dirigente do partido Comunista Italiano Antônio Gramsci.

Em função da seriedade dos seus estudos, do convívio com a classe operária na cidade de Turim, Itália, e do contato com as correntes revolucionárias do movimento operário internacional, Gramsci desenvolveu detalhados conceitos referentes ao poder político como superestrutura, hegemonia e bloco histórico. Todavia, o momento teórico deste trabalho tratará do tema senso comum.

Antônio Gramsci não concordava com a idéia de que a atividade filosófica fosse privilégio da comunidade científica. Segundo ele, todos os homens são filósofos, pois todos praticam o que ele classifica de

"*filosofia espontânea*". A filosofia espontânea está presente na linguagem, no sistema de crenças e superstições de um grupo e no senso comum. Para este pensador, a menor manifestação da atividade intelectual já é uma prática filosófica. À medida em que a atividade filosófica é praticada, ocorre um aprofundamento da consciência de si. Neste momento, o indivíduo desenvolve sua autonomia em elaborar a sua concepção do mundo e conseqüentemente escolhe sua própria forma de participar ativamente na construção de sua realidade. O senso comum é um termo que designa algo que é coletivo. Ele é produto de um devir histórico que antecede a ordem filosófica por tratar-se de uma concepção de mundo desprovida de crítica. Gramsci destaca que a filosofia nasce de uma atitude polêmica e crítica do modo de pensar existente. No senso comum o pensamento coletivo é difuso, disperso, genérico e retrata uma certa época em um certo ambiente popular. A atividade filosófica é elaborada e "*se pode considerar como suas pontas de progresso, o senso comum*" (GRAMSCI, 1948:27). A filosofia da práxis a partir do senso comum conduz a uma concepção superior de vida rumo à construção de um bloco intelectual e moral que caminha em busca do progresso intelectual dos homens²¹. Gramsci (Op.cit.:29) poderá que:

"O homem ativo age praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica deste seu agir, que é também um conhecer o mundo enquanto o transforma. A sua consciência teórica pode, pelo contrário, estar historicamente em contraste com o seu agir. Pode-se quase dizer que tem duas consciências teóricas; uma implícita no seu agir, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade, e outra superficialmente explícita ou verbal que herdou do passado e acolheu

²¹ Gramsci acreditava que os mundos imaginários funcionam como matéria espiritual para se alcançar um consenso, reordenando as relações sociais e orientando para a transformação. O regime de hegemonia, por sua vez, comporta espaços de lutas e deslocamentos no seu próprio interior que normalmente são expressos no campo comunicacional e na cultura.

acriticamente. (...) A consciência crítica de si mesmo advém, portanto, através de uma luta de hegemonias políticas de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, para chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de ser parte de uma certa força hegemônica é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, em que teoria e prática finalmente se unificam”.

O senso comum é o primeiro conhecimento e motor para as transformações da realidade. A construção teórica de Gramsci estabelece uma ponte entre a cotidianidade e a comunicação. O senso comum é uma mediação constitutiva da interação social e da existência do social elaborada a partir de eventos de comunicação. É através deste senso comum que se revela a dimensão simbólica integradora do ser humano. Por compor esta dimensão integrada, o senso comum tem um potencial transformador da realidade. Mesmo como pensamento fragmentado, contraditório, o senso comum pode ser recuperado criticamente, uma vez que ele corresponde espontaneamente às condições reais da vida de um grupo.

Schutz (Apud MINAYO, 2000:95-96), ancora-se na análise de Gramsci, tomando como base o ambiente natural do ser humano. Ele considera a integração, os costumes e as representações partilhadas pelos membros de um grupo para se chegar à concepção fenomenológica de senso comum. O foco do estudo de Schutz está direcionado para quatro aspectos fundamentais: a multiplicidade de experiências, a consciência da existência de grupos diversificados com seus mitos centrais e específicos de cada grupo, a análise exaustiva das relações intergrupais e a atenção dedicada à influência do outro na elaboração do senso comum. Estes componentes refletem o reconhecimento da pluralidade de mundos de vida e abrem o caminho à conclusão de que os mecanismos da formação do senso comum devem ser pensados e compreendidos de forma sistemática. Todos conjuntos de abstrações, formalizações e generalizações desenvolvidas

no cotidiano são aspectos constituintes do senso comum e são formados a partir de fatos do mundo interpretados no dia a dia. O cotidiano, segundo Schutz, é dotado de significados e portador de estruturas de relevância para os grupos que, de forma conjunta, vivem, pensam e agem. Esses significados são selecionados através de construções mentais. A compreensão do mundo e as elaborações realizadas sobre o que foi vivenciado acontecem a partir de um estoque das experiências pessoais com outros, por exemplo, os companheiros de trabalho e predecessores. Os indivíduos atribuem significados relevantes a suas ações, de acordo com a sua história de vida, seu aporte de conhecimento proporcionado pela experiência de interação com os que fazem parte do grupo. Todas as tipificações do senso comum são elementos construídos do histórico sócio-cultural. O senso comum determina a distribuição social de um conhecimento e sua importância para o ambiente social concreto de um grupo concreto em uma situação histórica concreta. Este fato permite a identificação de grupos e a estruturação comum de relevantes possibilidades de compreensão de um modo de vida específico do grupo no qual o indivíduo faz parte.

Este aspecto apresentado pôde ser constatado nas declarações realizadas nas etapas iniciais da pesquisa. A maioria dos empregados do banco público em que foi realizado o aprofundamento do levantamento – a Caixa Econômica Federal – está trabalhando na instituição há, pelo menos 10 ou 15 anos, em média. São aquelas pessoas que tem um histórico maior da relação com a empresa. Percebeu-se um pouco de polarização do senso comum entre estes empregados e os empregados que ingressaram na instituição há menos de cinco anos, no que se refere ao significado do trabalho na vida deles. O sentimento de instabilidade está mais fortemente expresso entre empregados com mais tempo de empresa. Não seria precipitado concluir que este sentimento decorre, pelo menos em parte, do senso comum que estes trabalhadores mais antigos elaboraram do aspecto de se trabalhar em uma empresa estatal que é associado a uma certa estabilidade funcional, cultivado ao longo dos anos nos diversos contextos vividos no seu cotidiano.

O fato de esta pesquisa tratar de um fenômeno existente no interior de uma categoria de sujeito torna necessário explicitar um pouco mais profundamente a dinâmica da comunicação intergrupala. Wagner (2001:19) elabora suas concepções afirmando que o resultado do processo comunicativo de um grupo em que seus membros se unem com uma identidade em comum, como é o caso da categoria dos bancários estatais, caracteriza o estilo do pensamento a respeito de um aspecto unanimemente presente na vida de cada um dos componentes. O pensamento coletivo do grupo a respeito deste aspecto comum é requisito para o que se chama de identidade social de um grupo. A identidade social, para Wagner²², beneficia o surgimento do conhecimento, do senso comum e dos padrões de troca de informações. Essa experiência, afirma Wagner, é específica ao grupo e permite a seus membros se localizarem dentro de um espaço discursivo comum. O senso comum elaborado é gerado pela confiança que o grupo coloca nas informações recebidas e julgamentos, quando estes são compartilhados entre um grupo de pessoas. O discurso grupal resultante da interação elabora simbolicamente as mensagens. Quando os processos discursivos acontecem no interior da categoria, eles tendem a estender-se a todos os membros do grupo envolvendo-os como produtores e receptores do sistema de conhecimento. A elaboração coletiva do conhecimento deve ser acessível a todos os membros do grupo. Sem se tornar público para todos os membros, o saber elaborado coletivamente não pode preencher sua função como base para a comunicação nem constituir o núcleo da identidade do grupo. Wagner (Op.cit.:17) cita que "*o conhecimento coletivo sobre a estrutura social, política e sobre os eventos históricos guia o pensamento e a atuação de grupos sociais*".

Uma abordagem original deste conhecimento coletivo, além de orientar a comunicação social e formar-se a partir dela, tem a função de edificar opiniões, estereótipos e atitudes. Trata-se do conhecimento coletivo das Representações Sociais.

²² Wolfgang Wagner é professor do departamento de Psicologia Social da Johannes Kepler Universität, Genebra, Suíça.

1.12. ESTRUTURAS DE SENTIDO E CONCEITOS

Buscando compreender as práticas religiosas das tribos primitivas, na Austrália, o sociólogo francês Émile Durkheim desenvolveu a tese de que a natureza fundamental do homem reside na religião, considerando que esta prática social traduz o que o teórico conceituou de Representações Coletivas. As representações coletivas são fenômenos capazes de manter vínculos entre os membros de uma determinada sociedade atravessando gerações. Quando, em 1912, Durkheim publicou "*As Formas Elementares da Vida Religiosa*", o conceito de representações coletivas foi apresentado para a comunidade científica. Esta noção atinge extensivamente as diferentes formas de pensamento compartilhado coletivamente. Para ele, a diferença do termo acima para as Representações Individuais ocorre em função de que a primeira possui leis próprias e pertence à natureza que, segundo Durkheim, é o pensamento característico de um grupo referente às relações com os objetos que o afetam. As representações coletivas, ao mesmo tempo em que exercem uma certa coerção nas pessoas, conduzem os homens a pensar e a agir dentro de um padrão e de maneira homogênea. Elas são estáveis na sua transmissão e reprodução em oposição ao caráter efêmero das representações individuais. As idéias de um grupo social quando transmitidas através da comunicação transformam-se em representações coletivas emergidas por leis próprias. Esta oposição entre o individual e o coletivo, pessoa e sociedade, estável e instável, deixa lacunas na teoria sobre a noção de representação coletiva. Estas lacunas, obstáculo nas elaborações epistemológicas para o conceito de representação, abrem, para o Psicólogo francês Serge Moscovici, o campo de pesquisa adequado para a construção da teoria das "*Representações Sociais*".

O objeto de estudo das Representações Sociais encontra-se na fronteira entre a psicologia, a comunicação e a sociologia. Ele está na interseção indivisível entre o indivíduo e o social. A teoria das representações sociais, formulada no final dos anos 50, consolidada na

história nos anos 70, marca uma nova etapa na pesquisa social, pois provoca um rompimento com as estruturas funcionalistas e positivistas ainda em vigor na época.

Ao publicar "*La psychanalyse – son image et son public*"²³ Moscovici introduz a teoria das representações sociais, tomando como objeto uma pesquisa a respeito da apropriação da psicanálise pelo grande público francês, durante os anos 50. A postura do pesquisador não era de buscar a *tradição* do social, como fizera Durkheim. O interesse estava na inovação de um social móvel no mundo moderno transformado com a divisão social do trabalho. Momento em que a ordem era de desigualdade no que se refere à produção e circulação de conhecimento. Um dos aspectos motivadores da elaboração do conceito de representações sociais distanciado do conceito de representações coletivas se justifica, de um lado, pela diversidade da origem tanto dos indivíduos quanto dos grupos e, por um outro lado, pela importância da comunicação na elaboração da representação social. O fenômeno comunicacional, para Moscovici, possibilita uma conversão dos indivíduos (apesar de e por causa da divisão social) dentro de uma rede de interações onde o individual pode tornar-se social e vice versa. A comunicação faz com que as representações não sejam homogêneas. São sociais porque, através da atividade receptiva, são partilhadas na heterogeneidade da desigualdade social. Esta desigualdade também é atribuída à atuação das mediações sociais que oscilam na comunicação, interferindo e filtrando informações na rede de interações. É por esta situação que há a "*necessidade de fazer a representação uma passarela entre o mundo individual e o mundo social, de o associar em seguida a perspectiva de uma sociedade que muda*" (MOSCOVICI, 1978:30).

Moscovici denuncia uma cisão da cultura moderna a partir do pensamento produzido pela divisão social do trabalho. Segundo ele, existe uma forma de pensamento *standard*, a científica, de um lado, e

²³ A obra foi a tese de doutoramento do teórico. A segunda edição francesa, publicada em 1976 pela Press Universitaires de France, Paris, França, na série *Bibliothèque de Psychanalyse*, foi traduzida para o português por Álvaro Cabral, editada e publicada, em 1978, com o título "*Representação social da psicanálise*" pela Zahar Editora.

o pensamento *não standard*, o senso comum, no outro lado. Nóbrega²⁴ (2001:62) cita:

"Antes do advento da teoria das representações sociais, o pensamento das massas, corretamente denominado o senso comum, era considerado como um corpus de conhecimento "confuso", "inconsistente", "desarticulado" e "fragmentado". Em relação ao conhecimento científico, o senso comum era situado num pólo extremo e oposto; como uma espécie de saber "selvagem", "profano", "ingênuo" e até mesmo, de mentalidade pré-lógica, conforme classificava a sociologia, psicologia, antropologia, etc. Estas distorções ou lacunas relativas ao saber de senso comum conduz Moscovici a argumentar que suas inquietações científicas a respeito dessa forma de conhecimento e do fenômeno de comunicação no qual ele se apóia, reside, fundamentalmente, na investigação do lugar onde foram geradas as representações sociais, não onde o conhecimento científico foi corrompido e distorcido."

Moscovici descreveu a natureza particular desse saber atribuindo o status legítimo do conhecimento social com a criação da teoria das Representações Sociais. Através desta teoria, são descritos e dimensionados os parâmetros de uma análise científica do senso comum que por muito tempo foi interpretado como caótico, bizarro e fragmentado.

Quanto aos fundamentos epistemológicos das representações sociais, Serge Moscovici embasa-se em Gramsci para desdobrar a concepção de senso comum dentro das ciências políticas, apropria-se de conceitos e desenvolve idéias evolucionistas preenchendo espaços

²⁴ Sheva Maia Nóbrega foi aluna de Moscovici, é Doutora em Psicologia Social e atual professora da UFPE.

dentro da psicologia cognitiva. Também segue, e ao mesmo tempo, altera o curso da sociologia de Durkheim no que se refere às representações coletivas e individuais.

O fenômeno comunicacional é o campo que subsidia a elaboração das representações sociais. As diferentes formas de se comunicar, na vida cotidiana, geram esta categoria do saber dotada de uma finalidade prática de orientar os comportamentos nas situações sociais. Nóbrega (Op.cit.:64) complementa:

"As representações são imersas em um movimento contínuo das incessantes e infatigáveis ondas de comunicação. Elas circulam nos discursos em que dançam as palavras numa coreografia de idéias e de imagens, que se materializam nas condutas. O conjunto de mensagens é organizado conforme as diferentes modalidades de comunicação".

Estas diferentes modalidades de comunicação referem-se a todas as formas de contato com as informações que contribuem para a formação da representação de um determinado objeto. O homem não é uma máquina que codifica e decodifica as informações dentro de uma lógica interna imutável. Os indivíduos são inteiramente socializados e a maneira que estão inserido no mundo e percebe este mundo é motivada por suas experiências e suas afiliações. Estas experiências são mediadas pelo processo de comunicação e pela sociabilidade. Ambas caminham juntas para a construção da representação. Neste espaço, a Psicologia Social e a Comunicação vêm se ocupando da discussão a respeito da constituição do sujeito e de suas relações sociais. Moscovici explicita as temáticas sujeito e subjetividade, processo de representação e de significação. Segundo este autor, a comunicação é constitutiva e é constituinte do sujeito e das suas representações. Esclarecendo, o indivíduo é constituído pelas significações e é constituinte das mesmas significações. A mediação por signos e imagens possibilita e sustenta a relação social, pois é o

processo de representação que permite a comunicação entre as pessoas. O indivíduo está inserido no mundo e seu cotidiano é percebido e, ao mesmo tempo, vivido pelas mediações. O processo de representação transita nas diferentes dimensões deste indivíduo atravessando o pensar, o agir, o falar, o criar, o desejar, o sentir. Pode-se entender as representações sociais como as idéias, imagens e visões de mundo que os atores sociais constroem sobre a realidade e que estão vinculadas às práticas sociais. Em se tratando da categorias dos bancários dos bancos federais, estes elaboram suas representações sobre a privatização dos bancos no qual trabalham a partir da sua posição de empregado de uma empresa estatal. Estas representações emergem das relações que eles estabelecem nesta sua condição e da própria dinâmica da vida cotidiana. Da mesma forma uma outra categoria, a dos clientes destes bancos, por exemplo, estrutura sua representação sobre o mesmo objeto mas, edificada sob idéias, imagens e visões de mundo partindo da sua condição de clientes.

É de responsabilidade da comunicação a maneira como se forjam as representações sociais. Elas se estruturam a partir de três níveis: o nível cognitivo, que está relacionado ao acesso desigual das informações ou interesse na obtenção de mais informação sobre o objeto da Representação; o nível onde ocorre o processo de formação das representações sociais, que é a articulação entre o conhecimento e as condições sociais para "materialização" da representação. Este nível também é conhecido como "*campo de representação*" (SÁ, 1998:69). Por fim, o nível onde se edificam as condutas, as opiniões, os estereótipos e as atitudes elaborados a partir da representação.

No que se refere ao objeto de estudo desta pesquisa, percebeu-se que ao estudar a Representação Social, mesmo dentro de uma mesma categoria, foi necessário para o pesquisador ter em mente que possivelmente serão encontradas diferenças e peculiaridades dentro de um mesmo grupo. Estes dois aspectos já começam a se configurar logo no momento em que se evidenciam as estruturas da representação. O grupo vive um mesmo acontecimento – a iminência de tornar-se um empregado de banco privado, tendo sua relação de

trabalho mais vulnerável. O interesse e a forma de conhecer aspectos pertinentes ao processo de privatização são variáveis. O campo de representação também é específico. Apesar de tratar-se de uma mesma categoria profissional, o que poderia trazer uma perspectiva mais unificada da representação social elaborada, outros aspectos referentes às condições sociais são distintos. Um exemplo seria a renda mensal familiar, o tamanho da prole e o nível de escolaridade de cada bancário. O campo da representação sofre a influência destes aspectos. Tudo isso resulta em formas diferentes de estruturar, de lidar com a realidade e de ter sua relação com o trabalho modificada. Ao iniciar a pesquisa partindo de um aspecto presente na vida cotidiana de todos os empregados, que é a ação do sindicato na defesa dos Bancos federais contra a privatização, estaremos seguros de que este aspecto coopera para a estrutura da representação elaborada pelo grupo de bancários. A atividade receptiva praticada pelos bancários a respeito do processo de privatização dos Bancos federais tem como um dos mediadores institucionais o Sindicato dos Bancários de Pernambuco. Conclui-se, então, que a construção das estratégias utilizadas pelo SEEC-PE para aproximar os bancários do processo de privatização, alimentando-os com informações, estão presentes no contorno da representação que os bancários fazem sobre a privatização dos Bancos Federais. O SEEC-PE, como categoria de mediações Institucionais adotadas por Barbero, influencia na determinação do pensamento dos receptores atuando entre os níveis interindividuais e o universo consensual instituído pelo grupo de bancários.

Com este olhar, a teoria das representações não é caracterizada por uma contraposição do saber científico. Ela também se constitui um saber como qualquer um outro (teologia, mitologia, ciência, filosofia, etc), diferenciando-se pela forma de elaborações e funções a que se destina cada um.

A teoria das Representações Sociais propõe a superação do pensamento dicotômico corpo/mente, indivíduo/sociedade. A partir de um estudo interdisciplinar, a teoria das Representações Sociais se reveste de uma característica essencialmente multifacetada e, neste

estudo, não será diferente. Para revelar os elementos explicativos de comprovação (ou não) da hipótese, este trabalho buscou reunir dados da política, economia, sindicalismo e relações de trabalho, abrindo perspectivas de estudos para outras problemáticas em campos de conhecimento diferenciados por um conjunto também diferenciado de disciplinas diferentes. Sob o entendimento de que isto é trabalhar a interdisciplinaridade, conforme palavras de Lopes já citadas, este estudo buscou o comum nas diferenças e o generalizável nas particularidades, sem, no entanto, anular as diferenças nem buscar homogeneizar o conhecimento.

Após a obra de Moscovici, o conceito de representações sociais foi ampliando-se de forma que outros teóricos incluíram esta noção em outros numerosos terrenos de pesquisa. Doise (Apud NÓBREGA 2001:79), fala sobre as representações sociais.

"(...) se situa sobre as dimensões de atitudes, informações, e de imagens; contribui para a formação das condutas e a orientação das comunicações sociais; conduz a processos de objetivação, de classificação e de ancoragem; caracteriza-se por uma focalização sobre um estado da relação social e uma pressão à inferência; e, sobretudo, elabora-se nas diferentes modalidades de comunicação".

O processo de objetivação refere-se à materialização das abstrações relacionadas ao objeto da representação. É tornar visível o impalpável, transformando em objeto o que é representado. As palavras são acopladas às coisas de forma que o conceito é transformado em uma imagem. No que se refere à classificação, já foi visto anteriormente a partir dos três níveis em que a representação estrutura-se. Quanto à ancoragem, esta permite compreender a maneira pela qual novas informações são interligadas e transformadas em um conjunto de conhecimentos socialmente estabelecidos e transmitidos atuando como guia de compreensão e de ação. A

ancoragem e a objetivação fazem parte do campo de representação – conceito utilizado por Sá para definir o processo de formação da Representação Social.

Moscovici (Apud NÓBREGA, Op.cit:69) afirma que toda representação é sempre *“uma representação de alguma coisa ou de alguém”*. Nóbrega (Op.cit.:70) complementa:

“O ato de representar ocorre na simultaneidade do movimento de separação e aproximação entre sujeito e objeto, quando o “eu” do sujeito se destaca do “objeto” e a ele se articula através do símbolo. O símbolo pode ser um objeto ou um fenômeno que representa outra coisa que ele próprio. É uma idéia que os homens partilham a propósito de um objeto, independente do próprio objeto.”

Por vezes, estes objetos são fenômenos que estão presentes no cotidiano mas que, a cada vez em que são apresentados ao homem, trazem na sua bagagem novos aspectos, o que leva a uma necessidade de recharacterizá-los para que os novos aspectos introduzidos no objeto se tornem familiares. É pela representação que o real é reconstruído e por intermédio da interpretação dos elementos que estão no meio ambiente, de forma bastante ordenada. A interpretação da realidade é traduzida em um conjunto de pensamentos edificantes da visão do mundo de um determinado grupo. O estudo da representação possibilita aproximar-se do movimento pelo qual um indivíduo ou categoria de indivíduos apropria-se do mundo, nele se definem, agem, se comunicam e recebem as mensagens. Neste processo, informações de diferentes ordens são continuamente elaboradas, transformadas, recriadas, articulando-se instâncias, níveis e dimensões, numa síntese de saber que permite ao sujeito agir e interagir, situar-se e se definir, negociar a aceitação estabelecendo proximidades e diferenças. É nesta perspectiva que se pode afirmar que as representações organizam-se *“enquanto sistemas*

de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros e organizam as comunicações e condutas” (NÓBREGA, Op.cit.:85).

Segundo Moscovici, os sistemas de comunicação que induzem a representação são três: difusão, propagação e propaganda. Eles estão relacionados, respectivamente, à edificação de condutas de opinião, atitudes e estereótipos. Cada um é, em particular, um sistema de comunicação em que a relação entre o emissor e o receptor, a forma como as mensagens se organizam e os comportamentos assumidos a partir da apropriação das mensagens ocorrem de forma diferenciada. Cada sistema tem por efeito a produção de representações específicas de acordo com a dinâmica das interações que se estabelecem entre o sujeito, o objeto de representação e o grupo.

A difusão caracteriza-se por uma forma de relação indiferente entre o emissor e o receptor da mensagem. A conduta de opinião aparece dentro de situações descontínuas e contraditórias diante da ausência de interação entre os sujeitos envolvidos na situação de comunicação.

A propagação é a modalidade de comunicação que tem características semelhantes às do conceito de atitude. Ela exige uma organização mais completa das mensagens. A propagação é uma relação que se estabelece por membros de um grupo que construíram uma visão de mundo organizada e que carregam consigo crenças que são propagadas e que simultaneamente estão ávidos em apropriar outros conhecimentos a os que se já têm a respeito de um determinado objeto.

A propaganda caracteriza-se por uma situação comunicacional dentro de um grupo onde esteja passando por situações conflituosas. O movimento desencadeado é a representação que o grupo faz do objeto do conflito: Uma reação de oposição e antagonismo em relação ao outro grupo. É neste contexto que aparecem os estereótipos. Estes são a resposta que é, ao mesmo tempo, genérica e reducionista a simplificação do fato ocorrido.

Estas modalidades de comunicação além de deslocar as representações revelam o por quê das diferentes atitudes e condutas

diante do objeto. As modalidades de comunicação auxiliam estruturar o conteúdo da representação em níveis avaliativo, afetivo, cognitivo e simbólico sobre um fenômeno imerso em uma determinada população. Estes sistemas de comunicação vêm revelar as formas pelas quais o objeto tornou-se acessível ao sujeito, além de trazer o interesse intrínseco e circunstancial que o objeto desperta e a necessidade premente de seu conhecimento pelo grupo. Sob esta visão coletiva, vê-se que a Representação Social é um processo público de criação, elaborado e transformado em um conhecimento compartilhado no discurso cotidiano de um grupo.

A partir do estudo exploratório realizado antes mesmo de elaborar esta pesquisa, somado a um minucioso entendimento dos atributos conceituais que definem cada um dos sistemas de comunicação acima apresentado, entendeu-se que o sistema predominante, entre os bancários, durante o período exploratório até o início das grandes privatizações, período compreendido entre os anos de 1998 e 2000, foi a propagação. A correspondência estabelecida mais presente foi entre a propagação e a atitude. Naquele período, embora não se tivesse com clareza a definição por parte do governo a respeito do destino dos bancos federais - o que poderia, a princípio suscitar eventos descontínuos e contraditórios na comunicação -, o que prevaleceu foi um interesse em adquirir e assimilar mais e mais informações sobre a situação do seu banco federal com relação à privatização.

O contexto pelo qual a modalidade de comunicação atua gerando e provocando determinados comportamentos, traz um entendimento mais aprofundado da relação entre o grupo de sujeitos e o objeto da representação. Este pode ser o ponto de partida para explicar algumas características referentes à estrutura e ao conteúdo da representação. O contexto é a situação social definida pela dispersão de informações, pela pressão a inferência ou pela focalização dos sujeitos em uma relação a um centro de interesse.

Uma dispersão de informações ocorre quando existe uma desigualdade no nível de conhecimento a respeito do objeto da representação.

Pode ocorrer pressão à inferência surgida pela necessidade dos componentes do grupo em busca do consenso nos processos comunicacionais. O efeito desta pressão é um processo desencadeado que sai da simples constatação para a inferência.

A outra forma é a focalização. Esta diz respeito à distância e o grau de implicação que os sujeitos do grupo têm em relação ao interesse pelo objeto da representação. Cada pessoa ou cada grupo tem uma atenção especial, como também um certo desinteresse em relação a objetos que estão presentes em seu dia-a-dia.

Um último aspecto que é importante considerar, pois está intimamente relacionado a esta pesquisa, refere-se ao que Moscovici classifica de questões sociais. Neste segmento estão os estudos referentes a conteúdo de natureza política e estrutura social voltados para eventos históricos. São saberes sociais tácitos praticados para entender a longa e dolorosa saga em meio à questões polêmicas da história. Sobre a temática referente à Representações Sociais polêmicas de assuntos sociais, alguns estudos têm-se desenvolvendo. Na Inglaterra, Joffe (1994) estudou a Representação Social transcultural da AIDS. No mesmo país, Jovchelovich (2000) trabalhou com a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil durante o impeachment do presidente Fernando Collor de Melo. No Brasil, Sá (1998) analisou a Representação Social da Economia Brasileira antes, em 1993, e depois do "*Plano Real*", em 1996.

2. TRAJETÓRIAS DA LUTA SINDICAL NAS PAISAGENS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO BRASIL

Os eventos históricos giram o pensamento e a atuação dos grupos sociais. Num movimento circular, as ações coletivas conjugam objetos e eventos que correspondem às instituições, ações e fundamentos ideológicos de pessoas reunidas com um olhar comum.

2.1. ORIGENS E PRIMEIROS OBSTÁCULOS

A década de trinta foi um cenário de grandes transformações mundiais. No Brasil, quem assumiu o poder Getúlio Vargas, gaúcho, odiado por segmentos de esquerda, direita e centro, mas amado por grande parte do povo que lhe chamava de “pai dos pobres”. Getúlio chegou ao poder através da Revolução de 30, que pregava o fim dos arranjos políticos oligárquicos da República Velha acabando com os chamados “votos de cabresto²⁵”. Aliado com os tenentes e com os liberais da época, Getúlio não conseguiu implantar a República idealizada, mas reconhece-se que ele fez o país avançar social e politicamente, mesmo com traumas.

Logo no início, o Governo Vargas, temendo aproximação do Partido Comunista com os operário, procurou antecipar-se instalando o Ministério da Trabalho, estabelecendo um maior atrelamento dos sindicatos com o Estado, buscando o enquadramento das reivindicações e posicionamento do proletariado urbano dentro dos limites do campo político, controlando os setores dirigentes.

²⁵ Prática eleitoreira exercida com a compra de votos. O eleitor recebe dinheiro para votar em um determinado candidato.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

Um ano depois foi baixado o decreto 19.770 – Lei dos Sindicatos²⁶. Com esta lei, os sindicatos foram considerados órgãos de colaboração do poder público.

Os sindicatos eram o alvo principal do governo Vargas, neste primeiro momento, para que se pudesse exercer um controle mais específico sobre o incipiente proletariado urbano. Neste mesmo tempo, a crise que atingiu o mundo possibilitava a substituição das exportações, transferindo os investimentos do café para o setor industrial, dando início ao desenvolvimento da indústria. A política administrativa centralizadora nomeava interventores para os estados e municípios, buscando enfraquecer a política das oligarquias e facilitando a nova política industrial. Na Assembléia Constituinte, para a elaboração da Carta Magna, havia representantes dos sindicatos patronal e dos empregados, gerando um sistema que mantinha o principal discurso cooperativo aprovado na República de Weimar, na Alemanha, em 1919.

A Constituição dava autonomia às organizações de trabalhadores. Para aumentar o poder do Estado, Getúlio consolidou um modelo de cooptação de dirigentes e a criação de novos sindicatos a fim de controlar as reivindicações e construir a estrutura sindical subordinada ao Estado.

Através de algumas outras medidas e, mesmo com suas boas intenções, Getúlio Vargas tornou-se impopular, o que provocou a “Revolução Constitucionalista de São Paulo”, de julho a setembro de 1932, que exigia de Vargas a convocação de uma Assembléia Constituinte e eleições. Na economia, foram abertos novos mercados para a produção brasileira, principalmente na Alemanha e no Japão. Ocorreram as eleições e Vargas foi eleito presidente por um período de quatro anos.

²⁶ A história do movimento sindical no Brasil é marcada por uma legislação que se inicia em 1903 com a regulamentação dos sindicatos rurais – Decreto 979 – e em 1907 com a legislação sobre os sindicatos urbanos – Decreto 1637. Com a lei 19.770, deu-se início a chamada era sindicalista.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

Neste período, começavam-se a consolidar todas as formas de classe trabalhadora no Brasil. Dentro destas efervescências políticas, um grupo de bancários, em Recife, se reunia para organizar a categoria. Em 13 de outubro de 1931 é fundado o Sindicato dos Bancários do Estado de Pernambuco.²⁷ A reação da categoria dos bancários começava a acontecer.

Em abril de 1932 a primeira greve de bancários é deflagrada no Brasil. Os funcionários do Banco do Estado de São Paulo, filial Santos, paralisaram suas atividades. A greve foi vitoriosa, fortaleceu a oposição e durou dois dias. Em 1933, o Sindicato dos Bancários de Pernambuco participava ativamente da campanha que garantiria 06 horas de trabalho para os bancários. Neste mesmo ano, o Sindicato dos Bancários de Pernambuco lançou o jornal "Correio Bancário" que, meses depois, se tornou o jornal oficial da entidade no estado. Um ano depois, aconteceu a primeira greve nacional dos bancários e o Correio Bancário buscava manter a categoria informada.

Alguns segmentos sociais estavam insatisfeitos com a atuação de Vargas: o campesinato que nada ganhara, pois o latifúndio continuava protegido; o operariado que, embora com leis trabalhistas, continuava sem regulamentação. Esta situação animou o Partido Comunista, fundado em 1922, a tentar um golpe de Estado em novembro de 1935: A Intentona Comunista, mal planejada e sem apoio popular, tentou tomar o poder em Pernambuco, Natal e Rio de

Criaram-se normas para o reconhecimento sindical e os sindicatos foram transformados em instituições de direito público.

²⁷ Até a revolução de trinta os bancários se organizavam em todo país através de mutuais. Tratava-se de uma sociedade de socorro mútuo que surge como uma resposta à ausência de normas institucionais nas relações capital-trabalho. Em geral os objetivos destas entidades eram assistencialistas e previdenciários como atendimento médico-hospitalar, funerais, empréstimos, pensão a herdeiros, educação a órfãos de seus associados. Há registro de que a mais antiga era a Sociedade Beneficente da Caixa Econômica de São Paulo, fundada em 1907, que auxiliava nos funerais dos associados e concedia-lhes empréstimos. Podem ser citadas ainda a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo em 1921 e a Caixa Beneficente dos Funcionários de Bancos de Santos.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS
Janeiro, invadindo quartéis. A atuação do Sindicato dos Bancários em
Pernambuco era a seguinte, descrita por Irineu Nascimento²⁸.

"Este foi um dos momentos em que mais trabalhamos. Por volta de 1935 não só o sindicato, mas também toda a classe trabalhadora de Pernambuco lutava pela regularização do salário mínimo. Durante o dia eu trabalhava no Banco e, à noite, eu e os outros companheiros íamos colar papel pelos muros e pelos bondes da cidade. E assim foi a luta."²⁹

Em novembro 1937, alegando perigo interno e ameaça de guerra civil, Vargas dá um golpe de Estado antes do término do seu mandato e se torna ditador. O Brasil mergulhava nas trevas da ditadura, começava o Estado Novo.

Com o Estado Novo, a prática política das entidades sindicais confunde-se com a do Estado, em função do seu caráter assistencialista. Pode-se perceber com a declaração de Irineu Nascimento.

"Nesta fase, nós praticamente não tínhamos sindicato. Quando nós queríamos reivindicar alguma coisa, nós íamos até o Sr. Dr. José Adolfo Pessoa de Queirós³⁰. Nós íamos a ele e ele sempre resolvia os nossos problemas. Durante bastante tempo nós não tínhamos qualquer atrito com os nossos patrões; os donos dos Bancos. Por muito tempo a relação era de colaboração das duas partes. Não havia necessidade de fazer qualquer campanha para aumento. Ele sempre prometia que ia apresentar a nossa proposta para os outros associados do Sindicato dos Bancos para ver o que poderia ser atendido".³¹

²⁸ Irineu Antônio do Nascimento é o único sócio-fundador do Sindicato dos Bancários de Pernambuco ainda vivo. Aos 91 anos continua lúcido e forte. Não perde uma eleição do SEEC-PE. "Sou um soldado. Não sou mutilado de guerra. Se a corneta tocar, eu estou pronto para a luta".

²⁹ Conteúdo extraído do *Jornal dos Bancários*, edição especial pelos 70 anos de história.

³⁰ Presidente do Sindicato dos Bancos em Pernambuco na época.

O Estado Novo favorecia uma política intervencionista e nacionalista. O Estado controlava a organização sindical. A forte legislação restritiva agravava a falta de espontaneidade do modelo³². Neste período, que vai até 1945, Getúlio instaurou o populismo, dissolveu o Congresso, anunciou uma nova Constituição, proibiu a atuação dos partidos políticos. A greve foi considerada um recurso nocivo à economia e anti-social.

No campo da comunicação, Vargas foi austero ao estabelecer censura à imprensa. O controle era exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Ribeiro (2002:08) comenta:

“A criação do DIP foi um marco na estrutura de comunicação do país. Longe de possuir uma função técnica, este órgão regulador, como os outros que foram criados posteriormente, tinha um caráter político incluindo, além da censura, a perseguição aos jornalistas e proprietários de órgãos de imprensa e de emissoras de rádio.”

Além do ato acima, Vargas promulgou leis trabalhistas, sufocou outra tentativa de golpe, rompeu com os países do Eixo (Alemanha, Itália, e Japão) e iniciou com os Estados Unidos um entendimento para instalar uma grande siderúrgica no país e equipar as Forças Armadas, em troca da participação do Brasil na Segunda Grande Guerra.

Neste mesmo período, foram realizadas várias iniciativas para atender ao crescimento do setor industrial: o 1º Plano Nacional de Eletrificação; a criação do Conselho Nacional do Petróleo, para controlar os poços descobertos no recôncavo baiano; a Companhia Siderúrgica Nacional, localizada em Volta Redonda, e, outras tantas. Estas medidas relacionam-se com o aumento da indústria, propiciada pela Segunda Guerra Mundial, num processo de substituição das

³¹ Vídeo *Verso e Reverso*, SEEC-PE, 2001

³²São exemplos deste tipo de política o sistema de unicidade sindical imposto por lei, o poder de intervenção do Ministério do Trabalho nas entidades sindicais, a determinação, por lei, dos órgãos e números de diretores do sindicato, o controle orçamentário dos sindicatos pelo MT e as penalidades de suspensão e destituição dos direitos sindicalistas. Além destes aspectos, existia a previsão para extinção de entidades sindicais mediante a cassação da sua conta, que era o documento que habilitava o sindicato a ter sua existência reconhecida.

importações brasileiras de gêneros alimentícios, matérias-primas e produtos da indústria leve.

Os contingentes de trabalhadores para essa industrialização eram fornecidos pela liberação de mão-de-obra rural, sobretudo do Nordeste, que migravam, em maioria, para o Sudeste. Na ditadura, a participação da indústria na economia como um todo continuou a aumentar. Com a indústria, crescia o fosso entre o Norte agrícola e o Sul industrializado e, como a crise de 1929 tivera como efeito secundário a quase paralisia da imigração estrangeira, surgiu um novo dado na vida do país: a mão-de-obra necessária para mover o parque industrial recém-criado passou a ser fornecida por migrações internas. Em busca de trabalho, os moradores do campo, sobretudo no Nordeste, passaram a se dirigir para São Paulo e Rio de Janeiro. Estas duas cidades tornaram-se as metrópoles industriais no país. A massa de origem rural, sem qualquer proteção, encontrou uma legislação trabalhista que, apesar de tudo, garantia alguma coisa ao trabalhador. Controlada pelo Estado, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e pela fraca atuação dos sindicatos, essa massa foi a base do Populismo e do Trabalhismo³³.

O fim da guerra trouxe a flexibilização do regime, com anistia aos presos políticos e eleições gerais para dezembro de 1945. Vargas acentuou o nacionalismo com a lei Malaia³⁴, alinhou-se com PC do B, o que apavorou a classe média católica burguesa e os militares.

³³ Segundo o jornalista Daniel Praciano Nobre (2003) o populismo foi um movimento político onde se jogava com a vontade do povo e com a vontade das oligarquias, principalmente a burguesia industrial. Getúlio buscava "obscurecer" as lutas de classe atrelando os sindicatos ao Estado. A peculiaridade do populismo é porque ele surge como uma forma de dominação das massas no interior do vazio político. Os governantes atendem a uma parte das reivindicações do proletariado para que a massa sinta-se inserida no quadro das estruturas de poder. Em função do grande número de trabalhadores migrados do Nordeste para o Rio e São Paulo, a mão-de-obra engrossou as indústrias. Cresceu o número de operários e ampliou-se também a consciência dos trabalhadores de que era preciso lutar pelos seus direitos. Percebendo a força social da classe, Getúlio elaborou uma política trabalhista que tinha a dupla função: conquistar a simpatia dos trabalhadores e exercer domínio sobre eles, controlando os sindicatos. Foram criadas inúmeras leis trabalhistas que asseguravam ao operário direitos básicos como o salário-mínimo, férias remuneradas, jornada diária não superior a oito horas, proteção ao trabalho da mulher e do menor. Todas essas leis foram reunidas na CLT. Apoiando no avanço das leis trabalhistas, a propaganda política do governo apresentava Getúlio como o "grande protetor" dos trabalhadores. A esta forma de pensamento político, ideologia ou corrente política dá-se o nome de trabalhismo.

³⁴ Lei Antitrustes criada pelo pernambucano da cidade de Serra Talhada Agamenom Magalhães que assumia a pasta do Ministério do Trabalho na época. Cabia à Comissão Administrativa de Defesa Econômica, a CADE, executar a lei através de efetiva averiguação de possível configuração dos atos descritos na Lei, ou seja, os atos contrários aos interesses da economia nacional.

Vargas foi derrubado em 29 de outubro de 1945 pelas mesmas forças que o levaram ao poder em 1930 e o confirmaram como ditador em 1937. Depois de um curto período governado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, a vitória eleitoral coube ao ex-ministro de Getúlio, o General Eurico Gaspar Dutra.

Durante o Governo de Dutra, diversas empresas foram nacionalizadas através do Plano SALTE (saúde, alimentação, transporte e energia). São exemplos do Plano SALTE a inauguração de Volta Redonda e a abertura da rodovia Rio-Bahia.

Assinala-se os efeitos da guerra-fria no Brasil durante a gestão Dutra: a ilegalidade do Partido Comunista e rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética. A adoção de uma política econômica liberalizante facilitando o acúmulo de capital às custas de baixos salários e expansão das empresas estrangeiras, abrindo as portas do país para todas as importações, gastou a reserva cambial brasileira, desvalorizando o cruzeiro.

Houve uma tentativa de rompimento do padrão de intervenção estatal. Esta medida foi criticada. O Conselho Nacional do Petróleo abandonou o controle dos preços e abriu concorrência para a construção de refinarias por companhias privadas. A liberalização do comércio ganhou grande dimensão, comprometendo significativamente as reservas internacionais acumuladas da Segunda Guerra Mundial.

A ala nacionalista fazia oposição cerrada contra o governo, mas as oligarquias industriais, para garantir o acúmulo de capitais, exigiam o congelamento do salário-mínimo, o que provocava greves constantes, atribuindo a culpa aos comunistas. O substituto de Dutra devia ser alguém capaz de mobilizar a massa, manejá-la e discipliná-la como um pai.

2.2. DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Getúlio Vargas voltou a ser eleito, assumindo o governo de 1951 a 1954 e bases para a industrialização do país foram criadas, como surgimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico -

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS
BNDE que mais tarde seria o Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES.

O Sindicato dos Bancários de Pernambuco era presidido por Milton Persivo. Persivo discorre sobre esta época.

"Eram catorze sindicatos em trabalhadores nos bancos da Bahia ao Amazonas. Esta lembrança nós guardamos com muito carinho porque era gente que lutava por um sindicato melhor."³⁵

A postura reivindicatória passa a predominar nas ações sindicais. No início da década de 50, os bancários se rebelaram contra a diretoria do sindicato, num movimento que veio a tornar-se a primeira greve de bancários em Pernambuco. A paralisação durou 40 dias. Sob a liderança de Jovelino de Brito Silva, do London Bank, no comando de greve. Milton Persivo recorda que o local de encontro e discussões era o primeiro andar do Bar Gambrinus. Neste espaço público – conforme o conceito de Habermas de que espaço público é aquele local onde as pessoas se encontram para debater, desenvolver questões e construir visões coletivas - discutia-se o andamento do movimento. Foi também o primeiro momento nacional em que os funcionários do Banco do Brasil cruzaram os braços.

"A luta bancária cresceu no país inteiro, tornando-se uma referência para outras categorias. De repente todas as classes começaram a se concentrar em torno dos bancários. Eles achavam que nós tínhamos experiência mais acumulada. Lutávamos para melhorar o salário. Mas lutávamos principalmente porque nós queríamos que o

³⁵ Vídeo *Verso e Reverso*, SEEC-PE, 2001

*Instituto dos Bancários fosse entregue aos bancários. Ele nos concedia aposentadoria, pensão e assistência médica”.*³⁶

A intervenção fazia com que um grande número de sindicatos ficassem atrelados ao governo, atraídos pelas facilidades advindas do imposto sindical desenhando uma postura colaboracionista diante do poder governamental. Segundo Momesso (1997:47), a própria comunicação sindical fazia propaganda do governo e os sindicatos que não eram atrelados ao governo eram perseguidos. “*O Jornal do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, (...) teve seu primeiro número todo dedicado a Getúlio Vargas.*” Com o fortalecimento das forças de esquerda, especialmente do PCB, a comunicação sindical transformava-se. O seu conteúdo abandonava a postura colaboracionista e se revestia de uma postura crítica, de mobilização, modificando a consciência da classe operária. Até a apresentação dos jornais mudava. Momesso (Op.cit.:48) completa afirmando que “*mesmo estando na oposição, as lideranças combativas acabavam exercendo influência sobre os jornais dirigidos pelos getulistas, inclusive como associados, publicando neles seus artigos.*”

Neste período, Vargas buscou uma maior aproximação com os trabalhadores, concedendo aumentos salariais da ordem de 100%, aumentando também o salário-mínimo, o que escandalizaria a burguesia industrial. Dentro de uma política econômica nacionalista, criou a PETROBRÁS em 1953 e edificou as bases para a criação da ELETROBRÁS, realizada posteriormente no governo de João Goulart. As ferrovias foram reequipadas com a construção de 600 quilômetros, aumentando 60% da produção de energia e estabelecendo limites para a remessa de lucro para as empresas estrangeiras. Neste mandato, levantou bandeiras nacionalistas ao mesmo tempo em que facilitou a entrada do capital estrangeiro.

³⁶ Idem

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

A tolerância do governo com os partidos de esquerda inquietava os militares, alinhados com os americanos e receosos do “perigo vermelho”³⁷. A reorganização dos sindicatos pelo Ministro do Trabalho, João Belchior Marques Goulart, tornou a relação do governo intolerável com os setores de direita. As forças armadas obrigaram a renúncia do “pai dos pobres”. A resposta de Getúlio é o suicídio.

São eleitos Juscelino Kubitschek de Oliveira como presidente da República e João Goulart como vice. Nesta gestão, o capital estrangeiro foi extraído através da indústria automobilística. Surgindo no Brasil fabricas como Willys-Overland (americana) e Volkswagen que na época pertencia ao governo alemão. Formou-se uma elite dirigente convencida da necessidade do capital estrangeiro como dinamizador do desenvolvimento industrial. Para esta elite, o subdesenvolvimento estava vinculado ao antigo modo agroexportador; bastando, portanto, industrializar e o nosso atraso estaria superado. O desenvolvimento fez Juscelino construir uma nova capital. No planalto central, entre índios e onças, surgiu Brasília.

Nesta mesma época, início da década de 60, categoria bancária desenvolveu campanhas para diminuir as perdas salariais, mesmo com a política desenvolvimentista de Juscelino. No entanto, a estrutura corporativa dos sindicatos, com forte poder de ação do Estado, permanecia intacta.

Em Janeiro de 1961 toma posse Jânio Quadros com uma das maiores votações do colégio eleitoral, apesar de não estar ligado a nenhum partido. A política inflacionária de Jânio Quadros provocava achatamento dos salários. Ao tributar lucros sobre as empresas, a política impedia a acumulação de capital para a burguesia nacional e

³⁷ Termo utilizado pela polícia política para referir-se às idéias subversivas ao governo e de natureza socialista.

beneficiava indiretamente o capital estrangeiro. Para garantir as exportações brasileiras, precisava-se ampliar o mercado brasileiro. Desta forma, uma política externa independente foi desenvolvida, afastando-se da hegemonia americana e aproximando-se de outros países do terceiro mundo e do bloco socialista. Assim, o Presidente Jânio atingiu os interesses da classe dominante e do imperialismo norte-americano. Em 25 de agosto de 1961 renunciou diante da acusação do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, de que o presidente pretendia ampliar seus poderes inconstitucionalmente. Na ocasião, o vice João Goulart estava na China. Militares, oligarcas e norte-americanos não queriam João Goulart no poder.

Neste mesmo ano, a Wolksvagem, empresa que tinha parte do seu capital pertencendo ao governo alemão, tornou-se uma empresa totalmente privada.

Na campanha salarial os bancários reivindicaram 60% de aumento. Foi deflagrada a greve que durou uma semana. Gilberto Azevedo³⁸, que foi presidente do Sindicato dos bancários em Pernambuco entre 1959 e 1961 comenta:

"O fato mais importante de tudo que eu possa me lembrar foi que parou tudo. O banco não pagava a folha das forças armadas, não pagava o exército, não pagava a aeronáutica. Faltou troco na cidade. Foi tão forte que ficamos com medo de repetir a dose. Tanto que nós fizemos o que se chama de greve de grevilhas, isto significa que os bancos paravam alternadamente. Hoje pára um banco, amanhã pára outro e assim foi. Com o peso da organização, as mobilizações dos bancários ganhou peso político. Em 1958 nós conseguíamos para os bancários aposentadoria por tempo de serviço.

³⁸ Gilberto Azevedo. Presidente do Sindicato dos Bancário de Pernambuco entre 1959 e 1961. Quando ocorreu o golpe de 64, Gilberto era Deputado Estadual pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB. Foi cassado, passou por várias prisões, foi obrigado a exilar-se, viveu anos na

Conseguimos a extinção para quem trabalhava aos sábados.”³⁹

As lutas sociais seguiam seu percurso. Ocorreram greves gerais e formou-se o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT. Constantes reajustes aconteceram, seguidos de novos aumentos no custo de vida. Cresceram os movimentos de reivindicação dos trabalhadores rurais das Ligas Camponesas, com a atuação do deputado Francisco Julião, além de vários movimentos de valorização da cultura popular.

Além de defender o bancário, o Sindicato procurou desenvolver uma atuação conjunta com outras categorias. O trabalho do Sindicato dos Bancários foi tanto que levou um de seus líderes para o parlamento em 1962: Gilberto Azevedo. Mesmo assim, o sindicalismo brasileiro continuava controlado pelo Estado. Mamdeo (1991:64) lembra:

“Do ponto de vista das organizações empresariais e da burocracia estatal era importante garantir o controle sobre a atuação dos sindicatos de trabalhadores e para isto contavam com a atuação moderada das lideranças, quando não com seu apoio político. Apesar das oposições dentro do sindicato, as lideranças sindicais até 1964 mantinham relações de lealdade com a burocracia estatal do Ministério do Trabalho e na esfera pública com o Partido Trabalhista Brasileiro.”

A oposição a Jango, sob a liderança dos militares, derrubou o presidente que se exilou no Uruguai. Desorganizada, a situação entrou em pânico: muita gente foi presa, tentou fugir, se escondeu e se apavorou. Não era para menos: começava a ditadura militar na República Brasileira.

clandestinidade e teve os direitos suspensos por dez anos. Com a anistia, o banco não o aceitou. Foi aposentado compulsoriamente. Apesar de tudo, afirma: *“faria tudo de novo e melhor”*.

2.3. ANOS DE SOMBRAS

A derrota das forças populares pelo golpe militar vai refletir-se em várias dimensões. O regime militar não somente eliminava todos os canais comunicativos de participação das camadas populares, no jogo político nacional, como também obstruía a possibilidade dos trabalhadores serem ouvidos através dos seus representantes. O Alto Comando Revolucionário decretou o Ato Institucional número 1 – o AI 1 - ampliando as atribuições do poder executivo, declarando estado de sítio, suspensão dos direitos políticos individuais até dez anos, cassando mandatos, prendendo políticos e determinando ao Congresso Nacional a eleição de um novo presidente. Foi aprovado o nome do Marechal Castello Branco.

O movimento sindical sofria intensa repressão e controle. O conteúdo das matérias divulgadas pelos jornais sindicais era meramente informativo e sobre assistência e lazer, quando não exaltava as diretorias pelo crescimento do patrimônio das entidades e combatia as oposições. Esta estratégia tinha o objetivo de controlar os sindicatos e desmobilizá-los. Uma ampla reforma bancária acontece e o quadro de repressão ao movimento sindical em Pernambuco está descrito por Darcy Leite⁴⁰ presidente do Sindicato dos Bancários na época.

"Todos os sindicatos foram interditados pelo comando do 4º Exército porque diziam que os sindicatos eram ninho de agitadores. Porque o Sindicato chegou a um grau de organização tão grande que chegava a fechar Bancos por

³⁹ ³⁹ Conteúdo extraído do *Jornal dos Bancários*, edição especial pelos 70 anos de história.

⁴⁰ Darcy Leite foi presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco no período de 1964 a 1969. Darcy escapou da prisão, do exílio e da tortura. Mas perdera seu emprego no Banco do Nordeste do Brasil, por onde ingressou através de concurso. Teve seus direitos restituídos com a anistia em 1979.

*telefone. Eu trabalhei por alguns dias, mas as prisões se
sucediã.*⁴¹

A sede do Sindicato dos Bancários de Pernambuco localizava-se na Avenida Conda da Boa Vista. Uma tropa invadiu o prédio, prendendo integrantes da diretoria. Houve quem escapasse pelo telhado. Houve, também, quem assistisse à distância prudentemente escondido em uma velha rural com a marca do Sindicato camuflada sob uma tinta azul. Uma dessas pessoas foi Darcy Leite. Um interventor, Wilson Moura, foi nomeado permanecendo na entidade até o início da década de 80, onde o comando do Sindicato tinha uma diretoria afinada com a intervenção.

Foram instalados o Banco Central, o Banco Nacional de Habitação - BNH - e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - INCRA. O padrão monetário foi modificado para cruzeiro novo. Foi centralizado o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS - e instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS -, pois o empregado havia perdido sua estabilidade.

Este governo, primeiro governo autoritário do regime militar, deu sinais de liberalismo, privatizando duas empresas: a Fábrica Nacional de Motores, vendida para a Alfa Romeo, e a COSIGUA⁴² que teve suas ações adquiridas pela Thissen Stell. O setor petroquímico foi transformado em espaço para investimento de empresas privadas.

Veio o AI 2, que aumentava mais o poder do executivo, cassando mais mandatos e instituindo o bipartidarismo. Em 1967 o Congresso Nacional, já desfalcado de vários elementos, vítimas de cassações, aprovou uma nova constituição que restringia algumas conquistas da carta de 1946. Em fevereiro de 1967, pouco antes de deixar a presidência, Castello Branco instituiu a Lei de Segurança Nacional. Um conjunto de normas que regulamentava todas as

⁴¹ Vídeo *Verso e Reverso*, SEEC-PE, 2001

⁴² A COSIGUA é uma empresa siderúrgica. Atualmente pertence ao grupo Gerdau.

atividades e setores da sociedade, com o objetivo de defender a segurança nacional dos transgressores, estabelecendo severas punições. O atual presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Miguel Correa, comenta:

"Nos momentos de apelo e de repressão, o Sindicato dos bancários sempre foi alvo preferencial. Durante o governo dos militares sofremos uma intervenção. Posteriormente, com a realização de eleições que eram monitoradas pelo ministério do trabalho, agentes do DOPS⁴³ conviviam com falsos dirigentes sindicais dentro da estrutura física do sindicato, permanentemente. A oposição sempre foi humilhada dentro das dependências do sindicato".⁴⁴

O Congresso elegeu Costa e Silva como presidente da República para o período de 1967 a 1969. Sob a vigência de uma nova Constituição, este período é considerado o período de efetiva ditadura. Foi instituída a Lei de Imprensa que limitava ainda mais a liberdade de expressão no país.

Recusando-se permitir novas cassações, o Legislativo foi fechado e em dezembro de 1968 veio o AI - 5 concedendo excepcionais poderes ao presidente da República. Mesmo com o AI - 5, os militares não alteraram a CLT. Em contrapartida, eles aprovaram uma lei de greve muito restrita, abalando a mobilização dos trabalhadores através de pressão às lideranças sindicais opositoras e mantendo a intervenção. A interrupção do processo de negociações coletivas foi substituída pela introdução da lei salarial. Esta lei manteve-se em vigor até 1974. Os sindicatos sofreram um retrocesso. Em função da violência e da repressão, tornou-se impossível desenvolver qualquer atividade política ou reivindicatória por parte dos trabalhadores. *"Até as comunidades religiosas mais progressistas,*

⁴³ DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social - unidade vinculada à secretaria de segurança do Estado. Esta unidade era formada por uma equipe de polícia política que utilizava mecanismos de repressão com o objetivo de manter a ordem e identificar os inimigos do regime.

⁴⁴ Entrevista realizada em março 2000 durante a coleta de dados da pesquisa.

através das quais era possível exercer algum trabalho de conscientização, passaram a ser perseguidas.”(MOMESSO, 1997:57)

Em 1969 tomou posse Emílio Garrastazu Médici que enfrentou uma oposição armada tanto sob a forma de guerrilha urbana como rural. Médici combateu o movimento estudantil e, sob a liderança econômica de Antônio Delfim Moreira Neto, nasce o “milagre econômico”. Era uma espécie de práxis econômica para estimular o consumismo e aquecer o PNB – Produto Nacional Bruto através de enormes gastos públicos. Foram construídos edifícios-sede para as estatais, a transamazônica e hidrelétricas. Este programa gerou aumento geométrico na dívida externa.

No início dos anos 70, os meios de comunicação sofreram a “censura prévia”. Os DOI-CODI⁴⁵ conquistavam autonomia e liquidaram grupos terroristas de extrema-esquerda. Este foi um momento muito obscuro para a cultura nacional. Grande número de intelectuais e artistas buscou exílio em outros países.

Em 1974, com o General Ernesto Geisel na Presidência da República, o milagre econômico apresentava os primeiros sinais de cansaço. O capital nacional achava-se imprensado pelo crescimento das multinacionais e a inflação corroía os salários, inquietando os trabalhadores. Sem poder pagar os juros e a correção monetária do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, a classe média devolvia a casa própria. A inquietação da sociedade aumentou. Das atividades sindicais, grande parte de suas lideranças foram presas, banidas ou desapareceram nas mãos dos órgãos de repressão. Descreve Darcy Leite:

“A maior parte da diretoria foi presa. Os anos iam passando, os jornais divulgavam prisões, havia denúncias de tortura. Ocorreu um fato que causou constrangimento a todos os bancários. Nós tínhamos um bancário que era presidente do

⁴⁵ DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações Centro de Operações de Defesa Interna. Era a base da estrutura da repressão política no Brasil, tendo com órgão centralizador o Conselho de Segurança Nacional ligado ao Estado maior das Forças Armadas. Cada ministério tinha seu CODI que coordenava a repressão nos CODIs regionais. Havia outros órgãos de repressão, como o DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, a Casa da Morte que era um

Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Ele tinha uma capacidade de liderança muito grande a ponto de, nas assembléias com dois mil, dois mil e quinhentos bancários, quando ele assumia a tribuna, ele tinha uma capacidade de persuasão extraordinária. Esse colega foi preso, torturado no DOI-CODI e mataram ele lá. Ele se chamava Aloísio Palhano de Freitas.”⁴⁶

O movimento operário volta a se reorganizar a partir de 1974 com apoio das Pastorais Operárias e Comunidades Eclesiásticas de Base – CEB -, mesmo com a proibição da existência de centrais sindicais.

O governo monta a Operação Brasília, conhecida também como Operação Alvorada. Momesso (1997), em seu livro “*Comunicação Sindical, Limites Contradições e Perspectivas*”, afirma que o objetivo desta operação era de instruir os dirigentes sindicais para que buscassem a paz social defendendo a idéia de que o empregador e os empregados, juntamente com o Governo, eram sócios na produção e não concorrentes. Este evento contou com a participação de mais de dois mil dirigentes sindicais na capital federal. Com todas as despesas pagas, os sindicalistas participavam de palestras e debates sobre responsabilidade social, culminando em um encontro com o Presidente de República e o Ministro do Trabalho.

Percebe-se que, mesmo com todo poderio repressor, o Governo reconhecia o poder do movimento sindical e aproximava-se na intenção de buscar aliados.

Mas, foi a partir de 1978 que as greves operárias arrebatam no grande ABC, sob a liderança do “Lula Metalúrgico”. No fim dos anos 70, Lula e seus companheiros planejavam fundar um partido político para representar os trabalhadores.

centro clandestino de torturas do Exército, o CENIMAR – Centro de Informações da Marinha e o CIEEX – Centro de Inteligência do Exército.

⁴⁶ Vídeo *Verso e Reverso*, SEEC-PE, 2001

2.4. A NOVA CARA DO SINDICALISMO

O mundo sindical vivia um novo momento, oxigenado pelo movimento denominado "Novo Sindicalismo". Há consensos entre as lideranças sindicais entrevistadas de que a origem do novo sindicalismo no Brasil está associada às contradições entre as sementes de mobilização engendradas pelo crescimento econômico - especificamente industrial -, ao arcaísmo da estrutura sindical desenhada na CLT à repressão a que estava submetido o movimento dos trabalhadores, à atitude pouco voltada à negociação por parte dos empresários.

Como aspectos marcantes deste movimento pode-se citar o desatrelamento com o Estado e uma nova proposta de estreita relação com os trabalhadores. O novo sindicalismo mereceu este título por ter sabido aproveitar a oportunidade que o momento histórico lhe oferecia e por ter apresentado duas características essenciais que constituíram, no quadro brasileiro, novidades: a exigência de negociações diretas com os patrões e a atitude de responsabilização da base, isto é, dos trabalhadores, em relação às possibilidades e aos rumos do movimento.

Todas estas transformações tiveram como pano de fundo a força da comunicação, especificamente no que se refere ao fator interação que o ato comunicativo estabelece. Barbero lembra que as práticas de reprodução social embora se originem em um dado espaço de tempo, elas estão relacionadas com a cultura ou contexto, o que pode garantir formas diferenciadas de percepção. As trocas de informações realizadas pelas militâncias sindicais durante a ditadura aconteceram em espaço e tempo variáveis, mas tiveram um só alicerce: o de garantir a sobrevivência sindical e sua estrutura.

O trabalho comunicativo realizado por esta categoria, que na época encontrava-se sob a égide da ditadura militar, através do ato comunicativo fortaleceu os seus próprios vínculos. Aconteceram pontes entre organizações sindicais, organizações políticas e outras entidades

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS
progressistas, esboçando um quadro de profundas modificações neste
momento da história do trabalhador em nosso país.

Nesta mesma época, o SEEC-PE vive uma situação histórica: a oposição à diretoria do Sindicato dos Bancários em Pernambuco tornara-se maioria em assembléias importantes. A situação era truculenta, descrita abaixo por Jorge Perez⁴⁷

"Nós tínhamos aqui uma diretoria pelega⁴⁸. Era uma das mais truculentas do país. Então nós sofriamos aqui todo o tipo de violência física. Aqui dentro do sindicato têm fotos que mostram gente nossa ferida. As assembléias e reuniões eram na base da agressão física. Era muito forte a perseguição. Os bancários da rede privada que se articulavam com a oposição eram demitidos porque, se apareciam na assembléia, eram denunciados. Havia uma revolta tão grande dos bancários com a direção do sindicato que na segunda assembléia da campanha salarial a assembléia destituiu o presidente do sindicato com toda a mesa e colocou a oposição"⁴⁹.

A assembléia foi suspensa, marcando-se uma reunião para o dia seguinte. A oposição foi recebida por leões de chácara e com muita pancadaria.

Com a sucessão de Geisel pelo General João Batista de Oliveira Figueiredo na Presidência da República o regime perdeu um pouco a

⁴⁷ Jorge Perez foi presidente do SEEC-PE de 1994 a 1997. Antes de assumir, fazia oposição à diretoria do sindicato que na época era comprometida com o governo. Jorge Perez foi presidente da CUT em Pernambuco e atualmente é Delegado Regional do Ministério do Trabalho no nosso Estado.

⁴⁸ Pelego é uma espécie de pele de carneiro que se põem entre a cela e o couro do cavalo para que a cela não machuque o cavalo e o cavalo acabe se acostumando com o peso da cela. O dirigente sindical pelego serve para "amaciar" a briga entre a categoria e os patrões.

rigidez. Nasce a Lei da Anistia e o pluripartidarismo, todavia a inflação de mais de 100% punha perigo a vitória dos militares nas eleições de 1980 e a "linha dura" inquieta, com as reivindicações democráticas da sociedade, tentou abalar o processo de abertura com atentados a OAB, a bancas de revistas e ao maracanãzinho.

A dívida externa sufocante e os graves deficits no orçamento fizeram surgir mais taxas de impostos. O sindicalismo sofreu mudanças, foi fortalecido e ampliado com a ascensão de diversas correntes sindicais mais agressivas no plano da luta reivindicatória e de orientação não governista.

Centenas de novos sindicatos oficiais foram criados e, no setor público, centenas de associações de caráter sindical. O sindicalismo difundiu-se no campo, juntamente com a difusão do trabalho assalariado na agricultura, incorporando amplos setores da classe média urbana. Depois de uma greve de 41 dias, Lula é preso e processado pela Lei de Segurança Nacional, afastando-se definitivamente da presidência do sindicato ajudando, desta forma, a fundar o Partido dos Trabalhadores - PT. A fim de acalmar a classe dos trabalhadores, surgem os reajustes salariais semestrais.

Em 1983, um marco na organização sindical brasileira: a criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT. A CUT foi um avanço na tentativa de articular nacionalmente uma ação de trabalhadores. No seu ideário inicial encontra-se a completa liberdade de formação e atuação sindical, o fim do monopólio de representação e da contribuição compulsória, utilização de greve geral como principal instrumento de luta e estruturação pela base com importante papel destinado às comissões de fábrica. Em Pernambuco, o movimento de oposição à diretoria do SEEC-PE fortalecia com a comissão nacional pró-CUT. Mas, mesmo assim, não seria desta vez que a oposição assumiria a diretoria do sindicato. Jorge Perez lembra:

⁴⁹ Vídeo *Verso e Reverso*, SEEC-PE, 2001

"Nós disputamos a eleição com toda a condição política, mas sem nenhuma estrutura. A minha avaliação é que nós ganhamos a eleição no voto, mas perdemos na fraude. Quem comandava as eleições eram os pelegos. Ficou tão evidente a fraude... Por exemplo, numa agência do BANORTE, o principal prédio do BANORTE que era na Avenida Dantas Barreto, a chapa pelega ganhou de 144 a zero quando nós sabíamos que tinha gente nossa lá na Agência. Era um dos setores do banco mais mobilizados.⁵⁰"

Uma outra central sindical é formada: Central Geral dos Trabalhadores - CGT. Esta lutava pela manutenção do monopólio de representação e da contribuição compulsória, política de alianças de classes e pouca ênfase nas comissões de fábrica como forma de organização.

Toda insatisfação da sociedade brasileira culminou numa reivindicação política mobilizando o país de norte a sul: a campanha para eleição direta, responsável por numerosas manifestações de massa na defesa do voto direto para presidente. Entre estas manifestações, lembre-se a ocorrida no Rio de Janeiro, a 10 de abril, quando mais de um milhão de pessoas se encontraram na frente da Igreja da Candelária. No dia seguinte mais de um milhão e meio de pessoas se encontram na praça da Sé, em São Paulo, pelo mesmo motivo. Nunca na história do Brasil ocorrera tamanha mobilização popular em defesa da democracia. Todas as correntes de movimentos sociais, sindicais, associações e a sociedade civil cantavam um só refrão: "Diretas Já!".

O Sindicato dos Bancários participou ativamente. Nas folhas de seu jornal e nas ruas, pedia-se que os bancários e a população saíssem da "toca" para modificar essa realidade e para acabar com o regime. Foram criados comitês pró-diretas nos Bancos. Mas a ditadura estava apenas em coma, não morta: decreta-se estado de emergência em Brasília, pressiona-se o Congresso e a emenda não foi aprovada.

A 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves derrotou Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, eleição que encerrou um período de 21 anos de regime militar no país. Tancredo adoeceu, veio a falecer antes da posse e assumiu o vice José Sarney.

Uma série de desencontros políticos entre o cadáver da ditadura e o bebê democrático que estava nascendo caracterizou o governo de Sarney, entre 1985 a 1990.

Aos sindicatos foi permitido elaborar os próprios estatutos sobre eleições sindicais, quando antes havia um estatuto-padrão elaborado pelo Ministério do Trabalho. Abriu-se um prazo de seis meses para que os sindicatos pudessem criar os próprios sistemas de eleições internas. Gonçalves (1994:276) destaca que a categoria que melhor soube aproveitar a conjuntura foi a dos bancários, que conseguiu articular não só uma campanha salarial nacional, mas, pela primeira vez, uma negociação nesse âmbito.

"Realiza-se uma vitoriosa greve; o TRT concede cláusula de recuperação de perdas (...). A medida tem um sentido simbólico, de instauração de um novo período, de acerto para começar nova contagem. A conquista dos bancários espalha-se e é obtida por quase todas as categorias, via acordo ou conflito/dissídio." (Op.cit.:277)

No meio do ano de 1985, a categoria de empregados da Caixa Econômica Federal luta pela jornada de seis horas e o direito à sindicalização. A oposição do SEEC-PE ganha mais espaço, pois está em curso também mais uma tentativa de ganhar as eleições e assumir o sindicato. Desta vez a oposição foi vitoriosa. Miguel Corrêa, empregado da CAIXA e atual presidente do SEEC-PE, relata:

⁵⁰ Entrevista concedida para esta pesquisa em janeiro de 2001.

*“O movimento tinha o nome de MAIS – Movimento Alternativo de Independência Sindical. Como nós estávamos num processo de organização do primeiro movimento grevista da CAIXA com 125 anos de empresa, nós trabalhávamos as bases desse movimento que veio a ocorrer em 30 de outubro de 1985. Coincidindo com o período eleitoral do sindicato. Nós já nos aproximávamos da oposição e a conquista da sindicalização em 1986 foi determinante: reconquistamos o sindicato em 1988”.*⁵¹

A história e os ritmos da vida cotidiana dos economiários⁵² se tornaram bastante diferenciáveis nesta época, como também a conquista da presidência do Sindicato dos Bancários. Foi um marco na história de toda a classe dos bancários modificando sua representação entre a categoria.

O Brasil enfrentou altas taxas de inflação e diversas crises ministeriais. Só ministros da fazenda foram quatro. Por outro lado, com o governo de transição democrática, o país convocou uma Assembléia Constituinte e promulgou uma nova Constituição, estabelecendo eleições diretas em todos os níveis e a legalização de partidos políticos de qualquer tendência. Na tentativa de equilibrar a economia, em fevereiro de 1986 o Governo editou o Plano Cruzado que extinguiu o cruzeiro e criou uma nova moeda (o cruzado). Em julho de 1987, foi criado o Plano Bresser e em janeiro de 1989 o Plano Verão, que promoveu uma nova troca de moeda, desta vez para o cruzado novo.

O SEEC-PE denuncia publicamente o resultado dos planos: mais de 18.000 empregados demitidos, com o fechamento de aproximadamente 600 agências bancárias em todo o país, nos

⁵¹ Entrevista realizada para esta pesquisa em Janeiro de 2001.

primeiros meses do Plano Cruzado. O Sindicato promove o Seminário Regional em Defesa da Soberania, que teve como objetivo a elaboração de uma proposta regional contra a liquidação dos bancos, intervenção e privatização.

Com uma nova fase do sindicato, o jornal, agora com o nome de *Jornal dos Bancários*,⁵³ desenvolvia um jornalismo de informação, acompanhando o conjunto de acontecimentos que permearam a época. Sua diretoria de imprensa, trabalhadores bancários, agora libertos das amarras da gestão "pelega", desenvolvia matérias de forma organizada na defesa dos interesses da categoria, denunciando e reivindicando.

Aos poucos, o Governo Sarney tornava-se impopular com suas medidas econômicas e políticas: não combatia o empreguismo nem a corrupção. A concessão de canais de rádio a correligionários passa a ser denunciada como uma das moedas com que o governo retribuiu os apoios que recebia nas votações do Congresso. Este fato ocupou bastante espaço na mídia, sobretudo quando da votação, no Congresso, da emenda que garantia cinco anos de mandato para o presidente Sarney. Nas galerias do Congresso, o público assistia a votação com duas cédulas de cruzado na mão, insinuando a compra de votos e passou a gritar: "Fora Sarney!" Ao mesmo tempo, o presidente reprimia com violência a manifestação de trabalhadores, como foi o caso da usina de Volta Redonda em que morreram alguns operários⁵⁴.

Apesar das dificuldades políticas e da ameaça freqüente de hiperinflação, as preocupações centraram-se nas eleições presidenciais em 1989 quando, após 29 anos, os brasileiros voltariam a eleger o Presidente da República. Disputou pelo PRN Fernando Afonso Collor de

⁵² Economiários são os empregados da Caixa Econômica Federal. Os economiários até então tinham uma jornada de trabalho de oito horas e não eram sindicalizados.

⁵³ O Jornal teve outros nomes "O Defensor", "Boletim dos Bancários" e "Informativo dos Bancários"

⁵⁴ Aconteceu em 9 de novembro de 1988. Uma operação conjunta da Polícia Militar para desalojar os manifestantes. O operário Walmir Freitas Monteiro, de 27 anos, é atingido nas costas por uma bala e teve morte instantânea. O manifestante Wiliam Fernandes Leite, de 22 anos, morreu com

Mello, com mil promessas de modernidade, honestidade e austeridade, apoiado pelos sindicalistas da Força Sindical⁵⁵. Pelo PT/PSB⁵⁶, disputou Luís Inácio da Silva, que teve a CUT o seu principal cabo eleitoral, com promessa de nacionalismo, estatização, reforma agrária e socialização. A elite brasileira, entre a cruz e a espada, optou por Collor e despejou dinheiro para elegê-lo.

Empossado para governar entre 1990 e 1992, Collor prometeu, com um discurso populista, uma modernização significativa no país, adotando uma política liberal, estimulando a privatização das empresas estatais para fomentar a competitividade.

A gestão cutista do SEEC-PE ganhava as eleições pela segunda vez. Para os dirigentes, a ativa participação dos empregados dos bancos públicos foi fundamental na vitória. Roberto Leandro⁵⁷, presidente do Sindicato dos Bancários na época lembra:

"A gente conseguiu fazer uma campanha muito boa com a força dos empregados do Banco do Brasil e da CAIXA. O pessoal foi às urnas, integrou a mesa de apuração, que antes era um critério extremamente anti-democrático, mas nós conseguimos diminuir a fraude e o roubo de urna. Eles tiveram que engolir o resultado e realizamos um processo de articulação política para garantir a nossa posse. Mas, durante esta segunda gestão, iniciou-se uma crise financeira no sindicato. As demissões do BANDEPE começaram a acontecer. Foram em torno de 2000 demissões. Gastou-se muito com as mobilizações contra estas demissões, então nós tivemos que discutir o assistencialismo do sindicato. Tivemos que fechar o centro odontológico, reduzir o centro

um tiro no pescoço e o trabalhador Carlos Augusto Barroso, de 19 anos, é encontrado com o crânio esmagado.

⁵⁵ A Força Sindical é uma entidade oriunda de um racha ocorrido na CGT.

⁵⁶ PSB – Partido Socialista Brasileiro.

⁵⁷ Roberto Leandro foi presidente do SEEC-PE no período de 1991 a 1994. Atualmente é Deputado Estadual.

*médico e fechar a escola dos bancários. A parcela de bancários dos bancos públicos foi decisiva para assegurar estas decisões. E, assim, manter o sindicato forte e atuante. Esta gestão foi marcada pelo combate ao assistencialismo do sindicato*⁵⁸.

Nesta declaração se vê o quanto é fundamental a comunicação. Não se referindo aqui aos aparatos formais como a grande imprensa, o rádio e a televisão, mas a um sistema específico de comunicação que atinge um tipo específico de receptores: o grupo de bancários – que desta vez teve uma amplitude maior com a adesão dos bancários dos Bancos Públicos. Encontra-se aqui o que Barbero classificou de aspectos rotineiros e práticos da atividade receptiva. Pois, conforme o teórico, para que seja possível entender o processo de comunicação, não se deve estabelecer de imediato uma relação direta entre o emissor, o meio, a mensagem e o receptor. Deve-se, inicialmente, analisar sob o modelo das mediações.

Na declaração acima identificam-se claramente duas mediações: a mediação institucional desenvolvida pelos dirigentes sindicais, e a mediação situacional que, através da atividade comunicativa, alavancou a motivação necessária dos bancários para se reverter as fraudes e os roubos de urnas em busca de uma eleição mais lícita e transparente em que se podia alcançar um resultado mais confiável. Esta comunicação é garantida se sua forma de realização estiver edificada na organização e na ação sindical e praticada dialeticamente, ou seja, ao mesmo tempo em que se estrutura nestes dois fatores também o influenciam. É equívoco pensar que os suportes da comunicação estejam localizados fora ou acima da organização sindical e da ação. É no exercício da própria militância que a comunicação está inserida. Caso a militância não seja reconhecida como elemento comunicacional para sua ação coletiva, a comunicação sindical confunde-se com a comunicação em massa. A militância leva consigo as duas mediações anteriormente citadas.

⁵⁸ Entrevista realizada para esta pesquisa, em fevereiro de 2001.

Sobre a comunicação dos grupos de trabalhadores, Momesso (1997:47) cita que:

“A força de sua comunicação não se encontra em aparatos centralizados, mas em sistemas capazes de potencializar a ação militante, de abrir possibilidades para a participação massiva, de dar suporte a grandes e bem estruturadas organizações, ao trabalho de conscientização e de mobilização.”

Alguns aspectos, como o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação de massa e sua modernização, faziam atingir fortemente a opinião pública. Aos poucos, identificou-se que a comunicação massiva é, por vezes, agenciada pelo patronato e pelo governo. O sindicalismo sentiu necessidade de adotar novas formas comunicativas, realizando mudanças estruturais.

Uma das mudanças foi a profissionalização da comunicação sindical, processo iniciado no fim da década de 70 e consolidado na década de 90. Os sindicatos se reposicionaram diante desta nova realidade para enfrentar os meios de comunicação em massa que por vezes agiam com sutileza, procurando passar a imagem de imparcialidade, objetividade e seriedade através de inúmeras *“artimanhas manipulatórias que já fazem parte das técnicas de jornalismo”*⁵⁹.

Com o início da profissionalização da comunicação em alguns sindicatos, foi possível fortalecer a militância a partir da liberação dos sindicalistas que antes trabalhavam com a comunicação. Conforme afirmado anteriormente, a militância é um dos maiores suportes que a comunicação sindical pode ter. O SEEC-PE viu como era importante levar suas mensagens para além de suas categorias, pois, as greves ou qualquer conflito de natureza trabalhista não podiam se limitar às fronteiras entre os trabalhadores e o patronato. Estes eventos públicos, utilizando a concepção de Habermas, tinham ressonância no meio social. No setor financeiro esta situação é bastante clara.

Qualquer movimento que os bancários realizem atinge, de alguma forma, a sociedade: os correntistas que aplicam seus recursos no banco, o empresariado, os trabalhadores de outras empresas que recebem o seu pagamento através dos bancos, até os aposentados que recebem os benefícios do INSS através da rede bancária. Neste momento percebeu-se o quanto é importante ter uma comunicação instrumentalizada que atingisse a opinião pública, dando maior visibilidade à entidade sindical, o que garantiria um aumento na pressão para a obtenção das reivindicações pleiteadas.

O sindicato dos bancários foi um dos pioneiros na profissionalização da comunicação, na busca para tornar mais eficiente a comunicação interna da entidade com a categoria como também na relação com o público. O efeito desta modificação foi imediato. A adesão às mobilizações foi intensa.

2.5. PRIVATIZAÇÃO: OS PRIMÓRDIOS

O governo continuava com suas medidas neoliberais. Era instituído o PND – Programa Nacional de Desestatização sendo o BNDES, por delegação do governo, o gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND e depositário legal. Para muitos foi a partir deste momento que a desmobilização do setor público assumiu papel central na agenda governamental, como seu instrumento chave do ajuste fiscal. Na América Latina posturas modernizantes neoliberais foram assumidas na Argentina, México, Venezuela e Bolívia.

As medidas econômicas não conseguiam solucionar a crise financeira que afetara empresários e trabalhadores. No segundo ano do governo a credibilidade do discurso moralista do “caçador de marajás” começou a ser abalada. Dificuldades de relacionamento com os partidos políticos e atitudes exclusivamente personalistas agravaram os problemas. Instalava-se o caos. Os planos econômicos – Brasil Novo e Collor II – destroçaram a economia gerando

⁵⁹ Idem

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

insegurança no mercado financeiro e a corrupção escandalizava a todos. Um “mar de lama” envolvia cada vez mais o presidente.

Entidades, movimentos sociais e empresariado saíram em passeata, pedindo o impeachment do presidente. O SEEC-PE participou deste momento de grande mobilização com o posicionamento crítico e opositor às práticas adotadas pelo presidente. Uma das grandes mobilizações foi uma passeata realizada em 07 de agosto de 1992. A multidão saiu da praça Oswaldo Cruz até o centro da cidade. O evento com entidades sindicais, organizações não governamentais, associações e vários setores da sociedade civil que faziam oposição ao governo Collor e que exigiam sua renúncia. A capa do Jornal dos Bancários do mesmo mês tinha a seguinte frase: “*O povo quer Collor fora!*” No mês de setembro, os protestos continuavam e a capa do Jornal dos Bancários dizia: “*Impeachment é pouco. Queremos melhores condições de vida!*” Os bancários, no estado de Pernambuco, buscavam sensibilizar os clientes mostrando as dificuldades, os prejuízos sociais e salariais que se acumulavam. Esta comunicação interativa e direta concorria com os problemas estruturais no interior das agências bancárias, como a falta de climatização devido à precariedade dos equipamentos de ar condicionado e a constante queda nos sistemas de automação bancária inviabilizando um efetivo atendimento ao público, o que ajudava o público a perder a credibilidade nos serviços realizados pelos bancos públicos: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil.

Embora fosse alvo de intensa oposição dos sindicatos vinculadas à CUT – assim como os partidos de esquerda –, o programa de privatizações foi levado a cabo, atingindo alguns setores industriais controlados pelo Estado e não protegidos pela Constituição, notadamente a siderurgia e a petroquímica. A Força Sindical assumiu, desde a sua fundação, posição favorável ao programa de privatizações, procurando abrir brechas em bases sindicais controladas pela central rival. Desde o princípio do seu governo, ao nomear para o Ministério do Trabalho Antônio Rogério Magri, à época principal aliado de Medeiros e feroz opositor da CUT, Collor deixara claro que pretendia promover as lideranças emergentes do sindicalismo de resultados

como seus principais interlocutores no meio sindical. A reciprocidade não era menos intensa. A Força Sindical, liderada por Antônio Medeiros, ofereceu entusiástico apoio às medidas adotadas no plano econômico pelo governo e permaneceu ao lado do governo praticamente às vésperas da sua cassação, em setembro de 1992.

Collor renuncia durante o julgamento, tentando evitar a inelegibilidade para futuras eleições. Mesmo assim, teve seus direitos suspensos. O vice, Itamar Franco assume.

Durante os primeiros meses de administração de Itamar Franco as esperanças de melhores dias foram alimentadas. Todavia, a inexistência de medidas concretas para combater a inflação – acima da 30% - e a corrupção ameaçavam o seu governo. O governo enfrentou sérias dificuldades no campo econômico. A falta de resultados na política de combate à inflação agravou o desequilíbrio do governo e abalou o prestígio do próprio Presidente da República. Os ministros da Economia sucederam-se, até que o chanceler Fernando Henrique Cardoso é nomeado para o cargo. No final de 1993, ele anunciou seu plano de estabilização econômica, o Plano Real, a ser implantado ao longo de 1994. No final de seu mandato, Itamar Franco apoiou a candidatura do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, à Presidência da República que venceu as eleições.

Os bancários concretizavam, nesta época, um sonho da categoria desde 1951. Pela primeira vez, o movimento sindical no Brasil assina acordo único, válido para todo o país. Esta reivindicação histórica da categoria é considerada um marco nas lutas dos bancários. Um ano depois, o SEEC-PE atua contra medidas que atingem o bolso do trabalhador. A entidade sai na frente, protestando contra o novo imposto criado pelo governo, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira - IPMF.

A posse de Fernando Henrique acontece no mesmo dia que entrou em vigor o Mercosul. O presidente chega ao poder no auge da popularidade, com 75% dos brasileiros aprovando o Plano Real e revelando a confiança em seus governantes. Seu projeto reformado, que visava reduzir as desigualdades sociais, envolvia a apresentação, ao Congresso Nacional, de uma série de emendas constitucionais às

quais acrescentou a intenção de modificar a Constituição para permitir a reeleição presidencial. Foi bem sucedido. Mas, o fato foi considerado por alguns dos mais respeitáveis analistas políticos como um “golpe branco”, já que alterou as regras do jogo sucessório em seu próprio benefício. Como decisões importantes no governo, pode-se lembrar: a aprovação da primeira proposta da reforma da Previdência Social, a emenda constitucional que definia o conceito de empresa nacional e a derrota da inflação de 50% ao mês para taxas mais amenas chegando a faixa de 2,5 % ao ano. Essas medidas foram implementadas juntamente com a reforma administrativa, que quebrou a estabilidade dos funcionários públicos, fazendo com que o governo começasse a sentir as conseqüências da sua política econômica: o desemprego. A agenda liberal adotada pelo presidente Fernando Henrique no sistema econômico brasileiro foi o marco administrativo da sua gestão.

2.6. AS GRANDES PRIVATIZAÇÕES

A partir de 1995 o PND foi ampliado. O processo de reordenação do papel do Estado na economia e na prestação de serviços foi caracterizado pela descentralização, a flexibilização e a reorientação de suas atividades, destacando as áreas de eletricidade, transportes e saneamento básico.

Em debate realizado na UNICAMP o então ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros declarou:

*“A privatização é recomendável e necessária também para as empresas superavitárias. Ela permite ao governo obter recursos para abater a dívida e, assim, criar melhores condições para o desenvolvimento econômico e social do País. Com a privatização o povo ganha a possibilidade de mais e melhores serviços”.*⁶⁰

⁶⁰ www.mc.gov.br/Biblioteca/Publicações/Informes/debate-unicamp.html

Esta foi a década de maior aceleração no processo de desestatização do Brasil. A EMBRAER, que iniciou o seu processo em 1992, e as companhias estaduais de energia elétrica, em 1999, fizeram parte do rol de empresas que sofreram esta transformação na administração.

"Duas vendas, em particular, foram decisivas para a revelação do novo paradigma do controle estatal no país: a da Companhia Vale do Rio Doce, uma das maiores mineradoras do mundo, e as concessões do sistema TELEBRÁS, em 1997. Essas vendas marcaram a busca por um Estado moderno e desenvolvimentista".⁶¹

Segundo o BNDES, os resultados e oportunidades de negócio ficaram assim distribuídos: 1 - A privatização do sistema de telecomunicações brasileiro iniciou-se em 1997. O governo optou por um modelo que levava à concorrência, assegurando aos novos concessionários um período de proteção inicial para garantir um retorno tempestivo nos investimentos. A transferência dos serviços foi efetuada através de leilões de concessões, tendo um resultado de US\$30,9 bilhões com essas concessões e com a transferência de dívidas, tendo a sociedade obtido os maiores ganhos devido ao regime competitivo criado entre as empresas de telecomunicação. 2 - Os transportes ferroviários, que na época do governo Vargas foi grande fonte de lucro, antes de serem privatizados apresentavam uma comprometida queda nos seus serviços, no frete e nos investimentos. O governo dividiu toda a estrutura das ferrovias em sete grupos regionais para daí estruturar as vendas por concessão. O valor da venda atingiu US\$1,7 bilhão que serão pagos por trinta anos. Após a realização das vendas, o volume de carga ferroviária cresceu 37%. 3 - Para o setor rodoviário, o governo tem estudado e experimentado várias formas de concessão. O governo está buscando incorporar capital privado na construção de novos trechos e na pavimentação e reforma das estradas existentes, bem como passar a manutenção para

a iniciativa privada. A privatização das rodovias foi iniciada em 1995, com a concessão da operação da Ponte Rio-Niterói e um trecho de BR-116, a Rodovia Presidente Dutra, que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, uma das mais importantes vias de transportes do país. Desde então, foram transferidos para a iniciativa privada, entre rodovias federais e estaduais, aproximadamente 10 mil km de estradas. 4 – Os aeroportos brasileiros, em sua grande maioria, pertencem aos Estados e Municípios, tendo sua administração sob a responsabilidade da INFRAERO, entidade federal ligada ao Ministério da Aeronáutica. As privatizações do setor já estão em curso. O primeiro aeroporto a tornar-se efetivamente administrado pela iniciativa privada será o de Ribeirão Preto (SP). 5 – A privatização no setor portuário vem ocorrendo desde 1997, principalmente por meio de concessões para a operação de terminais e a prestação de serviços específicos. Os principais portos envolvidos são os de Santos (SP), Sepetiba (RJ), Angra dos Reis (RJ) e Vitória (ES). 6 – O setor elétrico iniciou o processo em 1995. A entrada do capital privado tinha como objetivo elevar as taxas de investimento e assegurar que a capacidade de geração de energia, os sistemas de transmissão e distribuição continuassem o seu crescimento no mesmo ritmo das necessidades da economia e da sociedade. Até agora foram transferidas para a iniciativa privada 20 empresas. Os leilões apresentaram resultados gerais de US\$25 bilhões.

O governo, através das declarações dos seus representantes, buscava sensibilizar o povo brasileiro para a importância de abrir o capital para as empresas estrangeiras. Abrir o capital não implicaria necessariamente em desemprego ou outras conseqüências desastrosas. Significa, para o governo, a profissionalização da administração. O governo defendia a privatização como alternativa necessária para capitalizar o Brasil que enfrenta um grande problema de endividamento.

Apesar dos argumentos apresentados pelo BNDES e fundamentados em números que mostram a viabilidade financeira destas operações, setores ideologicamente opostos defendem a

⁶¹ <http://www.infraestruturabrasil.gov.br>

primazia do Estado no comando da economia nacional. Seus discursos alertam para o perigo do processo. É o caso do Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo, filiado à CUT. Em publicação no Jornal SINERGIA, o periódico da entidade, percebe-se o posicionamento desta instituição:

*“O Estado deixou de ser responsável direto pelo desenvolvimento social e econômico, afastando-se rapidamente da função de produção de bens e serviços. Em contrapartida, o setor privado passou a ser o principal centro promotor da dinâmica econômica nacional. Em outras palavras, a privatização transformou-se em imperativo do modelo econômico adotado em 1990, quando a geração de receitas públicas adicionais torna-se necessária para abater parte do endividamento produzido por juros expressivos, enquanto sustentáculo da estabilidade monetária. Ao mesmo tempo, a aposta governamental na tese do tecnoglobalismo influenciou a decisão de atrair empresas transnacionais com o objetivo de elevar o investimento, sendo a privatização de importantes empresas estatais um passo fundamental no curso do processo de desnacionalização”.*⁶²

Em entrevista concedida à revista ISTO É de dezembro de 2000, o presidente do BNDES, Francisco Gros, comenta o artigo que escreveu para o livro *“Para entender o Brasil”* onde descreve sobre os benefícios para o país da abertura econômica e das pesquisas de opinião pública que mostraram que a população via de forma negativa a privatização.

“As pesquisas em geral são vagas. E é uma questão de ter ou não alternativa. Se eu pudesse pagar minhas dívidas sem ter que vender o meu apartamento, eu preferiria. Você também. Mas essa hipótese não estava colocada. Tínhamos que enfrentar o problema do endividamento. A questão é que você vendeu o apartamento e tem hoje uma dívida

*maior ainda de que a de antes. Se não tivesse vendido o apartamento para pagar as dívidas, você teria quebrado e seu apartamento teria ido a leilão.*⁶³

2.7. UM EFEITO SOCIAL DA PRIVATIZAÇÃO

Existe uma infinidade de literatura que propõe avaliar o papel do Estado no processo de privatização. Há, no entanto, uma escassez de estudos sobre o que ocorreu com o emprego nas empresas públicas que se transformaram em privadas. Em maio de 2001, o professor do Instituto de Economia da UNICAMP, Marcio Pochmann⁶⁴, publicou o livro *"Década dos Mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil"*. O livro trata das conseqüências da privatização para o emprego no Brasil, avaliando-as nos aspectos quantitativo e qualitativo, especificamente aqueles empregos com trabalhadores de contrato regular. Alguns argumentos apresentados no livro foram recortados por entidades sindicais para servir de dados concretos que revelem o efeito da privatização sobre o emprego. Pochmann afirma que a adoção dos programas reformuladores do papel do Estado no Brasil repercutiu negativamente no volume de emprego referente ao conjunto das atividades comandadas pelo setor público estatal. Ocorreu a diminuição de quase 546 mil postos diretos de trabalho. A intensa modificação no setor estatal brasileiro implicou não apenas na redução do nível de emprego, mas também na alteração do perfil ocupacional. As ocupações mais destruídas foram de auxiliar de escritório, com a diminuição de 61.777 postos, e a de auxiliar de contabilidade, com a redução de 17.981 postos. Pochmann (2001:79) esclarece que, considerando-se o conjunto das empresas que formam o setor estatal, nota-se que em 1999 o volume de emprego encontrava-se abaixo do volume apresentado no ano de 1979 em cerca de 300 mil postos de trabalho e de 546 mil vagas em relação ao ano de 1989. Em relação ao grau de instrução, o ajuste no emprego

⁶² Jornal Sinergia edição de dezembro de 2000

⁶³ Revista ISTO É edição de dezembro de 2000

⁶⁴ Atualmente Pochmann é Secretário do Trabalho do Município de São Paulo.

estatal prevaleceu na categoria de empregados com baixa escolaridade. Para aqueles com até o primeiro grau, o emprego foi diminuído em 73%, enquanto que para os empregados com nível universitário a perda na quantidade de postos ficou abaixo de 10%. Através da revisão dos papéis atribuídos ao Estado e do processo de privatização, vários setores estatais perderam emprego. Porchmann (Op.cit.:80) comenta:

"Não apenas o instrumento da demissão de empregados foi intensamente utilizado no antigo setor produtivo estatal, mas também destacou-se a adoção de medidas orientadas para a maior intensificação do trabalho, através da implementação de novos programas de gestão de mão de obra. A terceirização, a subcontratação e a rotatividade constituíram os novos mecanismos adotados para a redução salarial e a subordinação dos empregos restantes, com o objetivo de geração de lucros de qualquer custo tanto no setor estatal quanto nas novas empresas privatizadas"

Todos os aspectos relatados acima fazem parte de um repertório de acontecimentos que promoveram grandes transformações nas relações de trabalho e nos ambientes de trabalho. No pacote de ajustes do governo, inclui-se uma forte contenção monetária com regulamentação sobre o livre fluxo de capital financeiro e aumento deliberado das taxas de desemprego. Os bancos estaduais foram vendidos para conglomerados internacionais e nos Bancos Federais transformações foram anunciadas.

2.8. MUDANÇAS E RACIONALIZAÇÃO NOS BANCOS PÚBLICOS

Com o início da implementação dos diversos planos de estabilização, e para modernizar a economia, o setor financeiro passou por um processo de reestruturação produtiva aprofundando o grau de

automação já existente na produção de seus serviços e introduzindo novos métodos e novas práticas de organização e gestão no trabalho. Inicialmente, o principal determinante foi a tentativa de compensar os impactos que os sucessivos planos de estabilização exerceram sobre as receitas inflacionárias dos bancos. Após o Plano Real, a configuração do setor ganhou novos contornos. O desenho que descrevia as instituições financeiras no país era resultante das falências, incorporações e fusões de bancos privados, entrada de bancos estrangeiros e privatização de bancos estatais devido a política de redução de custos. Toda esta transformação resultou na eliminação de postos de trabalho. O ajuste nos bancos privados já se desenvolvia há mais tempo. Já nos Bancos Públicos a tônica atual é a adoção dos Programas de Demissão Voluntárias, sobretudo a partir do Plano Real. Segundo o DIEESE⁶⁵, na prática, este programa tem pouco de voluntário na medida em que, ao definir critérios e elegibilidade, acaba sinalizando também os grupos de empregados que formam os "candidatos naturais" às demissões e, deste modo, termina por induzir o ingresso destes no programa⁶⁶. Para o DIEESE, o novo formato das instituições financeiras exigido pelo governo do Presidente Fernando Henrique era de:

*"Um segmento privado nacional mais forte, mais internacionalizado e menos público que traz como consequência imediata o esvaziamento da oferta de serviços de crédito bancário nas regiões menos atrativas sob a ótica da rentabilidade privada."*⁶⁷

As fusões, as aquisições e as privatizações resultaram num movimento de concentração das sedes bancárias no Centro-Sul do país, especialmente na região Sudeste, que detinha em maio/1999 161

⁶⁵ www.dieese.org.br. O DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos é uma sociedade civil criada em 1955 por setores do movimento sindical para sistematizar a produção de conhecimento técnico-científico e prestar assessoria. É composto por um quadro de dirigentes e de sócios - de base sindical - ou seja, dirigentes eleitos nas respectivas instâncias sindicais, um quadro técnico (economistas, sociólogos, estatísticos) e um quadro administrativo. Acesso em outubro de 2000

⁶⁶ [www.dieese.org.br/Linha Bancários](http://www.dieese.org.br/Linha_Bancarios). *Bancos no Brasil: Reestruturação e tendências*. Acesso em outubro de 1999

das 208 sedes de instituições bancárias, onde 114 encontram-se localizadas no estado de São Paulo. Concomitante a esta onda de racionalização, alguns Bancos que antes eram estatais foram privatizados, outros ainda estão na expectativa das deliberações do governo federal quanto à sua situação. Em junho de 1994 o Brasil possuía 40 bancos públicos. Em dezembro de 1998 este número caiu para 29 bancos⁶⁸.

A imprensa procura anunciar cada passo que é tomado pelo governo. Ela exerce o papel de disseminar as etapas em que se encontrava o processo de privatização nos bancos públicos⁶⁹. Este assunto passou a fazer parte da pauta de reportagens veiculadas pela mídia, acentuando-se nos anos de 1999 e 2000 com a contratação de consultorias norte-americanas para proceder a um estudo que resultaria no diagnóstico econômico e financeiro dos bancos públicos federais. Um exemplo foi a reportagem do Jornal do Comércio, com o título *"FMI defende a privatização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil"*

*"O Fundo Monetário Internacional – FMI sugeriu ontem a privatização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. O presidente do FMI, Michel Candessus, afirmou que o processo de desestatização deve ser acelerado no Brasil e que a venda das instituições financeiras deve ser realizada com muita seriedade. A sua proposta prevê a transformação dos bancos em agências de desenvolvimento, após a privatização".*⁷⁰

Através da imprensa, o governo informou que as medidas para contratação das consultorias nos bancos públicos faziam parte de uma inspeção geral que estava sendo realizada nos quatro Bancos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia e Banco do

⁶⁷ Idem

⁶⁸ Ibidem

⁶⁹ Os Bancos Públicos são todos os Bancos nacionais em que a União é acionista majoritária ou detém todo o controle acionário como é o caso da CAIXA. Nestes Bancos o contrato de trabalho é regido pela CLT.

⁷⁰ Jornal do Comércio edição de março de 1999

Nordeste do Brasil – e que conforme o Diário Oficial da União – DOU, objetivava *"impor aos bancos públicos a mesma disciplina a que estão submetidos os bancos privados"*.⁷¹

A privatização dos Bancos Federais, a racionalização dos processos, os programas de demissões voluntárias e a reestruturação dos bancos públicos passaram a ocupar, de fato, um lugar considerável nas conversas entre os bancários, principalmente no interior dos quatro Bancos Federais⁷² que vivenciavam "o fantasma da privatização". Relacionar a privatização dos quatro bancos federais com o pagamento da dívida externa estava presente no senso comum, principalmente da clientela e dos empregados. Informações circulavam, concordâncias e contestações oriundas da ótica econômica, política e social eram construídas. Somente o impacto da privatização dos Bancos Públicos entre os empregados destes bancos não era contestado por ninguém.

Em abril de 1999 a Editora Perseu Abramo lançou o livro *"O Brasil Privatizado: Um balanço do desmonte do Estado"*, de autoria do jornalista econômico Aloysio Biondi. Biondi iniciou suas atividades na Folha de São Paulo em 1956 e teve, ao longo da sua carreira, o reconhecimento dos seus trabalhos através de diversas premiações. O jornalista reuniu dados do BNDES e de empresas que realizaram estudos diagnósticos nas estatais antes da sua privatização. Com um texto bastante objetivo, acrescido de dados numéricos que comprovam suas argumentações, este trabalho recebeu a indicação para o prêmio Jabuti 2000 e teve uma primeira tiragem de 125 mil exemplares vendidos. Em outubro de 2000 a mesma editora lança o segundo livro *"O Brasil Privatizado II: O assalto das privatizações continua"*. Este exemplar reúne artigos sobre privatização, assinados pelo autor e publicados na imprensa ao longo do seu trabalho como jornalista. O autor faleceu antes do lançamento do livro que foi realizado pelo seu filho. Dois artigos tratam especificamente do processo nos bancos estatais. O primeiro, com o título *"Privatização, a falsa saída"*,

⁷¹ Diário Oficial da União – DOU edição de junho 1999

⁷² Os Bancos Federais aqui tratados são os seguintes bancos Públicos: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, o Banco da Amazônia - BASA, o Banco do Brasil - BB e a Caixa Econômica Federal - CAIXA.

relembra aos leitores do jornal da Federação Nacional das Associações Economiárias o impresso FENAE – AGORA, em fevereiro de 1999, o papel que as instituições financeiras oficiais desempenham para a população e para o empresariado brasileiro que os bancos privados não estão dispostos a assumir. O artigo faz referências às operações realizadas nestes bancos para sanar déficits financeiros sem necessariamente garantir uma reversão de lucro. Também lembra o papel social que estes bancos assumem como instituições que executam as políticas sociais do governo federal. O segundo artigo critica as ações do governo que, segundo o jornalista juntamente com a grande imprensa, convence a opinião pública de que o melhor é privatizar os quatro bancos federais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia. "*Inventa-se um grande rombo, apavora-se a opinião pública que, manipulada, fica a favor da privatização*"(BIONDI, 2000:53). Este artigo foi publicado no jornal gaúcho Diário Popular em julho de 2000.

2.9. O SINDICATO E A REESTRUTURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO

Alguns estudiosos consideram as propostas de flexibilização, de reestruturação produtiva, e como consequência a privatização, parte de uma política de corte neoliberal tendo como um dos efeitos mais marcantes a criação das categorias de subempregos e terceirizados. Ricardo Antunes, professor titular de Sociologia do Trabalho na UNICAMP, afirma que, com o governo FHC, intensificou-se o processo de desmontagem dos direitos trabalhistas mais elementares construídos ao longo de décadas. Todas essas transformações fazem entrar em crise a subjetividade do trabalho e a consciência de classe, afetando organismos de representação dos quais os sindicatos e os partidos políticos são expressão. Os primeiros, os sindicatos, são forçados a assumir uma postura cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência. Aos poucos, os sindicatos têm abandonado os traços anti-capitalistas, que difundem a

preservação da jornada de trabalho regulamentada e os demais direitos sociais conquistados ao longo da história. Quanto mais a revolução técnica avança tanto mais a luta sindical é para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais a sua sobrevivência estaria ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego. A luta pelo controle social da produção, tão presente nos anos 60/70, na Europa, e em tantos outros momentos da luta dos trabalhadores no Brasil está sofrendo ameaça. Antunes é enfático ao afirmar que o sindicalismo vive uma crise brutal de transformação. Talvez a mais aguda crise no universo do trabalho. A simultaneidade da crise, tanto na materialidade quanto na subjetividade da “classe-que-vive-do-trabalho” intensifica-se com o passar dos anos. A redução do operariado é visível, é uma consequência do avanço desgovernado da tecnologia no interior dos ambientes de trabalho. Verifica-se, também um crescente número de *subproletarização* do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial e terceirizado promovendo várias formas de relação de trabalho no interior de um só ambiente, o que vem enfraquecer a organização sindical. Este contexto é contrário ao do fim dos anos 70 e início dos anos 80, período em que houve um grande avanço no sindicalismo, principalmente nos setores de serviços, onde se incluem os bancários – sobressaindo a organização dos funcionários públicos.

As tendências econômicas com propostas de desregulamentação e de privatização acelerada tiveram, a partir do governo Collor, um forte impulso. Esta realidade, para Antunes, não tirou a energia do sindicalismo, mas o tornou mais defensivo diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita da qual a Força Sindical é o melhor exemplo. Defendendo a preservação da ordem em sintonia com o desenho do capital globalizado que reserva ao Brasil o papel de país dependente de recursos forâneos, a Força Sindical pratica o que Antunes define como sindicalismo de direita.⁷³ Mas o

⁷³ Além de Antunes, outros teóricos consideram que a Força Sindical procurou se firmar no cenário sindical brasileiro como uma alternativa ao padrão ascendente de sindicalismo representado pela CUT. O discurso da FS é a favor de um sindicalismo negociador, voltado para o mercado, não ideológico e apartidário: um sindicalismo de resultados ou pragmático. Este modo seria em tudo oposto ao que definiam como o “sindicalismo cutista”: ideológico (porque socialista), partidarizado (por seus vínculos com o PT), estatista (por defender mecanismos de regulação

ambiente sindical é propício ao surgimento de conflitos ideológicos relacionados ao caráter de classe da luta de trabalhadores. No outro pólo encontra-se a articulação Sindical da CUT que cada vez mais se aproxima do modelo de sindicalismo europeu social-democrata. Todo este contexto, ressalta Antunes (1999:240)

“(...)dificulta enormemente o avanço qualitativo do movimento sindical capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do novo sindicalismo, para um momento superior, de elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista existente que pudessem contemplar todo o conjunto da classe trabalhadora do país”.

Para Antunes, o Sindicato deve, urgentemente, romper a barreira social que separa os trabalhadores “estáveis”, em processo de redução, dos trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário brasileiro desenhado, principalmente, pelo massivo processo de privatização que atravessa o país. Uma vez privatizado o banco adquire a autonomia de gerir o seu contingente de pessoal, não sendo necessário cumprir as exigências características de uma empresa estatal.

Antunes ressalta ainda que a privatização, juntamente com a desnacionalização do setor bancário, intensificou a concorrência entre bancos, levando alguns à falência. A perspectiva é de acirramento da concorrência entre os bancos, da racionalização dos serviços e da transferência e terceirização de outros. O efeito deste aspecto é a redução dos empregos bancários existentes no país. Dados fornecidos pelo DIEESE (2000) revelam que, em 1996, a região Nordeste possuía 7% dos empregos bancários estatais do Brasil. No ano de 1999, o quantitativo reduziu-se para 4%.

estatal sobre a economia e a preservação das empresas públicas). Força Sindical ocupa os espaços institucionais repudiados pela central rival, assumindo um discurso programático afinado com o pensamento empresarial e oferecendo-se ao sistema político como interlocutor confiável junto aos trabalhadores.

O maior desafio do meio sindical, diante deste processo de reestruturação produtiva e conseqüente privatização, é resistir a esta onda que provoca intensa redução de emprego, diminuindo sobremaneira o contingente de sindicalizados, elaborando um programa econômico alternativo que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria da economia informal. Um programa que desenvolva um modelo econômico que elimine a superexploração do trabalho que particulariza o capitalismo iniciando um desmonte do padrão de acumulação vigente no nosso país. Que não aceite uma globalização integradora para fora e desintegradora para dentro. Um projeto que articule valores inspirados, voltados para uma sociedade além do capital, mas para que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do "ser que vive do trabalho".

O mesmo aspecto é estudado por David Harvey (2000:30). Sua investigação é realizada mostrando que estas mudanças fundam-se nas modificações dos valores individuais e nos processos sociais. Este professor da Universidade de Oxford afirma que no início do século as fábricas eram dotadas de um acúmulo de trabalhadores em larga escala. Este aspecto convergia para uma organização trabalhista mais forte. As corporações aceitavam, mesmo a contragosto, o poder sindical no interior das empresas em troca de uma maior produtividade. Por outro lado, os sindicatos serviam apenas aos interesses estreitos e não a objetivos gerais de seus membros, correndo o risco de serem reduzidos, diante do público e de outros grupos de interesses. O projeto social e econômico é desenhado, na atualidade, pela fantasia, pelo efêmero, pela flexibilidade de relações de produção e mercado de trabalho. O sindicato, na sociedade moderna, era atuante e havia uma divisão detalhada do trabalho. Na pós-modernidade prevalece a diversidade, a descentralização. Os contratos de trabalho são locais e alguns temporários com a figura do trabalhador flexível. Este aspecto potencializa a existência de correntes que fazem concessões ao capital. Concessões presentes na tentativa de aprofundarem as dispersões dos trabalhadores, que acentuam o burocratismo dos direcionamentos sindicais. Estas concessões são

verbalizadas nos discursos que exaltam a necessidade de apresentar respostas a problemas imediatos e não para prever e evitar as transformações neoliberais, onde se promovem o empobrecimento estruturado e profundas mudanças nas relações de trabalho que, por efeito, afetam a subjetividade do trabalhador. Para Harvey, é fundamental que a oposição, a esquerda com suas instituições – partidos políticos, associações e sindicatos, por exemplo - preocupe-se com uma luta que modifique economicamente, politicamente e culturalmente este momento histórico onde a pobreza sai do campo social e entra no campo da estética, onde a ética está sendo dominada pela estética. Harvey (Op.cit.:34) acrescenta:

"Uma retórica que justifica a falta de moradias, o desemprego, o empobrecimento crescente, a perda de poder, etc. (...) Vai saudar a passagem da ética para a estética. Esta mudança provoca uma desmobilização, uma despolitização e conseqüentemente um esvaziamento das instituições onde o sindicato está incluído. Isto faz com que o trabalhador dê as costas para o sistema sindical. Este é o efeito da reestruturação."

O teórico declara que as pessoas vivem, nos dias atuais, uma espécie de moral hedonista. Um cotidiano voltado para o prazer e os simulacros. Os homens afastam-se das verdadeiras experiências da realidade, vivendo mais dentro de uma virtualidade do real. Esta constatação provoca o isolamento e a alienação, o que dificulta a mobilização das categorias para uma ação coletiva na busca pela conquista dos seus anseios e necessidades.

Outro teórico, Manuel Castells (2000:200), atribui a redefinição das relações de trabalho e a necessidade iminente de transformação da atuação sindical ao uso das poderosas tecnologias da informação e das formas organizacionais facilitadas pelo meio tecnológico. Castells afirma que a capacidade de reunir mão-de-obra para projetos e tarefas específicas em qualquer lugar, e de dispensá-la com a mesma facilidade, criou a possibilidade de um aumento extraordinário de

flexibilidade e adaptabilidade. Segundo Castells (Op.cit.:208) o efeito foi que:

“(...) os trabalhadores perderam proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação. Por isso o sindicato, principal obstáculo na estratégia unilateral de reestruturação, foi enfraquecido diante da inadaptabilidade à representação de novos tipos de trabalhadores”.

As poderosas tecnologias da informação trazem transformações na organização da produção, acompanhadas por novas formas de gerenciamento, principalmente nos bancos, pela sua atividade encontrar-se na fronteira da economia capitalista. O efeito é grande no perfil dos trabalhadores, pois provoca um certo esgotamento no modelo de representação sindical. O sindicato deixa de ser o porta-voz dos trabalhadores nos grandes debates, fazendo com que o patronato determine a agenda de discussão sobre o salário, o emprego e a política econômica como um todo. O grande desafio das classes trabalhadoras, para Castells, é, dentro desta nova configuração social, a sociedade em rede, encontrar uma nova forma de representação.

Os posicionamentos acima sugerem hora sob o olhar sociológico, hora sob premissas políticas ou econômicas, propostas organizativas do meio sindical em época de política econômica neoliberal e vida efêmera e pós-moderna. Este contexto cria uma correlação de forças, em princípio, extremamente desfavorável ao movimento sindical. Esta situação exige do sindicato uma atitude comunicativa convergindo para a integração de idéias, tomando o ato da fala na concepção habermasiana, para enfrentar os desafios atuais. A postura acima descrita teve o seu momento de realização. No início do ano de 1999 uma intensa mobilização aconteceu no Sindicato. Não era época de acordo coletivo, mas o SEEC-PE se viu diante da necessidade urgente de desenvolver uma prática comunicativa que atingisse, de imediato a classe dos bancários.

Há alguns anos, o SEEC-PE já havia se engajado nas denúncias de aspectos referentes à reestruturação. As manchetes das primeiras edições do Jornal dos Bancários do ano de 1996 identificavam os motivos para a oposição ao PROER⁷⁴: "*A dívida dos banqueiros será paga pela sociedade*", "*Casamento entre o Unibanco e Nacional: quem paga é você, contribuinte*", "*Banco do Brasil e CAIXA: socorro dos bancos privados*". Algumas denúncias concentravam-se na utilização do dinheiro público para ajudar os banqueiros, um segmento que já havia lucrado bastante com os altos índices inflacionários.

O governo, há um certo tempo, anunciara que iria desenvolver uma reestruturação nos Bancos Públicos. A privatização dos Bancos Estaduais havia iniciado. Havia indícios reais de que na agenda da reestruturação estava incluída a venda, para a iniciativa privada, de todos os Bancos Estaduais.

Quanto aos Bancos Federais, uma consultoria norte-americana foi contratada para levantar um diagnóstico na saúde financeira do Banco de Brasil, do Banco do Nordeste do Banco da Amazônia e da Caixa Econômica Federal. Na mesma época, o Fundo Monetário Internacional declarava seu posicionamento favorável à venda dos Bancos Federais. As pressões tornaram-se mais intensas no interior destes bancos. Sob o discurso de que os Bancos Federais deveriam atingir o mesmo resultado financeiro que os demais bancos privados, o governo promovia uma série de mudanças na gestão destes bancos, chegando até a comprometer a missão social destas instituições.

O SEEC-PE necessitou desenvolver estratégias de comunicação que ao mesmo tempo em que apresentava o seu posicionamento diante das propostas de privatização, informava e conclamava os bancários para agir na preservação dos bancos. A comunicação entre os dirigentes e os bancários foi orientada para uma prática interativa onde, citando Habermas, o ato de falar tinha a mesma importância que a mensagem transmitida. Era necessário que as informações

⁷⁴ PROER – Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional. Tratava-se de um programa de estímulo de compras das instituições financeiras com dificuldades por outras instituições privadas. Foi uma forma alternativa que o Sistema Financeiro encontrou para compensação das perdas das receitas inflacionárias do Plano Real. O aspecto mais polêmico, do ponto de vista da instituição compradora, seria o fato do Banco Central dividir a

atingissem um alcance imediato para que a adesão às idéias fosse consenso, garantindo o fortalecimento da mobilização em todo o estado de Pernambuco.

Os anos de 1999 e 2000 foram os de maior atuação do Sindicato dos Bancários de Pernambuco contra a privatização dos Bancos Públicos. Este aspecto deve-se à repercussão dada pelo posicionamento do governo federal ao contratar um trabalho de consultoria no Banco do Brasil, Banco de Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal, desenvolvido pela empresa norte-americana Boz-Alen. Neste mesmo tempo, início do ano de 1999, o FMI declarava para a imprensa brasileira que era favorável à privatização dos Bancos Federais.⁷⁵ Em maio do mesmo ano, o SEEC-PE lançou uma campanha contra a privatização dos três bancos acima. A campanha era composta de várias ações. Através da integração de vários canais naturais ou formais de comunicação, a campanha foi crescendo e invadindo o cotidiano dos bancários e da população pernambucana em geral. Através da militância direta desenvolvida pela diretoria do sindicato, os bancários dos Bancos Federais recebiam as mensagens do sindicato se contrapondo ao processo e as informações referentes a cada fase do processo. Reuniões eram realizadas nas agências bancárias, debates aconteciam no espaço público do SEEC-PE, "kits anti-privatização"⁷⁶ foram vendidos e os livros "O Brasil privatizado" e "O Brasil privatizado II" foram distribuídos para a categoria. Um conjunto integrado de recursos de comunicação foi montado. Nos principais canais de televisão foi apresentado um VT contra a privatização.

"O VT, com uma linguagem direta e objetiva, simula um leilão apostando no vigor das imagens. Ressalta o resultado negativo das privatizações das estatais de energia elétrica e telefonia. A partir da intervenção de uma criança – esperança e futuro do país -, alerta para o que querem fazer

instituição problemática. A CAIXA recebia toda a carteira imobiliária da instituição que seria vendida.

⁷⁵ Estes dois fatos já foram ressaltados no item Mudança e Racionalização dos Bancos Públicos.

⁷⁶ Nos kits constavam duas camisetas, caneta, adesivos e boné.

com os bancos: O Banco é nosso, A CAIXA é nossa! Não vamos deixar vender. Sintetiza o slogan".⁷⁷

Toda esta estratégia tinha o objetivo de garantir uma maior interação do sindicato com a categoria e da entidade com a sociedade, o que daria mais amplitude à campanha. O alcance da campanha crescia. As mobilizações com foco na defesa dos Bancos Federais ampliavam-se. A sociedade também era sensibilizada por amigos e familiares dos bancários. A interação estabelecia-se, reforçando a configuração do que a privatização representa para estes trabalhadores. Este aspecto vem ilustrar as considerações de Berger e Luckmann ao afirmar que é na vida cotidiana que os indivíduos vivem continuamente o processo de interação provocado pela comunicação e que a atitude de cada indivíduo diante do mundo depende desta interação. Foi este o objetivo da campanha: através de uma ação recíproca que reunia o SEEC-PE, os bancários, seus familiares, outros órgãos de representação e a sociedade em geral, fomentar o debate sobre a privatização dos Bancos Federais e sobre os prejuízos sociais que a privatização destes bancos federais poderia ocasionar. Desta forma, a sociedade entendia o quanto era importante o país ter instituições financeiras que atuem como um prolongamento do Estado nas políticas sociais. Assim a mobilização foi ganhando mais volume, transformando a campanha em um grande movimento⁷⁸ no estado de Pernambuco contra a privatização dos Bancos Federais. O assunto "privatização das estatais" tornou-se um assunto público na concepção de Habermas quando afirma que os assuntos públicos participam da vida das pessoas, contribuindo para a construção do seu horizonte ideológico, edificando suas condutas.

As articulações resultaram em adesões de outras entidades sindicais, outros movimentos e de representantes do poder executivo. Audiências públicas na Assembléia Legislativa do Estado de

⁷⁷ Jornal do SEEC-RE edição de 05/1999

⁷⁸ Gohn (2000) de que movimentos sociais são ações sóciopolíticas construídas por atores pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas em certos cenários da conjuntura sócio-econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade. Os movimentos provocam inovações na esfera pública e privada e participam, direta ou indiretamente, da luta política de um país.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

Pernambuco e na Câmara de Vereadores da Cidade do Recife foram realizadas. Nas galerias, os empregados dos Bancos Federais clamavam e denunciavam os primeiros desmembramentos⁷⁹ das atividades nos Bancos. Jaqueline Mello ressalta que a adesão à mobilização aconteceu na maior parte pelos empregados da Caixa Econômica Federal. Sua suspeita é de que, por a CAIXA ser entre os três Bancos Federais a única instituição cem por cento pública⁸⁰, a representação da privatização estava mais elaborada no imaginário deste segmento de bancários centrado, também, mais neste grupo a reação ao processo.

Na busca em descrever a recepção da ação do SEEC-PE pela manutenção dos Bancos Federais, a pesquisa aprofundou-se na análise de duas mídias: o material impresso utilizado na campanha e o Jornal dos Bancários.

⁷⁹ Os desmembramentos resultavam em venda de parte do ativo dos Bancos Federais para empresas privadas.

⁸⁰ Embora a CAIXA seja diferente do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, que são empresas de economia mista onde a União é acionista majoritária, a natureza do contrato de trabalho é a mesma, nos três bancos. São regidos pela CLT. Esta e outras vicissitudes marcam boa parte das diferenças no perfil e na prática sindical entre, os trabalhadores do setor produtivo estatal, os trabalhadores de empresas privadas e os servidores públicos.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS



Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Pernambuco
Foto Ivaldo Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS



Ato contra a privatização da CAIXA

Foto Ivaldo Bezerra



Ato contra a privatização da CAIXA

Foto Ivaldo Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS



Manifestação de Protesto

Foto Alexandre Albuquerque



Audiência Pública na Câmara de Vereadores do Recife

Foto Beto Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS



Dirigentes do SEEC – PE na agência bancária
Foto Beto Oliveira

3. UM MODELO DE ANÁLISE

A maior preocupação na elaboração de um arcabouço de análise foi realizá-lo com o objetivo de identificar a representação elaborada pelo SEEC-PE do processo de privatização dos bancos. Para que se fosse possível, buscou-se nos aspectos referentes ao discurso sindical, nos elementos de gêneros jornalísticos e nos conceitos apresentados em capítulos anteriores, os alicerces para a realização desta etapa. O resultado foi uma análise de conteúdo que extraiu o que Kientz (1989) classifica de "modelo representacional" da mensagem, partindo de aspectos pertinentes ao local de elaboração da mensagem.

Foram definidos elementos de caracterização geral para o material da campanha e para a investigação das notícias mediadas pelo Jornal dos Bancários nos anos de 1999 e 2000 referentes à privatização. Estes elementos obedeceram às regras de representatividade e homogeneidade exaustivamente descritas por Bardin (1977). Segundo Bardin, o material escolhido como amostra de análise deve representar quantitativamente e qualitativamente o fenômeno, além de possuir uma certa homogeneidade. Assim seria possível atingir a linearidade nos procedimentos do estudo. Alguns recortes de natureza semântica foram realizados para facilitar a descrição do esquema de representação sobre a privatização e suas características dinâmicas que poderiam fomentar as atitudes e mudança de postura dos bancários. Inicialmente realizou-se um estudo sobre a campanha contra a privatização.

3.1 A IMAGEM DA CAMPANHA

A campanha foi reforçada com a distribuição de panfletos na capital e cidades do interior. Na parte frontal do panfleto estava impressa a foto de uma criança. A criança, com uma expressão de tristeza, segurava três cofrinhos. A mesma criança estava presente no VT que foi exibido nas principais emissoras de TV durante o período da

campanha. O VT foi reproduzido pelas redes de televisão local, seguindo uma programação previamente divulgada através do Sindicato disseminando campanha de forma bastante linear.

Segundo Roberto Leandro, coordenador da campanha, cada cofrinho vem representar um Banco Federal - Banco do Brasil, Banco do Nordeste e CAIXA.

A imagem da criança segurando os cofrinhos é uma mensagem icônica que compõe a imagem representativa da privatização. A foto da criança tornou-se um dos símbolos da privatização. A imagem, mesmo sem vir acompanhada de qualquer mensagem textual, após os primeiros meses de campanha e exibição do VT, já era associada à privatização. Um empregado da CAIXA se expressou:

"Até hoje, quando vejo a foto da criança, ou mesmo dos cofrinhos impressos na camisa, sou tomado por um mal estar. Mas eu descobri que o que vem na minha cabeça é toda aquela pressão que sofri durante a época em que se falava em vender uma parte do ativo da CAIXA. Lembro-me que me perguntava: e eu pra onde vou? Pra gente se orientar mais, eu e alguns colegas começamos a acompanhar mais o que vinha do sindicato. Pra que eu pudesse me sentir mais seguro, voltei a estudar".⁸¹

Por vezes, a imagem tem tamanha capacidade de transmissão que se sobrepõe à mensagem escrita. Este foi um dos recursos que o SEEC-PE utilizou para mobilizar a categoria. E é incontestável a capacidade de sensibilização no trabalhador para se alcançar a força e a união necessárias. Nóbrega (Op.cit.:70) lembra:

"É importante destacar que uma imagem, por exemplo, pode corresponder a uma representação. (...) Os fenômenos perceptíveis, imagens, crenças e atitudes, formam um tecido atômico das representações sociais (...), adquirem

⁸¹ Para se evitar qualquer prejuízo aos entrevistados, suas identificações foram poupadas. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

estruturação lógica no entrelaçamento dos vínculos entre estes elementos. A imagem é um dos componentes do modo de elaboração cognitiva da Representação Social.”

A imagem da criança e dos cofrinhos tornou-se um dos símbolos da privatização. Nóbrega afirmou, no capítulo anterior, que a imagem pode ser um objeto ou um fenômeno que representa outra coisa que ele próprio. A campanha fez os espectadores principais – os bancários dos bancos federais – partilharem um mesmo objeto, independente do que ele efetivamente venha a ser. Estes dois elementos - a criança e os três cofrinhos - se aparecessem separadamente, fora do contexto da campanha e para um público alheio à campanha, certamente sua representação seria outra e não seria uma representação dentro dos parâmetros teóricos definidos neste estudo. A interpretação da foto seria algo próximo a uma criança com raiva e três brinquedos infantis.

Obviamente a foto da criança não estava, simplesmente, representando uma criança que queria para si seus três brinquedos. Como já foi dito pelo coordenador da campanha, Roberto Leandro, a criança significava o futuro do Brasil. E os cofrinhos, os três Bancos Federais. O estímulo visual foi o mesmo para todos. Inclusive para a sociedade em geral no papel de expectador. A imagem foi a mesma. Todavia, a elaboração e a presença da representação no cotidiano e na ação comunicativa são diferentes em cada grupo. Esta variação depende do grau de aproximação de um grupo ou categoria de pessoas com o objeto da representação. Para um grupo de expectadores que não tenha relação com a categoria, estas imagens fazem parte do senso comum sobre a privatização. O senso comum sobre a privatização fundamenta-se no coletivo e é partilhado entre as pessoas. Este tipo de conhecimento estrutura os eventos comunicativos a respeito da privatização e, ao mesmo tempo, é resultado do mesmo processo de comunicação.

Tratando-se da categoria dos bancários dos Bancos Públicos, a imagem juntamente com o texto impresso no panfleto, articulou-se na história pessoal de cada componente desta categoria marcada por determinantes de diferentes níveis e ordens. Vincula-se, também, às

relações que o sujeito vai estabelecendo no cotidiano do seu viver. Vincula-se, segundo Moscovici, a significação que o indivíduo atribui ao objeto para outros que tem como referência e as formas e implicações de todas estas articulações.

O processo de construção dos sentidos não opera no indefinido, no vago. Pois não se pode mais atribuir à recepção somente o lugar de chegada da mensagem. É no momento da recepção que o sentido é elaborado e instrumentalizado pelos processos de vinculação acima citados. Lembrando Barbero, não é somente a significação na transmissão o único momento em que o sentido é construído. Neste estudo, analisou-se o sentido de um material produzido. Mas este material estabelece diretas relações com as condições e características do momento da recepção. Segundo Kientz (Op.cit.:45), toda e qualquer estratégia de comunicação apresenta um aspecto representacional, isto é, os estados característicos do emissor e sua ideologia, mesmo que a sua revelia. Por outro lado, existe o aspecto instrumental responsável pela forma como se quer que a informação chegue ao receptor. Mas o sentido construído é responsável, também, pela elaboração do sentido de quem a recebe.

A imagem vinha seguida do seguinte texto:

“O governo está vendendo tudo o que é nosso. Dizem que o dinheiro é para melhorar a saúde, a educação, os serviços... Dizem. Mas, você sabe, depois que privatizaram os serviços essenciais - energia, telefone... Ta tudo pior, nada funciona. Agora, querem vender o Banco do Brasil, a CAIXA e o Banco do Nordeste que são de muita importância para todos os brasileiros”

Um quadro, no verso do panfleto, veio *“revelar quem perde e quem ganha com a venda do Banco do Brasil, da CAIXA e do Banco do Nordeste”*.⁸²

⁸² *“Jornal dos Bancários”* edição de maio de 1999

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS



O governo está vendendo tudo o que é nosso. Dizem que o dinheiro é para melhorar a saúde, a educação, os serviços... Dizem. Mas, você sabe, depois que privatizaram os serviços essenciais energia, telefone... tá tudo pior, nada funciona. Agora, querem vender o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste que são de muita importância para todos os brasileiros.



Participe da Campanha contra a venda dos Nossos Bancos. Use a camisa e o adesivo.

QUEM PERDE COM A VENDA DO BANCO DO BRASIL, DO BANCO DO NORDESTE E DA CAIXA?

OS APOSENTADOS.

Os milhões de trabalhadores que, após contribuírem por toda a vida, hoje dependem do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e da Caixa para receber suas minguadas aposentadorias, principalmente nas cidades mais afastadas das capitais.

Os bancos privados vão se interessar em manter agências que atendam aos interesses da população?

OS TRABALHADORES

Os brasileiros que lutaram para construir um patrimônio e hoje assistem ele ser desfeito, sem que o dinheiro seja usado para combater o déficit social.

QUEM GANHA COM A VENDA DO BANCO DO BRASIL, DO BANCO DO NORDESTE E DA CAIXA?

OS ESPECULADORES

Os mega-investidores que se aproveitam de governos fracos para ganhar milhões de dólares em juros. Com a venda dos nossos bancos fica mais fácil dismantelar a política agrícola, a política social e os investimentos na produção. Sem o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e a Caixa, o Brasil perde boa parte da sua autonomia.

OS DONOS DO PODER

Os políticos que se utilizam dos seus mandatos para enriquecer de forma ilícita, e estão vendendo o Brasil em benefício próprio.

QUEM NÃO QUER VENDER O BANCO DO BRASIL, O BANCO DO NORDESTE E A CAIXA?

OS DONOS DO BANCO

Os brasileiros que lutaram para construir um patrimônio e hoje assistem ele ser desfeito.

Os brasileiros que precisam de um banco de fomento à agricultura. Um banco que dê crédito para o micro e pequeno empresário para com isso combater o desemprego e a evasão de receitas pelo mercado informal.

OS BRASILEIROS

Todo cidadão que tem respeito pelo patrimônio público e que reconhece a importância dessas empresas para manter a autonomia do Brasil.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

A parte frontal do impresso por diversas vezes era apresentada nas páginas daquele jornal. Do total de edições entre o período de 1999 a 2000, o impresso da campanha contra a venda dos bancos públicos apareceu 38 % ocupando uma página completa do jornal; em 28% das vezes ocupava metade da página e em 34% apareceu ocupando um quarto de página. Nestes dois últimos, o material acompanhava as notícias a respeito do andamento da privatização e das ações de embargo ao processo. Por fazer parte do rol das ações movidas pelo Sindicato e dada a sua acentuada presença nas edições do jornal, fez-se necessário explorar o texto impresso da campanha. Este desafio teve como objetivo apurar o sentido do que era repassado por esta unidade de comunicação que compõe um dos alicerces discursivos do SEEC-PE.

Buscando despertar a atenção do leitor e causar impacto logo na primeira leitura, o texto traz uma mensagem oponente, para servir como base do seu discurso contra a privatização.

O SEEC-PE descreve as ações e as idéias do governo - "*Está vendendo tudo o que é nosso*" -, ilustra o embate entre duas forças ideológicas, a força do governo e a do sindicato. O verbo vender associa-se ao que é pertencente ao povo brasileiro "*tudo o que é nosso*". O que é de todos é o patrimônio do país. Esta frase inicial declara que o governo está comercializando o patrimônio do povo brasileiro. A seqüência seguinte vem trazer a idéia de que o processo não está muito claro. Em "*Dizem*" (eles, o governo) "*que o dinheiro é para melhorar a saúde, a educação, os serviços*". (finalidade, destinação). "*Dizem..*", "*Mas você sabe, depois que privatizaram*" (o mesmo sentido de vender) "*os serviços essenciais, energia, telefone... ta tudo pior, nada funciona*" (relação adversativa indicando idéia que se opõe à lógica da seqüência anterior. O dinheiro é para melhorar a saúde, a educação, os serviços. Mas não é o que está acontecendo. Tudo está pior). "*Agora querem*" (indeterminação do sujeito, não afirma a pessoa) "*vender*" (o mesmo sentido de privatizar) "*o Banco do Brasil, a CAIXA e o Banco do Nordeste que são de muita importância para todos os brasileiros*". Embora este recorte final não explicita que os três bancos sejam nossos (do povo brasileiro), a

intenção é revelada quando afirma que é de muita importância para todos os brasileiros.

O sentido final extraído da análise acima é de que o governo está transformando os bens públicos em operações financeiras. Há a informação de que os lucros destas operações serão aplicados nos setores sociais, mas não se sabe ao certo. Isto vem sugerir que o processo não está sendo realizado com muita clareza, pois as fontes de informação dos resultados da privatização não são precisas. Segundo o SEEC-PE, quando isso acontece, ao invés de melhorar, estes setores tornam-se mais precários. A instituição representante da classe trabalhadora alerta para o fato de que os três bancos públicos de muita importância para os brasileiros estão com o indicativo de privatização.

O discurso do SEEC-PE é oposto ao do governo. Não porque este seja o papel de qualquer organização de classe – contestar o discurso do patronato. É opositor porque o seu objetivo primeiro de uma organização sindical é o de defender os interesses do trabalhador. O interesse do trabalhador é de que o banco em que trabalha continue estatal.

Neste momento, a formação ideológica do governo pode ser descrita como um conjunto de ideários liberais. Percebe-se, também, que no período das grandes privatizações, em especial nos anos de 1999 e 2000, não se tinha conhecimento de qualquer política de recursos humanos, elaborada pelo governo, que garantisse a permanência do emprego para os trabalhadores das empresas privatizadas. Desta forma, pode-se observar que toda a economia de produção das mensagens que o SEEC-PE divulgava para os bancários era efeito deste estado de coisas que fragilizava a condição do trabalhador estatal. O conjunto de mensagens engendradas produzidas no recorte histórico definido neste estudo – os anos de 1999 e 2000 – sobre a privatização é efeito de um estado de condições que remetem a estas características de produção. Como já foi visto no capítulo anterior, nos anos da ditadura militar havia uma imposição conjuntural da política que pôs a prova a legalidade de vários órgãos de classe e partidos políticos. Após esta etapa da história política do país, as

instituições opositoras aos poucos voltavam a adquirir visibilidade. São contextos distintos que distinguem todo o conteúdo informacional e de conquista do meio sindical.

Outra etapa que serve de ilustração foi o lugar do sindicato na época do populismo – que se voltava para a busca do consentimento da existência da classe trabalhadora e suas instituições representativas - e o regime militar - que controlava estas mesmas instituições e extinguiu as que detinham força e expressão opositora ao discurso do Estado. Os limites intencionais definem um discurso. Este mesmo limite pode sofrer modificações. Isso que vem mostrar que os processos sociais são decisivos na elaboração dos parâmetros de elaboração das mensagens produzidas, de onde se pode identificar o discurso. Conseqüentemente os efeitos destas mensagens também são modificados.

Mas o receptor não internaliza o que lê e vê no processo de comunicação, considerando apenas as características do contexto presente. A elaboração da representação resgata o registro histórico de qualquer evento pelo qual tomou-se conhecimento sobre aspectos relacionados com o objeto da representação. Um exemplo seriam as notícias que os empregados da CAIXA sabem sobre o efeito da privatização em outras estatais, principalmente no que se refere à qualidade do trabalho – terceirização de serviços, automação – e a ameaça de perder o emprego a partir de planos de demissões voluntárias no qual ele estaria fazendo parte dos que poderiam participar, ou a demissão sem justa causa possível de realizar-se, uma vez que a empresa privada não detém qualquer vínculo de estabilidade funcional.

Kientz (Op.cit.:77) alerta que, para a análise assegurar cientificidade, é fundamental descobrir o que está intrínseco nas mensagens. Revelar os esquemas de sentido e as estruturas subjacentes pelas quais, sobre a forma de representação social, as notícias a respeito da privatização são articuladas. Este foi o caminho percorrido.

O impresso tem uma periodicidade quinzenal. Às vezes, em caráter excepcional, são elaboradas mais de uma edição na quinzena.

A tiragem de cada edição oscila entre 7 e 10 mil exemplares. O jornal possui entre nove e doze páginas e é distribuído nas agências bancárias mão-a-mão. No período em que se reconhecia uma maior adesão dos empregados, como a época da campanha salarial e o movimento contra a privatização, a distribuição era realizada pelos membros da diretoria.

3.2. O JORNAL DO SEEC-PE

O outro material sob o qual incidiu a investigação foram as publicações do Jornal dos Bancários sobre a privatização, divulgadas nos anos de 1999 e 2000. Durante estes dois anos, a veiculação de notícias a respeito da privatização intensificou-se em função do projeto do governo para "*impor aos bancos públicos a mesma ordem atribuída aos bancos privados*".⁸³ Ressalta-se que o rigor e a objetividade desta etapa foram lastreados pela metodologia de Análise de Conteúdo.

Em seu livro "*Comunicação de Massa – Análise de Conteúdo*", Kientz (Op.cit.:06) insere a análise do conteúdo no "*espírito de uma teoria das comunicações, prestes a converter-se numa das ciências fundamentais*". A análise de conteúdo considera tudo o que no conteúdo decorre do problema estudado procedendo à investigação, dividindo o conteúdo em categorias segmentadas para depois iniciar a pesquisa. Para o teórico, a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa, do conteúdo manifesto das comunicações e que tem por finalidade interpretá-las. O objeto exclusivo das investigações da análise de conteúdo é um dos principais componentes do processo de comunicação: O conteúdo manifesto das mensagens, suporte material da comunicação. Este é suscetível de medição e de quantificação. A análise de conteúdo das mensagens decompõe seus elementos, recenseia-os e calcula as freqüências do seu aparecimento no texto. Os dados medidos e tratados são os sinais materiais, presentes em qualquer mensagem, que veiculam a significação. Na análise de

⁸³ Diário Oficial da União – DOU edição de junho de 1999

conteúdo, Kientz (Op.cit.:64) chama a atenção para a postura do analista, ressaltando que a natureza do conteúdo constitui tão só uma variável entre outras que se responsabilizam pelo efeito do que é comunicado. "*A análise de conteúdo é por si só insuficiente para prever e explicar os efeitos sobre os receptores*". Este comentário vem complementar o que tem sido um dos patamares de estudo de Barbero: demolir o paradigma hegemônico sustentado pela fragmentação do estudo da comunicação. Esta forma fragmentada que equipara o processo de comunicação ao de transmissão de informação, convertendo em verdade metodológica a separação entre a análise da mensagem e a análise de recepção.

Para uma adequada aplicação as possibilidades de análise dos conteúdos, dotando o processo de um rigor científico que garantam segurança aos resultados obtidos após a segmentação de todos componentes passíveis de análise, utilizou-se um eixo semântico para obtenção dos sentidos das mensagens e identificação das representações construídas pelo SEEC-PE. A finalidade desta segunda parte é estudar o "*aspecto semântico traduzível e expresso de maneira clara ao receptor, por uma combinação de sinais.*" (KIENZ, Op.cit.:33) É importante esclarecer que, embora o conteúdo do Jornal do SEEC-PE tenha sido interpretado pelo nível semântico, a intenção aqui não foi analisar a imprensa do Jornal do SEEC-PE em si mesma, algo que necessitaria de um estudo especialmente dedicado. Também não se buscou extrair especificamente os processos na linguagem da mídia que permitissem o surgimento do sentido. A finalidade foi de identificar qual o sentido sobre a privatização que através do seu jornal, o SEEC-PE pôs em circulação nos anos de 1999 e 2000. Mantendo as considerações teóricas acima, o material foi tratado e decomposto nos itens a seguir.

Inicialmente, escolheu o mês de publicação como um dos componentes da análise. Assim, seria possível extrair uma noção mais precisa do momento da produção e de divulgação da matéria. O âmbito da investigação partiu do contexto para analisar o texto. O primeiro entendido de uma maneira geral como um conjunto de

condições externas de produção, recepção e interpretação para a construção do sentido e do discurso.

A professora da UNIFRAN Fernanda Mussalin (2001) ressalta que, para se analisar o sentido de um texto, deve-se considerar toda a perspectiva histórica que levou ao sentido final do que é dito. Este foi um dos aspectos considerados neste trabalho. Entendeu-se que era importante conhecer um pouco da história política do Brasil perpassada pela história das organizações de classe e do movimento sindical. O momento histórico recortado para verticalizar a análise foi o período entre os anos de 1999 e 2000. Os anos de 1999 e 2000 foram os anos em que ocorreu uma maior quantidade de privatização dos Bancos Públicos. Também foi, como já dito anteriormente, o período em que a consultoria norte americana Booz Alen realizou um estudo de viabilização financeira nos Bancos Federais. Neste recorte temporal e histórico foi realizada uma leitura da evolução dos textos, considerando reportagens, matérias, notícias, artigos e notas, produzidos em relação aos indicativos de privatização e elencadas algumas categorias.

- Quantitativo de reportagem que mensalmente tratava sobre a privatização dos Bancos Federais. Esta foi a primeira categoria a ser analisada. Dentre estes dois anos, o mês de maior incidência de reportagem foi junho de 1999, concentrando 24% do total de mensagens transmitidas. Neste mês, mensagens foram veiculadas através dos vários meios de comunicação, anunciando que o FMI estaria sugerindo a venda dos três Bancos Públicos. Ainda neste mês, o governo, através do Diário Oficial da União, afirmou que iria impor aos Bancos Públicos a mesma disciplina adotada aos bancos privados. Estas e muitas outras medidas adotadas pelo governo e divulgadas, nesta época, contribuíram para uma maior incidência de reportagens.

O mês de julho de 1999 foi fundamental para a ampliação do conhecimento que os bancários elaboraram sobre a privatização a partir do entendimento do SEEC/PE. As noções repassadas neste mês integram um quadro da realidade dos leitores, socializando o

assunto. Cada leitor pôde manter contato com um considerável acervo de notícias, o que ajudou a responder as interrogações a respeito da privatização que incomodavam naquele momento.

- Título. O título foi considerado como uma das categorias de análise por trata-se do "*referencial da enunciação*"(Op.cit.:132). Mussalim cita que o título orienta "*o sentido na direção de determinadas conclusões para uma melhor compreensão da dimensão argumentativa*"⁸⁴. A professora afirma que o título é a superfície lingüística de onde se anuncia a intenção do autor para o estabelecimento inicial da comunicação. O título é o contato inicial que o leitor tem com o que é noticiado. Também chamado de manchete ou enunciado, o título encarrega-se de indicar ao leitor qual o conteúdo do texto que se segue. É a chamada da informação. Ele faz referência a todo o conteúdo da mensagem. Uma de suas características é que ele tenha um valor relacional, ou seja, informa ao leitor, de maneira breve, a essência da notícia. Todos os títulos das notícias sobre a privatização eram escritos com a fonte cheia. Ao realizar a análise temática sob os títulos dos textos, verificou-se que as idéias apresentadas, na maioria das vezes (em 73% das mensagens), faziam incisivas referências a ações contra o processo de privatização. Esta contundência personificava-se nos verbos que, com grande freqüência, apresentavam-se no tempo presente do indicativo. "*Entidades criam fórum,,,*", "*sindicato põe nas ruas...*", "*comitê propõe emendas...*", "*aposentados entram na campanha...*" e "*câmara discute..*", são recortes que vêm exemplificar a forma incisiva, de confronto e dinâmica de divulgar as ações que estavam sendo desenvolvidas para impedir o processo de privatização. O resultado obtido na análise temática dos títulos continuou presente nas conclusões extraídas no item seguinte.
- Assunto da reportagem. Ao agrupar esta categoria, buscou-se responder à questão: "*De que se fala?*" (KIENTZ, 1989:165) Para Kientz, o assunto constitui a "*verdadeira unidade de significação, o*

⁸⁴ Idem

átomo da análise de conteúdo".⁸⁵ A estratégia enunciativa da amostra investigada aproximou-se basicamente de um dos três temas. O tema mais presente diz respeito às articulações contra a privatização. Este ocupou 69% das mensagens mediadas no espaço temporal estudado. Medidas adotadas pelo sindicato e por outras entidades a ele vinculadas - Confederação dos Bancários e Movimento Trabalhadores Sem Terra, por exemplo - contra a privatização, eram o teor das matérias. À medida que as unidades informativas se desenvolviam e se descreviam as mobilizações realizadas, o leitor inteirava-se a respeito de personalidades do poder legislativo que aderiram ao movimento contra a privatização dos bancos públicos. Exemplos foram as audiências públicas realizadas na Câmara dos Vereadores do Recife, conduzidas pelo então vereador Isaltino Nascimento, do Partido dos Trabalhadores, e na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, por solicitação de Paulo Ruben Santiago, também do Partido dos Trabalhadores que na época trabalhava na casa como Deputado estadual.

O segundo tema tratava das ações do Governo que denotavam indicativo da privatização: A apresentação das estratégias do governo, interpretadas através de algumas medidas adotadas e mediadas pela imprensa como etapas do processo de privatização, retratam 24% das matérias. No mês de julho de 1999, por exemplo, uma das matérias cobre a nomeação do novo presidente do Banco do Brasil com o anúncio de que este dirigente era favorável ao processo de privatização.

O terceiro tema tratava da conjuntura política e econômica. Noções a respeito do contexto macroeconômico e o efeito sob o cenário político do Brasil também estavam presentes no Jornal. As matérias apresentam declarações de cientistas políticos, pesquisadores e especialistas no assunto. Impacto da globalização no sistema financeiro e o seminário de dez anos do programa de desestatização do governo são alguns dos recortes deste bloco que contempla 7 % do universo pesquisado.

⁸⁵ Ibidem

A lógica de produção das notícias do Jornal dos Bancários gravitava sobre os três temas acima descritos. Uma fusão acontece entre os registros sobre a privatização armazenada pelos leitores e a conotação elaborada pelos três temas. Os dois primeiros de natureza eminentemente dinâmica direcionados para caminhos opostos. O primeiro, com as articulações para impedir o processo e o segundo, as etapas obedecidas pelo governo para realizar o processo. É da essência da atividade simbólica, ao mesmo tempo, manter o entendimento sobre a privatização e realizar a renovação a cada momento em que se lê algo mais sobre o assunto. Neste caso, esta renovação realizou-se acrescida de um aspecto de confronto, de debate entre duas forças: as ações de combate ao processo de privatização dos Bancos Federais e as etapas de avanço do governo para dar continuidade às privatizações. São posições políticas e ideológicas opostas que o SEEC-PE recorre de forma que, através da heterogeneidade de posicionamento referente à privatização, revelam sua identidade e sua formação ideológica aqui definida como *"um conjunto complexo de atitudes e representações que não são individuais nem universais, mas que relacionam-se diretamente com a posição de classe frente a um conflito"* (MUSSALIM 2001:24). Moscovici (1978) complementa que estas representações são partilhadas coletivamente por órgãos ou instituições através da reificação de certos aspectos que descrevem a representação. O sistema de representação produzido pela comunicação do SEEC-PE foi elaborado tendo como alicerce esta forma antagônica: por um lado, o que o governo tem realizado para continuar com o processo de privatização e, por outro lado, o que tem se realizado para evitar a continuação deste processo. É um sistema de representação mais definido que o sistema elaborado por um grupo de indivíduos, porque o jornal é um campo de circulação simbólica uniformizado e centralizado nas suas idéias, além de obter um maior controle racional ao revelar a representação através do que é noticiado. Sua estrutura é formada por agentes e ideólogos com grau de informação maior sobre o objeto da representação: a privatização dos Bancos Federais, e da

cultura dos receptores para o qual se dirigem as mensagens. Os assuntos referentes à conjuntura constituem o cenário sob o qual a história dos bancários tem o seu desfecho. Esta categoria viveu o seu cotidiano nos anos de 1999 e 2000, permeado por aspectos de natureza política e econômica em nível global. Globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva apresentam-se à consciência dos bancários fazendo parte da realidade do processo de privatização do seu Banco. Como afirmam Berger e Luckman, a vida cotidiana impõe ao máximo o nível de consciência, fazendo com que a apreensão dos fatos realize-se em estado total de vigília. A vigília é o estado normal das pessoas. Em vigília tomando o café, deslocando-se para o Banco, no horário de almoço, os leitores do Jornal dos Bancários internalizam estes assuntos trazidos a eles pelo jornal do SEEC-PE sob a forma narrativa ou informativa. Esses assuntos são a âncora para a elaboração da representação da privatização. Trata-se de uma teia de significados capaz de representar o processo de privatização imerso na realidade social deste grupo. Inicialmente, esta teia de significados é tratada em nível de sendo comum. Estas características, articuladas com elementos afetivos, elementos mentais mais profundos e integrados ao nível cognitivo através do processo de comunicação no mundo da vida destes empregados, descrevem, orientam para as tomadas de decisão no seu cotidiano.

- As palavras que fazem referência ao termo "privatização" também foram consideradas como um segmento de análise. O estudo analisou o termo sob duas situações. A primeira tratava dos momentos em que o termo privatização foi substituído por uma outra palavra, preservando a coerência textual. Esta situação foi identificada em 24% das reportagens. As palavras que mais substituíram o termo privatização foram "desmonte do capital" e "violência silenciosa". Percebe-se que a substituição do termo já direciona a interpretação da leitura. Privatizar é uma violência silenciosa e é, também, o desmonte do capital do Estado. Estes termos abastecem o imaginário do bancário que, convertido em conhecimento sobre o assunto, elabora significação e conceitos que

definem as idéias presentes nas visões compartilhadas da categoria.

A segunda situação agrupou recortes em que a palavra "privatização" foi antecipada por outros termos, sugerindo uma estratégia defensiva e de confronto. Este aspecto esteve presente em 18% das reportagens. Os termos mais apresentados foram "luta contra a privatização" e "combate contra a privatização". Ao cumprir com o papel de noticiar e explicar as ações e medidas tomadas para defender os Bancos Federais da privatização, o Jornal dos Bancários o faz já expondo seu posicionamento, seus valores e suas crenças sobre o processo. É um processo em que se deve lutar contra, se deve combatê-lo.

- O espaço utilizado pelas reportagens sobre a privatização foi um tópico de estudo. O resultado da coleta constatou o seguinte: A maioria das reportagens, 38%, ocupava um quarto da página do jornal; 34 % das matérias utilizaram um terço de página, 5% das reportagens; ocuparam toda a página e 2% das reportagens ocuparam duas páginas do jornal. Este aspecto serviu de auxílio na análise para entender a profundidade e extensão dos assuntos relacionados á privatização em cada exemplar do jornal.
- Idéias do SEEC-RE a respeito do governo foi outro item de análise. Neste item foram reunidos todos os discursos que, segundo o sindicato, pertencem ao governo. Para que este aspecto pudesse ser apresentado, todas as intenções, ações e falas do governo citadas pelo sindicato sobre privatização consolidaram-se nesta categoria, estando presente em 36% das matérias. O governo aparece relacionado à privatização como o autor de atitudes que desfazem a estrutura sedimentada e consistente dos bancos federais. A máquina governamental (entende-se aqui como sendo pessoas ou instituições que o representam) personifica-se como o principal ator no papel de vilão, das ocorrências associadas ao processo de privatização. A relação entre estas ocorrências e a participação do governo é revelada dentro de uma lógica de destruição do patrimônio nacional. Os eventos que vêm exemplificar esta lógica são afirmações como: "*o governo inicia*

silenciosamente a venda do patrimônio do povo”, “o governo move suas peças”, “o governo está vendendo tudo o que é nosso”. Este conjunto de afirmações sugere uma certa ausência de limites para o governo, conclamando o leitor a direcionar uma maior atenção para os assuntos referentes ao processo de privatização. O leitor, desta forma, torna-se mais atento e reativo às medidas do governo, construindo um campo representacional que transcende o nível cognitivo estendendo até o aspecto atitudinal.

➤ A natureza da matéria também foi agrupada. Este item permitiu conhecer o quantitativo de reportagens produzidas diretamente pelos jornalistas da entidade e a proporção de artigos e cartas de outros colaboradores. Do quantitativo das reportagens colhidas no período entre 1999 e 2000, 15% tiveram o formato de artigos inscritos por personalidades do meio econômico e político. Os mais extensos foram o material do economista da CNB/CUT Carlos Eduardo Carvalho, sob o título de *“Para onde vamos”*, e a produção do cientista político Michel Zaidan que chamava o bancário para a leitura com o título *“Brasil, praça de lucro fácil”*. O SEEC-RE utilizou declarações de personalidades que contém ideologias compatíveis com a entidade para enriquecer seu jornalismo contribuindo para o seu discurso antiprivatização. A importância deste item reside na intenção de se discernir o que se constitui em conteúdo informativo e conteúdo opinativo. O caráter imaginativo e construtivo da representação construída pelos trabalhadores é alimentado pelos posicionamentos e opiniões de outros que não expressem a opinião do SEEC-PE. Os artigos são tijolos na construção do discurso do Sindicato dos Bancários de Pernambuco em favor da manutenção dos Bancos Federais. Este discurso, por sua vez, é repassado para os bancários através de conexões simbólicas. Os elementos desta forma de comunicação são colocados em confronto com os registros anteriores sobre o mesmo assunto e, juntos, tornam-se molas que impulsionam as atitudes de redirecionamento da vida. Estas atitudes vão desde a imparcialidade, passando por sentimentos de indignação, enfim, uma infinidade de sensações que podem fazer parte do conteúdo mental latente do grupo. A representação social sobre a privatização entre os bancários dos Bancos Federais é objeto

social presente no cotidiano destas pessoas que define as estruturas de comunicação criando informações, familiarizando-se com as novas idéias que são ao mesmo tempo apreendidas e praticadas no que Habermas define como o mundo da vida. Entre eles no mundo da vida, tal como lembra Habermas.

O fenômeno da representação sobre a privatização, possível de ser identificado nas produções de notícias do Jornal do SEEC-PE e pela campanha, enquadra-se nos seguintes aspectos: Um processo que não se realiza com clareza suficiente para que o brasileiro o acompanhe; um processo realizado por imposição do FMI; um processo que, apesar dos registros passados de insucesso, o governo o defende como uma etapa para a modernização da economia nacional; um processo que ameaça a estabilidade do trabalhador das estatais. Estas são as noções sobre privatização que se unem no que é repassado pelo SEEC-RE através do seu jornal e de sua campanha. O espaço das elaborações simbólicas construído pelo Jornal do SEEC-RE evoca a privatização com as características acima. Estas noções combinadas produzem um sistema simbólico, contribuindo na elaboração dos pressupostos do leitor sobre o tema.

Através da propagação – sistema social de comunicação para elaboração das Representações Sociais – e da atitude – sistema psicológico de organização das Representações Sociais –, os discursos assimilados na relação SEEC-PE e bancários dos Bancos federais orientam os componentes desta categoria de trabalhadores. Acrescidos de documentos e registros em que discursos, práticas e comportamentos institucionalmente são fixados e codificados, retroalimentando as representações, mantendo-as enquanto as transformam e transformando-as enquanto as mantém. Os sistemas de valores, as noções e práticas inseridas na ação de comunicação do SEEC-PE para impedir a privatização dos Bancos Federais orientam os receptores presentes no processo de comunicação entre aquela instituição e os Bancários dos Bancos Federais. Todo o corpus de conhecimento relacionado com a privatização, transmitido pelo Sindicato dos Bancários de Pernambuco, é inteligível e, através da comunicação estabelecida, realiza-se uma ligação com os bancários. O

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

A direção do SEEC-PE, por natureza, é composta por bancários – trabalhadores legitimados através de processo eleitoral direto. Estes trabalhadores são lideranças que através da ação sindical produz significados, transformando-os seguindo parâmetros ideológicos específicos. A produção e transformação tem assegurada a inteligibilidade porque realiza-se pela própria categoria. O SEEC-PE, dirigentes e bancários são, na verdade, um único grupo que com o poder de sua imaginação, elabora, representa e atua na qualidade de agente de transformação do seu mundo da vida.

4. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Está evidente que a ação do SEEC-PE para a manutenção dos Bancos Públicos, através do *Jornal dos Bancários* e do movimento contra a privatização, construiu uma representação da privatização nos anos de 1999 e 2000 em que a adjetivação e a forma que esta entidade descrevia e informava o processo suscitava uma postura de reação, de combate, de defesa e outros efeitos relacionados a uma tomada de atitude. É bem verdade que o direcionamento adotado pela pesquisa não buscava estabelecer se as atitudes dos bancários (incluídos aí a busca por um outro emprego, a retomada aos estudos, o engajamento no movimento pela preservação dos bancos públicos, a adesão aos planos de demissão voluntária) eram edificadas tão somente pelo que era mediado pelo SEEC-PE.

Quando um episódio seja ele de natureza social, econômica ou política, é mais evidenciado em um momento histórico, seu impacto é evidente. Os sujeitos – aqui se referindo a todos os indivíduos que estão envolvidos, podendo atuar nele modificando-o ou sofrendo algum efeito do acontecimento – estabelecem uma relação mais real com o fato, atribuindo valores, adotando comportamentos e atitudes. Foi o que ocorreu com o processo de privatização, em especial com a forma pela qual o SEEC-PE disseminava o significado através de notícias e do movimento contra a privatização dos bancos federais. Ao conhecer mais de perto características a respeito da “privatização dos bancos federais”, os receptores apropriaram-se de conceitos, abriram debates, inicialmente sob o respaldo de um senso comum para elaborar uma análise primária sobre o assunto. Um dos recursos comunicacionais que auxiliaram o aprofundamento desta análise por parte dos bancários foi a ação do SEEC-PE em defesa dos bancos federais. Os elementos constituintes na representação da privatização elaborada pelo Sindicato dos Bancários serviram de alicerces para a materialização da representação dos sindicalizados e também estavam presentes na edificação das condutas dos bancários diante da situação vivida no final da década de noventa e início da década atual.

Atualmente, poucos são os bancários que se encontram em estado de inocência sobre o assunto. Talvez aqueles ingressados após o ano 2000. Estes vivenciaram apenas o momento continuado do processo.

Este assunto pode vir a resgatar as antigas proposições e representações construídas no período passado, mas, certamente, os esquemas explicativos, o conjunto de significações, tanto da mediação institucional realizada pelo SEEC-PE como dos bancários, serão atualizados. Atualizam-se também as ações desenvolvidas pela categoria, como materialização desse conjunto de significações, de proposições e de representações.

A noção que lastreia a análise primária, o senso comum, é imbuída de eventos que pouco a pouco adquirem um status de evidência. Este status é atingido em função do processo de comunicação realizado nos grupos sociais e, por outro lado, é resultado deste mesmo processo. Um sistema de conhecimento ordinário se forma resultante dos atos comunicativos e também é manifestado através dele. A representação da privatização entre os bancários estatais e estaduais começou a ser desenhada ainda no lançamento do PND, durante o governo Collor onde se podia identificá-la no senso comum da categoria. Nos dias atuais, a configuração desta representação já sofreu profundas modificações. Estruturas foram construídas e atreladas ao vago conhecimento elaborado anteriormente, renovaram-se as significações considerando, agora, características do atual contexto. Uma característica peculiar do contexto atual diz respeito à situação política do país. Aquele Lula metalúrgico que, ao final da década de setenta, liderava as greves operárias no ABC paulista continua em evidência. O papel que assume agora não é mais de operário, mas de Presidente da República do Brasil. O Lula ex-metalúrgico e atual Presidente da República chegou ao poder com discurso e pretensões reformistas, atingindo um surpreendente índice de popularidade. Não é necessário realizar uma análise mais aprofundada para perceber que a situação política do país modificou-se. Assume um outro princípio doutrinário com um renovado conjunto de objetivos no programa de ação do governo. O Lula Presidente manifesta o desejo do meio sindical sensibilizar-se para as

mudanças. Isto está evidente na declaração dada ao jornal de televisão Bom Dia Brasil. Lula afirma que “o meio sindical não pode ter a mesma mentalidade e agir como o Lula agia na época em que era dirigente. Os sindicatos precisam modernizar-se”.⁸⁶ A declaração do Presidente Lula sinaliza a proposta de uma nova relação governo – sindicalismo. Modificando a relação, transformam-se a história, o discurso sindical e as representações elaboradas pela mediação institucional. Por outro lado, o apelo para entender e visualizar uma nova ordem na gestão federal não determina a imediata extinção de assuntos presentes nas pautas dos governos anteriores. O processo de privatização, fato que faz parte da história do nosso país, está sendo retomado, não com as idéias fundantes da época do governo Collor e de FHC, mas como ponto de partida para se repensar a política econômica do Brasil. A revista VEJA, noticia:

“A privatização serviu como um poderoso detergente. A iniciativa privada assumiu atividades que nada têm a ver com o governo que pôde se concentrar em temas como saúde, educação (...). Desde a posse de Lula, as agências reguladoras se tornaram alvo de críticas por parte de integrantes da alta esfera do governo.”⁸⁷

A propagação, sistema de comunicação indutor da representação, da privatização desenvolvida pelo SEEC-PE nos dias atuais, será acompanhada de outras significações a respeito do processo. Por consequência, o sistema de referências presente no mundo da vida dos bancários também será renovado.

O SEEC-PE, como as instituições sindicais brasileiras em geral, ao longo da sua existência, vivenciou, representou os bancários e atuou sob contextos políticos distintos. Afinal, como explicar a vigência de uma estrutura sindical em regimes tão díspares como o populismo – voltado para a busca do consentimento de classe e o autoritarismo militar, direcionado para o seu controle? Numa busca insistente de

⁸⁶ programa *Bom Dia Brasil* edição de 29 de maio de 2003.

⁸⁷ Revista *Veja* edição de maio de 2003

manter sua forma de expressão atravessando situações que inserem o sindicato na história do bancário pernambucano sempre em transformação, a mediação institucional realizada pelo SEEC-PE integra várias formas e canais naturais de comunicação. Sob o objetivo fundamental, o de defender os interesses dos bancários de Pernambuco, as práticas comunicativas que o sindicato realiza acompanha as transformações constantes que se dão no contexto em que o movimento sindical e a classe dos bancários estão inseridos.

A comunicação é um processo dinâmico, dialógico, ininterrupto. É um processo que acontece através de canais constituintes pelas próprias práticas cotidianas. Estas práticas são recheadas por experiências onde se acumula um acervo social de conhecimento e de significações. Por vezes, quando menos se espera, estes acervos são emergidos e atualizados.

Estudar a comunicação dentro de um acontecimento da história dos bancários permitiu concentrar teorias determinantes elencadas e aprofundadas ao longo da pesquisa. Através deste caminho, chegou-se a "unidade da diversidade". O concreto, as mudanças de atitudes dos bancários diante da perspectiva de privatização do seu banco, foram o ponto de partida do estudo. Foi o início de uma investigação de uma realidade que só se tornava visível à representação de um fato. Especulativamente, constatou-se um primeiro fator: a ação do SEEC-PE como aspecto presente. A partir desta sinalização, o estudo agregou categorias que pudessem explicar a relação ação do SEEC-PE pela manutenção dos bancos federais versus atitude dos bancários. Os estudos Culturais foram tomados como categoria teórica geral da pesquisa. As mediações sociais, por sua vez, foram o conceito chave utilizado para explicar o processo de recepção, abriu os caminhos para compreender comunicação. Um caminho que resultou em uma contribuição teórica ao aproximar a teoria das representações Sociais para compreender as experiências e o saber do receptor: aspectos tão destacados nas preocupações teóricas de Barbero.

A análise do objeto – a ação comunicacional do SEEC-PE – também trouxe contribuições. Com os sofisticados sistemas de comunicação apresentados na atualidade, o conceito de comunicação

tem se relacionado principalmente com processos do meio massivo desenvolvido sob o suporte tecnológico. O SEEC-PE tem sido um espaço comunicacional em que as inter-relações sociais são fundamentais para que a comunicação se realize na íntegra.

Todo o progresso em métodos de analisar um fenômeno, uma dada realidade que resulte em uma compreensão, pode ser aprofundado. Também poderão aprofundar-se os métodos e compreensão de outros fenômenos que se encontram à margem do caminho percorrido para compreender o fato sob a ótica científica. É evidente que há leis e peculiaridades que não poderão ser aplicadas, mas os resultados obtidos neste estudo abrem caminhos para o aprofundamento. A idéia é que o estudo seja transformado em uma tese. Algumas possibilidades estão sendo consideradas na continuação do estudo. São elas: Compreender as estruturas subjacentes de comunicação interpessoal no ambiente de trabalho, revelando características pertinentes à representação sobre a privatização dos bancos e estabelecer uma relação com os resultados obtidos nesta pesquisa. Estudar a comunicação interna das estatais e identificar as concepções atribuídas ao processo de privatização. Revelar processos de comunicação que engendram assuntos de impacto no cotidiano desta classe de trabalhadores e a relação destes impactos com suas práticas sociais e seu padrão de trabalho. Entender a presença da alteridade na subjetividade do trabalhador e a presença daquele no discurso do empregado.

Alguns atalhos poderão surgir no caminho. Algumas trilhas poderão ser modificadas. Mas a idéia fundamental, a premissa que está presente desde as primeiras constatações não será abandonada: o ser humano como base de qualquer estudo, em qualquer processo.

5. BIBLIOGRAFIA

VIDEO

Vídeo *Verso e reverso*, SEEC-PE 2000

JORNAIS

Diário Oficial da União – DOU, edição de junho de 1999

Jornal do Comércio, edição de março de 1999.

Jornal dos Bancários, edição de maio de 1999

Jornal dos Bancários, edição especial 70 anos de história

Jornal Sinergia, edição de 12/2000

Revista ISTO É, edição de dezembro de 2000

Revista VEJA, edição de maio de 2003

SITES

WWW.members.tripod.com/br, acesso em maio de 2002

www.aditadura.hpg.ig.com.br, acesso em janeiro de 2003

www.mc.gov.br/Biblioteca/Publicações/Informes/debate-unicamp.html,

acesso em março de 2001

<http://www.infraestruturabrasil.gov.br>, acesso em abril de 2001

www.dieese.org.br, acesso em outubro de 2000.

www.danpnobre.jor.br, acesso em fevereiro de 2003

LIVROS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*, São Paulo, Boitempo, 1999:240

- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS
- BARBERO J.M. *A américa latina e os anos recentes*, IN SOUSA M.W. (org.) *Sujeito: o lado oculto do receptor*, São Paulo, Brasiliense, 1995
_____ *Dos meios às mediações*, São Paulo, Cultura, 1997
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*, Persona, Martins Fontes, São Paulo, 1977
- BERGER P.L. e LUCKMANN T. *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes, 1985
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000
_____ *O Brasil privatizado II: O assalto das privatizações continua*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra, 2000
- CHAUÍ, M. *Cultura Popular e autoritarismo*, IN Conformismo e resistência, São Paulo, brasiliense, 1988
- Comim, A. *A Experiência de organização das centrais sindicais no Brasil*, São Paulo, UNICAMP, 1994
- DIEESE. *Evolução recente do emprego bancário no Brasil*. Linha Bancários, Belo Horizonte. 1998
_____ *Bancos no Brasil: reestruturação e tendências*. Linha Bancários, Belo Horizonte, 2002
- GERALDO, S. *A globalização da economia e a comunicação sindical*, IN *Impasse da Comunicação Sindical; de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo, CEBELA, 1995
- GOHN, M.G. *Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*, Loyola, São Paulo, 2000
- GONÇALVES. F.L.S. *A evolução dos acordos e conflitos coletivos no período recente do sindicalismo brasileiro*, IN *O mundo do trabalho*
OLIVEIRA C.A. (org) São Paulo, Scritta, 1994
- GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*, Martins Fontes, São Paulo, 1948
_____ *Concepção dialética da história* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978
- GUEDES, C. *Os trabalhadores do setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas*, IN *O mundo do trabalho: crise e mudança no Final do século*, São Paulo, Scritta, 1994

- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS
- HABERMAS, J. *Teoria da ação comunicativa: complementos e estudos Prévios*, Madrid, 1989
- _____ J., *Consciência moral e agir comunicativo*, Rio de Janeiro, Tempo Universitário, 1989
- _____ J. *Mudança estrutural da esfera pública*, Tempo universitário, Rio de Janeiro, 1984
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*, Loyola, São Paulo, 2000
- JOFFE, H. *Eu não, o meu grupo não: representações sociais transculturais da AIDS*, IN GUARESCHI, P e JOVCHELOVICH, S. (orgs.) *Textos em representações sociais*, Rio de Janeiro, Vozes, 1995
- JOVCHELOVICH, S. *Representações sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 2000
- KIENTZ, A. *Comunicação de Massa. Análise de conteúdo*, Rio de Janeiro, Eldorado, 1989
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*, São Paulo, Martins Fontes, 1977
- MAMDEO, J.E. e CAMARGO, J.M. *Relações de trabalho entre capital e trabalho no Brasil*, IN *Sindicalismo e democracia*, Rio de Janeiro, 1991
- MATTELART, M. e MATTELART A. *História das teorias da comunicação*, Loyola, São Paulo, 1999
- MILLWARD, L. *Focus groups*. Research Methods in Psychology. London, 1995
- MINAYO, M.C.S. *O conceito de representações sociais dentro da psicologia clássica*, IN GUARESCHI, P e JOVCHELOVICH, S.(orgs) *Textos em representações sociais*, Rio de Janeiro, Vozes, 1995
- MOMESSO, L. A. *Comunicação sindical: limites, contradições e perspectivas*, Recife, Editora Universitária UFPE, 1997
- MOSCOVICI, S. *Representação social da psicanálise*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978
- MUSSALIM, F. A. *Introdução à lingüística, domínio e fronteiras*, São Paulo, Cortez, 2001
- NÓBREGA, S.M. *Sobre a teoria das representações sociais*, IN MOREIRA, A.S.P. (org.), *Representações sociais: teoria e prática*, João Pessoa, Universitária, 2001

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
A AÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONTRA A
PRIVATIZAÇÃO DOS BANCOS PÚBLICOS

OLIVEIRA, M. A. *Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente*,
IN OLIVEIRA C.A. (org.) *O mundo do trabalho. Crise e mudança no
final do século*, Campinas UNICAMP, 1994

POCHMANN, M. *Décadas dos Mitos: o novo modelo econômico e a crise
do trabalho no Brasil*, São Paulo: Contexto, 2001

RIBEIRO, A. *O estado novo, o rádio e seus órgãos reguladores*, São
Paulo, Dissertação de Mestrado, USP (mimeo)

SÀ, C.P., *A construção do objeto de pesquisa em representações
sociais*, Rio de Janeiro, UERJ, 1998

_____ *A representação social da economia brasileira antes e
depois do plano real*, IN MOREIRA, A.S.P. (org.) *Representações
sociais: teoria e prática*, João pessoa, Universitária. 2001

WAGNER W. *História, memória e senso comum*, IN MOREIRA, A.S.P.
(org.), *Representações sociais: teoria e prática*, João Pessoa,
Universitária, 2001